

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCIANE FONTINELE DE FREITAS

**PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: uma análise acerca das repercussões do
programa no Maranhão**

São Luís - MA

2024

LUCIANE FONTINELE DE FREITAS

**PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: uma análise acerca das repercussões do
programa no Maranhão**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Rosinete Silva de Jesus Ferreira

São Luís - MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor (a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Freitas, Luciane Fontinele de.

PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: uma análise acerca das repercussões do programa no Maranhão / Luciane Fontinele de Freitas. - 2024.

112 f.

Orientador (a): Rosinete de Jesus Silva Ferreira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/CCH, Universidade Federal do Marnhão, São Luís, 2024.

1. Brasil sem Homofobia. 2. Educação. 3. Escola. 4. LGBT. I. Ferreira, Rosinete de Jesus Silva. II. Título.

LUCIANE FONTINELE DE FREITAS

Título: PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS
REPERCUSSÕES DO PROGRAMA NO MARANHÃO

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em _____, pela
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. RICARDO COSTA ALVARENGA

Universidade Federal do Maranhão - Imperatriz

Prof. Dr. Prof. Dr. Dayse Marinho Martins

Universidade Federal do Maranhão

Suplente

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado
para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr.(a) ROSINETE DE JESUS SILVA FERREIRA

Orientador(a)

São Luís,

2024

À Ana Caroline de Sousa
Campêlo, maranhense, morta aos
21 anos pelas mãos da LGBTfobia
que nos acompanha diariamente.
Sua memória não será esquecida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais Marinalva e Lourival por me ensinarem sobre respeito, cuidado, amor e a importância do estudo, ferramenta essa que lhes foi negada, mas que, apesar disso, nunca deixou de ser o maior objetivo almejado aos filhos e filhas.

Agradeço aos meus irmãos pequenos Lucas e Levy por me mostrarem que nem tudo é trabalho e cansaço, e que as vezes é importante sentar-se no chão e aprender sobre insetos e partes de trens de brinquedo.

Agradeço aos meus demais irmãos e irmãs que sempre estão aqui para me lembrar que sou uma boa psicóloga e uma péssima cozinheira.

Agradeço muito e amorosamente à Carol, minha namorada, por sempre me proporcionar o máximo de acolhimento e respeito, seja quanto à minha trajetória acadêmica, seja quanto às minhas decisões impulsivas de comprar pacotes de viagens à lugares que já fomos.

Agradeço à Exata Serviços Técnicos, empresa que me auxiliou com a entrada no mercado de trabalho e é formada por cinco membros que conseguiriam resolver qualquer problema organizacional em um raio de 10 mil quilômetros. Agradeço profundamente pelas faltas compreendidas e pelo suporte de sempre.

Agradeço aos meus amigos e amigas que rotineiramente fazem questão de pontuar que sempre me viram como professora. Agradeço também pelos momentos de descontração fundamentais para a conclusão deste ciclo.

Agradeço à CAPES pelo incentivo durante minha formação enquanto mestra.

Agradeço à SEDUC que sempre esteve à disposição quanto ao suporte para a realização desta pesquisa.

Agradeço à minha orientadora Rosinete, pelo suporte de sempre, caronas divertidas e puxões de orelha quando necessário.

Agradeço ao Departamento de Psicologia pelo apoio nunca negado. Agradeço profundamente a todos os professores que estiveram comigo desde o início da graduação em 2015.

Por fim, agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, foram importantes para a minha entrada, permanência e conclusão do Mestrado em Psicologia.

RESUMO

O Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH), iniciado em 2004, representa uma abordagem abrangente para lidar com as demandas LGBT+ no Brasil, visando preparar tanto o setor público, quanto a sociedade civil para uma mudança de atitude diante da LGBTfobia. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar as estratégias de implementação do PBSH desde seu início, buscando compreender o cenário de sua implantação e suas possíveis repercussões. Para orientar essa pesquisa bibliográfica, foi necessária uma contextualização histórica da execução do programa, além da apresentação das narrativas relacionadas ao PBSH e dos desdobramentos do projeto local Escola Sem LGBTfobia no Maranhão. A escola foi teoricamente situada como um espaço onde diversas formas de opressão relacionadas a gênero e sexualidade se manifestam. Em seguida, foi contextualizado o cenário de implementação do PBSH em 2004, seguido por uma pesquisa bibliográfica das produções técnico-científicas que abordaram o programa a partir desse ano. Por fim, foi analisado o Escola Sem LGBTfobia no Maranhão com propostas similares às do PBSH, a fim de compreender os fatores envolvidos na execução desse projeto no estado. Apesar dos desafios enfrentados, como a repressão de opositores, desinformação e preconceito cultural, o Programa Brasil Sem Homofobia continua presente, com suas sementes espalhadas por todo o país. Este estudo destaca a importância de programas como o PBSH na promoção da igualdade e na luta contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. A temática é também inclusiva e pertinente ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, especialmente a Linha de História, Epistemologia e Fenômenos Psicossociais. Concluimos, assim, que o sucesso de programas como o PBSH depende de uma transformação por meio da Educação para que se alcance o pleno funcionamento de tais ações e que os insucessos do programa foram consequência direta da LGBTfobia institucionalizada no país.

Palavras-chave: Programa Brasil sem Homofobia; LGBT; Educação; Escola.

ABSTRACT

The "Brasil Sem Homofobia (BSH)" program, started in 2004, is a wide scale approach on how to deal with the demands of the LGBT+ population in Brazil, attempting to guide both the public government sectors and civil society towards another attitude regarding LGBTphobia. This study has the objective of analyzing the strategies of implementing BSH since its inception, while trying to understand the context of its creation and its possible repercussions. To guide this bibliographical research, we needed to contextualize the program's creation, much like the narratives associated with it and the consequences of the local project "Escola Sem LGBTfobia" on the state of Maranhão in Brazil. School was thought as a viable space for the development of such a project because it is a space where several different forms of oppression related to gender and sexuality appear. We establish the context of the implementation of BSH in 2004, followed by a bibliographic survey of articles and other scientific writings that discussed the program after its creation. Finally, we analyze the "Escola Sem LGBTfobia" project as a descendant of BSH, while trying to understand the factors involved in the execution of such a project in the state of Maranhão. Despite the challenges faced after its implementation, such as resistance from opposing parties, disinformation and cultural prejudice, BSH still has effects, sowing seeds all around the nation. This study highlights the importance of programs like BSH for promoting equality and fighting discrimination based on sexual orientation and gender identity. Such research is pertinent to the "Programa de Pós-Graduação em Psicologia", especially its approach regarding History, Epistemology and Psychosocial Phenomena. We conclude, therefore, that the success of programs like BSH depends on a transformation through Education in order to achieve the full functioning of such actions and that the failures of the program were a direct consequence of institutionalized LGBTphobia in the country.

Keywords: Programa Brasil Sem Homofobia; LGBT; Education; School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PBSH	Programa Brasil sem Homofobia
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CFM	Conselho Federal de Medicina
GGB	Grupo Gay da Bahia
LDB	Lei de diretrizes e bases
LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais que fogem ao padrão heteronormativo homem/mulher
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PCN	Plano Curricular Nacional
PPG	Programa de Pós-Graduação
PT	Partidos dos trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Percurso metodológico	15
2 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA.....	18
3 NARRANDO OS FATOS: O QUE DIZ A LITERATURA	32
3.1 Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar	33
3.2 Narrativas históricas e políticas relacionadas ao pbsh	44
3.3 Pânico moral e a ideologia de gênero.....	49
3.4 Inserção e avaliação de ações em gêneros e sexualidades	53
3.5 LGBTfobia enquanto estratégia política	55
4 ESCOLA ENQUANTO DE CONSTRUÇÃO DE SABERES.....	58
4.1 Escola enquanto palco de disputas políticas	69
5 BRASIL SEM HOMOFOBIA: AFINAL, O PROGRAMA CHEGOU AO MARANHÃO?.....	77
6 IN(CONCLUSÕES)	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	103
APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS	104
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SIMPLIFICADO UTILIZADO PARA ORIENTAR ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES	108
ANEXOS	109
ANEXO A - RELATÓRIO “FIQUEI COM MEDO, ESSE ERA O OBJETIVO DELES”	110

1 INTRODUÇÃO

A revolução de *Stonewall* (Estados Unidos – 1969) representa um dos principais marcos históricos de conquista para nós, LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais que fogem ao padrão heteronormativo homem/mulher)¹ e para o resto do mundo. Um bar localizado em Nova York, conhecido por ser frequentado por pessoas LGBTQ+ fora atacado pelo Estado naquele ano e, ao invés de vigorar o medo recorrente àquele período dos ali presentes, a resposta foi luta. *Stonewall* se tornou o pontapé inicial para as grandes paradas do Orgulho LGBTQ+ e outras ações destinadas a acolher a nossa comunidade. Este fato histórico possui respingos (coloridos) até à contemporaneidade.

No Brasil, a luta se desdobrou de variados modos, mas certamente uma maneira marcante se trata da criação do programa Brasil Sem Homofobia (PBSH). Lançado em 2004, se estrutura a partir da amarração de ações multidisciplinares voltadas aos setores públicos e Sociedade Civil com o objetivo de preparar tais agentes para uma mudança de postura frente as especificidades das demandas LGBTQ+. Dentre os principais objetivos deste programa, podemos citar o fortalecimento de instituições que se voltam à promoção de cidadania, assim como a capacitação de profissionais e demais agentes que apoiam a causa, a disseminação de informações referentes aos direitos da população e, por fim, o incentivo à denúncia em caso de atentados contra pessoas LGBTQ+, na época GLBT. O PBSH foi o que embasou a criação do Escola sem Homofobia, que veio a se tornar um fenômeno denominado *kit gay*, e que viria, por fim, gerar tantos incômodos até se tornar uma pesquisa de mestrado.

Partindo da necessidade de somar a essa luta que se iniciou lá atrás, no que se refere à estruturação deste trabalho, nosso principal objetivo foi analisar as repercussões da implementação do Programa Brasil sem Homofobia no país a partir de 2004, partindo da seguinte questão norteadora: Qual o cenário de implantação do programa Brasil sem Homofobia (PBSH) no Brasil e quais as possíveis repercussões dele no Maranhão?

Para a orientação desta pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, definimos, enquanto objetivos específicos, a necessidade de elaborar uma contextualização histórica da

¹ Optamos por utilizar a sigla LGBTQ+ por dois motivos: o primeiro por estar presente na POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS de 2013, assim como sua utilização proporciona um melhor entendimento ao público que eventualmente teve acesso às discussões da presente dissertação através de cursos e ativações que fomentamos ao longo dos 2 anos de mestrado. Consideramos que ao utilizar a sigla reduzida e acrescentando o símbolo de +, conseguimos proporcionar um envolvimento maior dos ouvintes, ao passo que muitos destes alunos e professores ainda se referem à população LGBTQ+ apenas como homossexuais ou termos similares. O símbolo + aqui possui também o papel de rememorar toda a diversidade que está presente e que é tão relevante quanto as quatro primeiras letras.

execução do Programa Brasil sem Homofobia, apresentar as narrativas relacionadas ao Programa Brasil sem Homofobia e narrar os desdobramentos do projeto local Escola sem LGBTfobia no Maranhão. Definidos tais objetivos, seguimos por meio da hipótese de que o programa Brasil sem Homofobia não se desenvolveu em sua plenitude em função da LGBTfobia institucionalizada no país. Nesse ponto, destacamos o apoio imprescindível que tivemos da CAPES para elaboração da presente pesquisa.

Enquanto justificativa para a realização da presente pesquisa, destacamos a necessidade de cientificização dos problemas relacionados a pessoas LGBTQ+. De tanto ocuparmos lugares insalubres na composição da sociedade, os conhecimentos técnicos parecem estar localizados também no âmbito da informalidade, dos achismos. Falamos cientificamente da população LGBTQ+ como uma forma de resgate, num movimento orgânico de dar as mãos e emergir para fora da LGBTfobia que sufoca até a morte. Essa justificativa científica dialoga também com a justificativa social para a realização da presente pesquisa, já que colaborar com a retirada desta pauta do lugar de invisibilidade impacta diretamente em como, socialmente, nos vemos e veremos os que virão.

Considerando as violências que fazem parte da construção e identificação da população LGBTQ+, a presente dissertação tem como principal objetivo, antes mesmo dos objetivos metodológicos, a intenção de ser uma ferramenta de suporte na compreensão de conceitos e na problematização de representações corriqueiramente associadas aos sujeitos não-cisheteronormativos. Dito isso, o percurso da presente pesquisadora com a investigação se inicia em 2018, no Curso de Graduação em Psicologia na disciplina denominada Mídia, Consumo e Subjetividade. Foi através de uma provocação em sala de aula, que começamos a despertar para a intersecção entre esses dois campos: Psicologia e Comunicação. “Qual a relação entre Psicologia e Comunicação?”. Essa foi a pergunta que nos moveu durante toda disciplina ao ponto de organizamos uma publicação com reflexões que envolveram Psicologia e mídia.

Embora seja desafiador pensar separadamente sobre desinformação, Educação e pessoas LGBTQ+, a afinidade da presente pesquisadora com esses temas culminou no desenvolvimento da pesquisa durante o Programa de Pós-graduação (PPG). É importante ressaltar que o envolvimento com o tema LGBTQ+ é pessoal antes mesmo de ser acadêmico. Ser lésbica em espaços educacionais que, equivocadamente, chamam esta orientação de errada, em uma mídia que muitas vezes corrobora com a perpetuação de preconceitos e discriminações, e, sobretudo em um país onde não são ofertadas políticas públicas que alterem a estrutura social de fato, é, no mínimo, angustiante.

A angústia na Psicologia, lembramos, é fator de adoecimento e é justamente essa ciência que nos possibilita identificar, enfrentar e ressignificar os potenciais geradores de sofrimento, portanto estar nesse lugar de pesquisadora é um enfrentamento diário. Além do fardo de ser quem se é, ainda enfrentamos o constante contato com notícias e posicionamentos equivocados de quem deveria ofertar acolhimento social, educação de qualidade e equidade conforme prega a Constituição Federal. Antes da presente dissertação ser por mim, é por toda uma população que merece visibilidade e respeito, não porque devemos “aceitar” ou “tolerar” como nas palavras do ex-presidente do país Jair Messias Bolsonaro, mas porque devemos compreender e viver junto a diversidade que é inerente à condição de humano.

Nós, pessoas LGBTQ+, estamos morrendo antes de concluir o ensino médio como Cosmo Carvalho de 13 anos², estamos sendo demitidos ao sermos “descobertos”³ e recusados na prática de esportes por se identificar em orientação sexual que não a compreendida como “normal”⁴. A conjuntura social nos limita antes que possamos ofertar trabalhos relevantes, medalhas e conquistas, portanto, prezado(a) leitor(a) não estranhe se pensar que parte significativa de suas referências não estão dentro da população LGBTQ+, é que, para muitos de nós, não foram ofertadas possibilidades.

Nessa perspectiva, olhamos para a Educação, conforme Paulo Freire (1967) nos auxiliou com suas obras, como espaço de transformação social. É na escola onde nos são dados os primeiros indícios de como a vida fora de nossas residências funciona. É na escola onde também adquirimos referenciais, portanto se faz relevante trabalhar juntamente com esses profissionais que, inevitavelmente, transmitem saberes, opiniões e posicionamentos. Os educadores e educadoras, dessa forma, possuem um papel diferenciado dentro do ambiente escolar voltados à formação crítica diante das diversidades, o que, conforme investigações anteriores da presente pesquisadora, fora percebido em conformidade com outras literaturas que apontam: há um déficit expressivo na formação acadêmica de professores e professoras no Brasil voltado às discussões sobre diversidades em sala de aula, seja ele ausente na formação acadêmica ou na própria estrutura da escola (Pinheiro, 2004; Saud; Tonelotto, 2005; Rocha; Sacierra, 2006; Gesser; Cord; Nuemberg, 2006; Bandeira; Hutz, 2012; Marcon; Prudência; Gesser, 2016).

² A notícia pode ser encontrada em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/04/adolescente-homossexual-e-morto-a-pauladas-chutes-e-socos-em-camocim-no-interior-do-ceara.ghtml>.

³ A notícia pode ser encontrada em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/04/adolescente-homossexual-e-morto-a-pauladas-chutes-e-socos-em-camocim-no-interior-do-ceara.ghtml>

⁴ A notícia pode ser encontrada em <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/08/12/jogador-diz-que-foi-recusado-por-50-clubes-por-ter-fama-de-gay.ghtml>

Embora tenha uma trajetória de anos de lutas, a população LGBTQ+ ainda se localiza em um sensível lugar na tecitura social: além de precisarem demarcar o seu espaço de respeito, precisam continuamente estarem atentos pela sobrevivência. As estatísticas dos últimos cinco anos, coletados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)⁵, nos trazem um panorama da situação vivenciada por esta população. O ano de 2017, segundo Gastaldi *et al.* (2021), trata-se do ano com mais mortes já registradas desde a fundação da associação que se deu há 42 anos. Nos anos de 2020 e 2021 o levantamento mostra uma queda que, ainda segundo os autores, devem ser contextualizadas trazendo tanto o isolamento provocado pela onda de COVID-19 que assolou o país, quanto a consequente subnotificação provocada pela pandemia, em função da redução de mobilidade da população em geral.

Nesse contexto, evidenciando a proporção de violências sofridas por este grupo, o dossiê construído pelo GGB no arquivo chamado Mortes e Violências Contra LGBTQ+ no Brasil (2022), mostra que as últimas duas décadas tiveram um crescimento significativo no que se refere a mortes violentas da minoria em questão. Esses dados nos ajudam a compreender o quão inseguras se encontram as pessoas LGBTQ+ no Brasil e, sobretudo, alarmam a necessidade de se pensar políticas públicas que de fato ofertem o suporte devido. Para além do cerceamento de vidas, apresentamos outras formas de limitação que são direcionadas a este grupo. Um elemento essencial a ser considerado pela Psicologia como ciência e profissão é o alto índice de suicídios entre a população LGBTQ+, conforme evidenciado por parte das mortes registradas pelos dossiês do GGB, que registra que foram 9,7% de mortes decorrentes de suicídio em 2019; 5,4% em 2020; 8,2% em 2021.

Dentro dessa discussão sobre violências, destacamos também o papel das desinformações como elementos que possibilitaram retrocessos diante das lutas da população LGBTQ+. As *Fake News*⁶, denominação amplamente popularizada acerca das desinformações, recentemente tiveram um papel fundamental no cenário político brasileiro, especialmente em 2018, muito embora elas já estivessem demarcando seu espaço em função da corrida presidencial norte-americana anos antes.

⁵ O Grupo Gay da Bahia (GGB) se trata de uma associação fundada em 1980 destinada à preservação e lutas pelos direitos de pessoas LGBTQ+. Anualmente, através de notícias jornalísticas e redes sociais, o grupo faz um levantamento e sistematização de mortes de pessoas da comunidade e, quando necessário, contatam pessoas próximas à possível vítima de LGBTQfobia para preenchimento dos dados sobre o perfil e posterior catalogação dos índices. Dados disponíveis em <https://grupogaydabahia.com>

⁶ A nomenclatura a ser utilizada no texto para definir esse fenômeno será desinformação, considerando que, embora *fake news* seja amplamente conhecida, a noção de desinformação carrega um sentido mais didático à discussão.

No Brasil, o então candidato Jair Messias Bolsonaro, sombreado pelas estratégias políticas de Donald Trump nos Estados Unidos, se debruça a construir uma campanha embebida de desinformações, jargões, preconceitos e muitas ofensas pitorescas a parcelas da sociedade civil, sobretudo a grupos que se caracterizassem enquanto minorias. Mulheres, pessoas indígenas, quilombolas, LGBTQ+, negros e população carcerária foram os principais alvos de comentários ofensivos. Um dos objetivos desse rechaço se trata de criar uma identidade de homem de bem, cuja fisionomia é a de um branco, com porte de arma, agressivo e com repertório discursivo carregado dos mesmos preconceitos proferidos pela então representação política de Bolsonaro.

É notável que a presença de desinformações no cenário sociopolítico vem se estabelecendo há algum tempo, sobretudo com o surgimento do 4Chan que se trata de um espaço virtual dedicado à troca de opiniões. Pereira (2013) apresenta o fórum, que foi criado inicialmente para divulgação de informações sobre animes e outros elementos da cultura japonesa no ano de 2003, como espaço que se transformara em um *locus* propício de divulgação de notícias, ideias e críticas sem a responsabilidade da identificação, já que a estrutura do site proporciona o anonimato.

Pereira (2013) chama atenção acerca de que sites ou *imageboard* como o 4Chan são capazes que explorar e apresentar as dissonâncias presentes tanto nas redes virtuais como redes sociais, sendo ele um reflexo do imaginário social que se estrutura a partir das representações que são imbricadas pela história, cultura e linguagem. Nesse ínterim, começamos a desenhar o início de uma das transformações geradas pelo uso da internet: grupos de pessoas plurais e em localidades diversas se conectando ideologicamente e fomentando a manifestação de pensamentos potencialmente violentos, embebidas, sobretudo, pelo anonimato. Assim surge uma das principais armas narrativas contra uma das mais populares intervenções vindouras do Brasil sem Homofobia: o projeto Escola sem Homofobia, ou para os seguidores ferrenhos de Bolsonaro, simplesmente *kit gay*.

Dourado (2020) identifica que o 4Chan gestou espaços outros onde desinformações como o *kit gay* ganharam o apreço popular, embora tais notícias já viriam sendo processadas de forma longitudinal. A sociedade, segundo a autora, já vinha se familiarizando com o uso indiscriminado da internet, o que se concretizou ainda mais com o surgimento de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, que proporcionam um espaço para exposição de pensamentos e contato com pares, conexões estas geradas tecnologicamente através dos algoritmos. Nesse ecossistema de informações, trocas dos mais variados tipos e objetivos vão se avolumando e criando ora espaços civilizados ora espaços de violação de direitos humanos.

Em uma tentativa de desconstrução do movimento social “esquerdista” em torno dos direitos humanos, muitas desinformações foram disseminadas em alusão projeto Escola sem Homofobia, este que fora pensado com a colaboração de entidades sociais e do governo para o combate a LGBTfobia ou homofobia como era chamada na época. O kit de combate a homofobia foi planejado e executado pela Global Alliance for LGBT Education (GALE); as Organizações Não-Governamentais (ONG) Reprolatina, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Pathfinder do Brasil e a associação e Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT). Todas as etapas de planejamento e execução do projeto foram debatidas e acompanhadas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Brasil, 2004).

Para atingirmos nosso objetivo realizamos uma pesquisa qualitativa com a intenção de compreender os fatos a partir dos textos e documentos selecionados. Realizamos coleta de dados em documentos, entrevistas e notícias veiculadas pela mídia nacional e os analisamos inspirados através da metodologia de análise de conteúdo. Portanto, construímos uma investigação que se desdobra em quatro capítulos. No primeiro contextualizamos o cenário de implementação do PBSH em 2004; logo após, realizamos um levantamento sistemático das produções técnico-científicas que traziam narrativas em torno do programa a partir de 2004; mais adiante situamos teoricamente a escola enquanto espaço em que se manifestam diferentes modos de opressão voltados à gênero e sexualidade; por fim situamos o que ficou, o programa maranhense Escola sem LGBTifobia no Maranhão para entender os campos de força envolvidos na execução desse projeto no estado.

Enquanto principal conclusão da presente pesquisa, entendemos que o *kit gay* se trata apenas da ponta de um *iceberg*, onde o que está visível é somente uma pequena parcela da LGBTfobia institucionalizada no país. Pudemos verificar que o sucesso de programas de cuidado à população LGBT+ não necessita somente de ações pontuais e isoladas para se tornarem efetivas, precisam objetivamente de uma prática pedagógica, uma transformação através da educação de modo basilar, posto que os preconceitos contra esta minoria estão na violência brutal direcionada a ela, mas também estão na omissão cordial que opera nas instituições do país.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A respeito do percurso metodológico, a presente dissertação se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo. Por pesquisa qualitativa, entendemos

que trata-se de um “fenômeno que pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (Godoy, p 21, 2005). Adotamos o viés qualitativo por compreender a complexidade que é inerente ao nosso objeto de pesquisa.

A coleta de dados foi feita no período de 2008 a 2023, através dos seguintes procedimentos: a) coleta documental sendo um método que inclui a pesquisa de documentos como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios e “possibilita entrar em contato com os documentos que constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo” (Godoy, 1995, p.21). Inclui-se aqui também acervo audiovisual como entrevistas, documentários, filmes e similares. Neste sentido tivemos acesso a artigos científicos, teses, entrevistas e notícias veiculadas por portais jornalísticos; b) pesquisa bibliográfica é caracterizada como a “classificação do material selecionado como fonte de pesquisa como por exemplo: livros, coletânea de textos teses e dissertações, periódicos” (Lima; Miotto, 2007, p.43). Esse tipo de pesquisa, segundo os autores, deve ser feita de forma sistemática e com critérios previamente estabelecidos. Tendo como orientação essa perspectiva, definimos duas plataformas de pesquisa, sendo elas: os periódicos da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) por se tratarem de recursos constantemente utilizados na Psicologia e a por contar com a reunião de estudos multidisciplinares.

Para a leitura dos dados utilizamos a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Essa metodologia proporciona uma categorização dos dados, sendo essa perspectiva uma possibilidade de desenho de categorias relacionadas aos objetos pesquisados. Bardin (1977) nos traz que a Análise de Conteúdo opera através de inferências, podendo elas serem obtidas através de um protocolo constituído de três fases: a pré-análise, caracterizada como uma primeira leitura flutuante para que ocorra uma inicial separação dos objetivos que dialogam com os objetivos também definidos nessa fase; a partir do recorte já definido, há que aprofundar minuciosamente na exploração dos dados coletados, a fim de construir polos analíticos que podem se equivaler, coocorrer e se oporem num nível comparativo.

Então, através das palavras-chave “Brasil sem homofobia”, “sexualidade”, “educação” e “gênero” encontramos 27 textos, dos quais 23 foram selecionados. A partir da seleção textual, elaboramos um quadro de referência que nos permitiu fazer uma análise conceitual do tema em questão e pode ser observada no apêndice A. Acerca dos critérios de inclusão, decidimos por utilizar os artigos em português e espanhol, assim como os que versavam sobre a temática pretendida de modo a considerar aspectos como LGBTfobia,

propostas educacionais no enfrentamento de preconceitos, formação profissional voltada à minorias e conceitos atuais relacionados à LGBTfobia. Para o enriquecimento da elaboração, optamos por resgatar uma entrevista sobre o tema lançada em 2004, assim como realizamos três entrevistas estratégicas com pessoas envolvidas em conquistas LGBTQ+, sendo uma delas o coordenador da secretaria de direitos humanos do Maranhão, uma professora trans do Instituto Federal do Maranhão e o fundador da primeira escola que incluiu temática LGBTQ+ em sua estrutura pedagógica.

2 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

O Programa Brasil Sem Homofobia (2004) foi criado através de uma parceria entre o Governo Federal, que naquele período apresentava interesse nas demandas da população LGBTQ+, junto a Sociedade Civil Organizada. Naquele período, o país testemunhava um aumento nos números de homicídios de pessoas identificadas como parte da comunidade LGBTQ+, passando de 125 para 158, conforme levantamento de Gastaldi et al. (2021). Portanto, diante do aumento progressivo nas taxas de mortalidade dessa minoria, tornou-se indispensável propor uma agenda que incluísse suas demandas.

Na época, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Mário Heringer, concede entrevista à TV Câmara respondendo à questionamentos relacionados ao programa Brasil sem Homofobia que estaria sendo articulado. O programa surge com o apelo de retomar à Educação como instrumento de transformação social, sobretudo, em relação aos direitos da população LGBTQ+. A entrevista de 29 minutos, ainda disponível na íntegra no site da Câmara⁷, se revelou um recorte ilustrativo de como se enxergava a problemática levantada. Na oportunidade, o deputado respondia questionamentos feitos por populares e da entrevistadora Teresa Carneiro.

A linguagem, objeto de análise do vídeo supracitado, nos leva a um lugar de desconforto. Eble (1982, p.81) nos diz que “a forma como pensamos está perfeitamente encadeada com a forma pela qual falamos, e a forma como falamos depende de nossa leitura do mundo” o que interage com a reflexão pretendida ao passo que o discurso apresentado no vídeo é resultante de uma confluência de fatos históricos que incidem na construção de um repertório de linguagem carregado de terminologias que, quando analisadas de forma histórico-crítica, desembocam em entendimentos rasos e parciais relacionados às pessoas LGBTQ+.

Eble (1982) nos ensina que a linguagem nunca está acabada e que seu tamanho (imensurável) tende a colocar os sujeitos em lugar de destinatário, concepção que possui reverberações outras, mas que nos proporciona o olhar acerca do fato de que a linguagem ocorreria de forma inevitável e que os componentes ali contidos seriam incutidos no imaginário social. Portanto, ao analisarmos o vídeo sob a luz de Bardin (1977), conseguimos enxergar a constelação de significados próprios de um período em que a temática LGBTQ+ ainda se inseria timidamente no cenário brasileiro.

⁷ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/153582-brasil-sem-homofobia/>

No vídeo, por meio de um aplicativo que extrai áudios para uma análise mais precisa, a palavra “homofobia” foi o termo mais citado em referência aos LGBTQ+, mencionado 18 vezes para ilustrar preconceitos e discriminações. O termo “homossexualismo” apareceu 07 vezes na descrição de áudio, junto com “orientação sexual” em mesma quantidade (07). Mais adiante e de forma aproximada ao termo anterior, foi levantado nos discursos dos atores da chamada, o termo “opção sexual” em 05 oportunidades. Mesmo que na contemporaneidade o termo “travesti” possua uma rica ressignificação, a maneira em que fora utilizado no vídeo por 05 vezes demonstrara ausência de um repertório linguístico que abarcasse a população trans. Outros termos também foram mencionados em relação à população LGBTQ+: “violência” foi citado 05 vezes; “apologia” apareceu 04 vezes; “comportamento”, “homossexual” e “identidade sexual” foram mencionados 03 vezes cada; “negócio complicado” foi mencionado 02 vezes; “mudança de sexo” e “vida íntima” foram mencionados uma vez cada.

Através da exposição desses termos, de antemão, conseguimos observar tanto uma característica linguística que posterior e continuamente vem sendo reformulada, mas ao mesmo tempo não se distancia significativamente da forma como nos comunicamos nos últimos anos. Ao observamos os discursos de políticos que fazem oposição ao avanço de ações governamentais voltadas ao público LGBTQ+, assim como dentro de nossas casas e Universidades, a maneira como se conta a história LGBTQ+, ainda é carregada por terminologias retrogradadas e limitantes.

Adentrando historicamente no contexto de inserção do PBSH, Rodrigues (2023), pesquisadora e mulher trans maranhense oriunda da Universidade Federal do Maranhão, *locus* deste PPG, nos traz que os primeiros movimentos de resistência LGBTQ+ no Brasil, embora ocorrendo em todo o território nacional com mais notoriedade a partir do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em 1978, foram orientados de forma a privilegiar o homem gay cis do Sudeste, o que viria, mais tarde, justificar a presença do termo homofobia com tanta frequência no vídeo, já que falava-se com certa homogeneidade daquilo que hoje entendemos como população.

Rodrigues (2023) destaca que a transexualidade esteve presente por 50 anos na lista de patologias da Organização Mundial de Saúde (OMS), o que fundamentou o surgimento de estigmas e restrições relacionadas a esse grupo. Nesse ensejo, observamos que a utilização dos termos travesti e homossexualismo presentes no vídeo, não estão distantes de concepções patológicas relacionadas à gênero e à sexualidade. Embora essa retirada tenha ocorrido em 1990 e no Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM) tenha também reconhecido a homossexualidade enquanto comportamento sexual em 1985, até os dias atuais, como já

citamos, não é incomum que observemos a perpetuação dessa lógica, que potencialmente alimenta nossos tristes números de vidas ceifadas por estarem apartadas da cisheteronormatividade.

Rodrigues (2023) esclarece que o aprimoramento no repertório linguístico relacionado aos LGBTQ+ fora realizado não sem dor. Eventos, reuniões de ativistas e encontros, desde iniciativas mais intimistas como a Turma OK, reconhecida como o mais antigo grupo homossexual brasileiro, até grandes eventos nacionais como a Parada LGBTQ+, que teve sua primeira edição em São Paulo em 1997, foram referências na divulgação e modificação de terminologias. Hoje, a existência de uma sigla que compreende toda a diversidade significa que, progressivamente, as pessoas tiveram que buscar seu lugar na sigla e no país.

Acerca da utilização dos termos “opção sexual” e orientação sexual, Rodrigues (2023, p.43) nos diz que:

Dentre as discussões suscitadas nesse momento é adotado em 1984 o termo "orientação sexual", de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma "opção" ou como uma "condição inata". Nesse mesmo ano tem início a campanha nacional para retirar a homossexualidade do código de doenças do sistema de saúde brasileiro. Em 1985 surge o grupo Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro, mesmo ano em que o Conselho Federal de Medicina retira a homossexualidade do rol de patologias. A despatologização ocorreu no Brasil cinco anos antes da Organização Mundial da Saúde (OMS), retirar a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças em 1990. O Grupo Triângulo Rosa defende a inclusão do termo "orientação sexual" na Constituinte de 1987, nos artigos que vetam a discriminação e a diferença salarial. A inclusão não foi adiante, mas posteriormente foi adotada em legislações municipais e Estaduais.

Trouxemos essa contextualização afim de problematizar não somente a utilização do termo em um vídeo proposto por uma figura pública, mesmo após 20 anos de sua substituição nas literaturas que versavam sobre o tema, mas também para chamarmos atenção acerca de como ainda nos últimos anos, sobretudo após o surgimento da desinformação kit gay em 2011, figuras como Jair Bolsonaro ainda se sentem confortáveis em tecer declarações preconceituosas direcionada a toda a comunidade sob a máxima de se tratar de uma opinião⁸.

Castorino e Xavier (2021) discutindo o caráter patológico do sufixo -ismo, presentes em termos como o “homossexualismo” ou mesmo travestismo (que não fora citado no vídeo), apontam que essas noções permeiam o chamado pensamento social. Os autores, implicados nos estudos da Lexicografia, escancaram a presença de tais termos em dicionários que são distribuídos em escolas públicas no Brasil, gerando o questionamento de até que ponto de fato estamos implicados, enquanto sociedade, na substituição e ressignificação de termos cujo

⁸ Para acompanhar na íntegra algumas das diversas declarações do político citado, acesse <https://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/100-frases-homofobicas-jair-bolsonaro/>

interesse inicial seria de classificar e excluir. Nesse ponto, nos chama atenção o rechaço direcionado aos frutos do PBSH que adentrariam a escola. Destacamos que a resistência à inclusão de materiais que desafiam a visão normativa, vem evidenciando a falta de coerência nas políticas educacionais e os estigmas persistentes que afetam a comunidade LGBTQ+.

Nesse momento estamos tratando de um problema léxico que se cascateou e foi capaz de gerar consequências concretas à realidade LGBTQ+. Castorino e Xavier (2021) pincelam a noção de estigma, um dos principais produtos da concepção patológica da homossexualidade, e nos trazem o lugar de divergência que resta a uma população que, dentro de sua pluralidade, se orienta para além do cisheteronormativo. Os autores pontuam ainda que “em outros dizeres, percebe-se que socialmente a população LGBTQ+ é tolerada pela comunidade heterossexual, mas de uma forma inferiorizada.” (Castorino; Xavier, 2021, p. 245)

No vídeo também ocorreram duas oportunidades em que a referida minoria foi geradora de incômodos que merecem destaque. A ideia de “negócio complicado” fora utilizada no contexto de explicação de conceitos relacionados à identidade de gênero, o que reflete ainda mais a falta de conhecimento técnico dos ali presentes, sobretudo por ocuparem o lugar de suposto saber ao responderem questionamentos populares. Rodrigues (2023) critica justamente a posição ocupada por representantes políticos, cujo envolvimento real com a pauta se dá de maneira tímida, como também, retomando sua luta, o distanciamento da comunidade trans no aspecto decisório e de criação de políticas públicas voltadas para si. No mais, o entrevistado e entrevistadora falavam de desconhecidos.

Irineu (2014) retoma o cenário de execução do programa chamando atenção para um outro problema que emergira junto à apresentação do projeto: sua relação com o governo. Com resquícios (fortes) da lógica neoliberal iniciadas pelo Fernando Collor de Mello e do Fernando Henrique Cardoso (presidentes antecessores), o tratamento das ações propostas no PBSH, pareciam ser transferidas de modo sutil das mãos da máquina estatal para serem conduzidas pela própria Sociedade Civil, sinalizando, em alguma medida, mais um descaso (entre tantos) direcionados aos LGBTQ+.

Em consonância com Irineu (2014, p.197), o cenário de implementação do programa, podemos afirmar, dialoga com a postura limitada do entrevistador no vídeo aqui analisado, já que demonstra uma “falta de expertise no debate sobre a efetivação dos direitos LGBTQ+”. A desresponsabilização e distanciamento do Estado em relação aos interesses LGBTQ+ não aparece somente com a apresentação do Programa, mas se retornarmos ao cenário de evolução do HVI/AIDS na década de 80, é notável a aplicação de medidas maquiadas de proteção social,

mas que na realidade estavam sendo um atalho para a violação dos direitos humanos, vide a Operação Tarântula⁹.

Marcada por negligências do aparelho estatal, a criação do Programa em si, já demonstra que a originalidade veio de um lugar outro. Irineu (2014, p.198) elenca que é notório o protagonismo da militância na elaboração do programa pois as “marcas da política identitária são perceptíveis, em especial nos termos con-tidos no glossário do PBSH, que permeiam a essencialização das identidades e o determinismo da sexualidade.” Dessa forma podemos inferir que, em primeiro lugar, o cenário real da época estaria mais relacionado ao atendimento de pressões sociais do que propriamente de interesse genuíno na criação de políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQ+, assim como fora fundamental que houvesse esse envolvimento de ativistas na produção do material, para que a obra final não estivesse carregada de tropeços como no vídeo analisado.

Irineu (2014, p.199) nos ajuda ainda a explorar o cenário de implantação do PBSH retomando algumas ações que de fato começaram a se manifestar, foram elas o

apoio a projetos de ONGs; capacitação de militantes e ativistas; criação de núcleos de pesquisa em universidades públicas; projetos de capacitação de professores da rede pública; programas na área de saúde e prevenção de DST/AIDS; e criação de centros de referência em direitos humanos e combate a crimes de homofobia.

Todavia, as ações supracitadas ocorreram de modo mais disperso do que o desejado. Irineu (2014) aponta que mais uma vez, na prática, a condução das atividades ficou sobremaneira na alçada de grupos de ativistas, já que de forma mais evidente, o poder estatal se desresponsabilizava no tratamento dessas questões. No dia 28 de novembro de 2007, fruto ainda do surgimento do Programa, ocorreu a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais que fora intitulada “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” com o objetivo de “discutir e propor, de forma coordenada e com a garantia de participação popular, as políticas que nortearão as ações dos Poderes Públicos” (Brasil, 2008, p.02). Este evento sendo considerado um dos maiores marcos da luta LGBTQ+, representou também um

⁹ Conforme foi noticiado pela Folha de São Paulo no dia 01 de março de 1987 (o registro ainda consta na íntegra no acervo do jornal) a polícia de São Paulo iniciou, ainda na madrugada, uma operação objetivando a contenção do HIV/AIDS. De modo animalesco, mulheres trans foram conduzidas e presas por estarem realizando o estigmatizado trabalho de profissionais do sexo. Somente no primeiro dia de operação foram realizadas 56 prisões e, após pressão popular e a então suspensão da operação, grupos de extermínio anônimos deram prosseguimento na proposta inicial ceifando a vida de mais mulheres trans. Recomendamos o breve documentário intitulado 1987 - Operação Tarântula Para Exterminar Homossexuais que pode ser encontrado no site <https://www.youtube.com/watch?v=sPWUGaQXqwc>.

momento de produção, trocas e divulgação de conhecimentos que não poderia mais ser rechaçados.

Durante o processo de pesquisa e escrita desse capítulo, sobretudo em relação a ações governamentais relativas às pautas LGBT+, destacamos um incômodo no fato de que tanto no Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Brasil (2008), como em listas de principais ações do primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) contidas no site que organiza as iniciativas do PT. Percebe-se um vácuo a partir da apresentação do PBSH até o ano de 2006. A ausência de movimentação nos dois primeiros anos após o lançamento do PBSH, nos dizem que apesar do ineditismo do governo Lula em dar espaço à pauta, no campo do real essa movimentação não ocorreu de forma contínua e, se ocorreu, fora de forma muito tímida e desinteressada, portanto a necessidade de se atentar criticamente ao que é prometido e o que é cumprido por parte de representantes políticos.

Ainda dentro do Texto-base da Conferência (2008, p.11), chama atenção a complexidade dos 05 preceitos básicos – chamados de democráticos e inovadores - para a implantação de políticas públicas voltadas à população LGBT+, são eles:

- a) Laicidade do Estado – A pluralidade religiosa – ou mesmo a opção por não ter uma religião – é um direito que remete à autonomia e a liberdade de expressão, garantidos constitucionalmente.
- b) Participação social no processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas para GLBT – A participação e protagonismo da comunidade GLBT no acompanhamento e na verificação da execução das políticas é fundamental.
- c) Promover e Defender os Direitos Humanos: A reafirmação da universalidade dos direitos humanos deve estar acima de qualquer quadro de discriminação e das variadas formas de violência praticadas socialmente. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- d) Gerar e sistematizar evidências sobre a situação de vida da comunidade GLBT a fim de subsidiar a implementação de políticas públicas em defesa de seus direitos sociais: O Estado deve se comprometer em incentivar pesquisas acadêmicas e das organizações da sociedade civil em prol do esclarecimento das reais condições de vida da população GLBT, bem como utilizar o conhecimento já acumulado.
- e) Primar pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação das políticas públicas: O combate à homofobia requer ações integradas entre as áreas da educação, saúde, segurança, dentre outros.

Conforme apresentado, é possível perceber o comprometimento multifacetado frente às demandas apresentadas. Uma frente massiva de ativações teria como fundamento tais preceitos que fariam barulho em diversas instâncias, pois agora a comunidade estaria respaldada pelo Estado, orientada pela legislação e acolhida nas políticas públicas que estariam por vir, mas como podemos observar no conjunto de políticas vigentes, o desinteresse alavancou a distância entre o prescrito e o real, fazendo com que muitas propostas como o Escola sem

LGBTfobia no Maranhão (que apresentaremos mais à frente), inclusive até a contemporaneidade, não saíssem do papel. Lembramos também que o PBSH fora desmobilizado frente a tantos intempéries, mas sua matriz ainda é lembrada.

Mais adiante, salientamos que desde 1988 não se instaura uma legislação específica para a população LGBTQ+ no Brasil, ocorrendo eventualmente o aparecimento de decretos ou medidas provisórias, ambas marcadas pela temporalidade limitada. Kotlinski, Cezário e Navarro (2007) nos ajudam a observar, de forma pormenorizada, a maneira como estão dispostas as proposições de nível federal. Quanto às leis, existem 06 cuja estrutura em algum momento se refere ao aspecto de gênero ou sexualidade, não sendo nenhuma delas específicas às demandas da população LGBTQ+. Quanto aos decretos, existem apenas 04 com a mesma configuração de citar a dita minoria no corpo de seu objetivo. No mais, com essa limitação, a população continua padecendo de um olhar mais aprofundado e cuidadoso dos setores públicos. Não é suficiente citar os termos “sexualidade”, “diversidade sexual” ou “discriminação de gênero” em um texto que se propõe atender à diversos públicos, e supor que isso consiga compreender toda a complexidade pertencente a esta minoria.

Kotlinski, Cezário e Navarro (2007) apontam que é possível identificar mais medidas circulando em níveis estaduais e municipais do que a nível federal. Pensar que esse acompanhamento não está sendo cascadeado, vindo de cima para baixo, retoma a afirmação de Rodrigues (2023) que cita essa instância com o devido distanciamento da causa, o que deixa escapar o nível de comprometimento ali presente.

A este ponto, compreendendo uma partícula da trilha que conduziu a implantação de um programa que objetiva diminuir índices de LGBTQfobia, nos questionamos sobre o quão limitados são os interesses que possibilitariam o sucesso de um PBSH. A eficácia de um projeto como este está relacionada à continuidade, à presença, mas o que se pôde observar até aqui, foi justamente o descaso na gestão da agenda em que deveria constar pautas minoritárias. Entendemos, portanto, que o espaço de implantação de um inovador programa com intenções psicoeducativas como este, deveria dispor de uma gestão transversal, com agentes genuinamente implicados no jogo de interesses que norteiam o fazer político do Brasil.

Cantanhede (2023) diz que dentro da dinâmica que viria a determinar a transversalidade do programa, as discriminações relacionadas à identidade de gênero tampouco pouco foram citadas à época, tendo em vista justamente a resistência destes políticos de oposição. Nesse aspecto, o PBSH se evidencia como o fruto de um campo de forças, estando os agentes envolvidos armados de noções preconceituosas que viriam a determinar a efetividade daquele que seria um dos maiores suportes sociais na garantia de direitos.

A postura encarnada pelas figuras políticas que se debruçaram sobre o PBSH, evidencia a contradição entre as esferas pública e privada dos indivíduos que Arendt (2007) nos ajuda a elaborar enquanto elemento constitutivo na determinação de nossas relações interpessoais. A autora utiliza o exemplo de uma mesa para nos esclarecer o funcionamento das relações na esfera pública: note que os ali sentados conseguem confluír acerca de um assunto e ao mesmo tempo não estão totalmente juntos, posto que a esfera pública possui esse lugar de mediação. No que se refere ao PBSH, a força política se mostrou imersa em contradições, mas ao mesmo tempo, demonstrou notável alinhamento de ideias que escapavam de seu âmbito privado em formato de ora LGBTfobia cordial ora LGBTfobia escancarada.

Arendt (2007, p.66) problematiza também o desejo por admiração pública de sujeitos que, por sua natureza, são sujeitos políticos. A autora coloca em xeque a existência dessa ponte que separa os espaços públicos dos privados, considerando elementos como a vaidade na composição da condição de humano e que, “consumida diariamente em doses cada vez maiores” conseguem escancarar a futilidade em nossa tomada de decisão. Considerando a trajetória do PBSH até aqui destrinchada, conseguimos observar o quão frágil é esta ponte que a filósofa problematizou em sua obra; as vozes que se fizeram oposição não continham apenas uma preocupação objetiva com a dinâmica das ações ou questões orçamentárias, essas vozes falavam de si, do pânico moral que estava sendo regado cuidadosamente por cada uma das figuras da bancada conservadora.

Cantanhede (2023), em uma outra análise, notou também uma fragilidade presente no PBSH que se dá justamente na ausência das articulações necessárias para uma inclusão concreta de pessoas LGBT+ no mercado de trabalho. Essa observação nos mostra que a construção do BHS em 2004 se deu de forma preambular, desconectada de certas necessidades cruciais para uma vida digna. Referente àquele ano, Irineu e Oliveira (2020) levantaram que, mesmo havendo a presença da pauta desemprego na agenda executiva no país, pauta essa que já vinha se avolumando desde o início dos anos 2000, especificamente quanto à minoria LGBT+ não foram encontrados grandes avanços, já que, de forma reiterada, o PBSH cita apenas a discriminação no ambiente de trabalho, isto é, refere-se às pessoas já inseridas na formalidade. Quanto à informalidade, esta, naquele período, ainda se manteve às margens.

Irineu e Oliveira (2020, p.47) citam também que “não há nenhuma legislação brasileira que regulamenta sobre Trabalho, Emprego e Renda que se refira à comunidade LGBT+, tanto em relação à orientação sexual quanto à identidade de gênero”. Nesse sentido, considerando o tímido investimento em acolhimento à comunidade, é esperado que o retrato daquele período seja muito parecido com os cenários mais recentes, em que estas pessoas continuam em

empregos informais, já que segundo relatório do *Great Place to Work* (2022) apenas 4% dos colaboradores de grandes empresas nacionais se declaram LGBTQ+.

Se apenas uma pequena parcela dos trabalhadores LGBTQ+ estão de fato alocados em trabalhos formais, onde estão os demais? Este questionamento é elaborado em um documentário da Rádio e TV Justiça¹⁰ denominado Mercado de trabalho LGBTQIA+ onde diversos profissionais destacam suas experiências laborais atravessadas pela LGBTQfobia. No documentário é ressaltado que parte desses cidadãos que foram excluídos ou sequer entraram no mercado de trabalho, recorrem à meios de sobrevivência como a prostituição e outras profissões mais feminilizadas, como cabeleireiros, maquiadores e similares. Nesses relatos se evidencia a relação de poder entre gêneros, onde cargos de liderança e que exigem força braçal são ocupados por homens heterossexuais e os demais, “mais leves”, são associados às mulheres, assim como a pessoas LGBTQ+.

Observemos que estamos tratando de uma equação complexa que se inicia desde à evasão escolar motivada pela LGBTQfobia, à insegurança psicológica vivenciada por quem está às margens da normatividade e também à falta de seguridade social ofertada pelo poder público. Essa rede de violências deve ser enxergada, pois o tratamento de demandas LGBTQ+, deve considerar todos os fatores que incidem sobre os corpos não-cisheteronormativos, o que não foi feito de modo claro no PBSH em 2004. Seriam necessárias ações no BHS que investissem em políticas públicas que tivessem como objetivos centrais, por exemplo, sanar o problema do acesso ao trabalho, criando instrumentos de incentivo à contratação dessa parcela da população. Ao invés disso, os tópicos que abordam a questão do trabalho são demasiadamente genéricos, sem concretude em seu conteúdo, mostrando-se, por vezes, inadequados à satisfação da complexidade da situação-problema a que se propunha intervir.

Para a compreensão da consequência desse esquecimento, Cantanhede (2023, p.84) nos lembra que

mensurar as dificuldades que ainda persistem até hoje, face à permanência da discriminação que excluem do trabalho pessoas LGBTQI+, mostrou-se difícil, em razão da ausência de dados sobre a empregabilidade e demais dados socioeconômicos desse grupo social. Como já dissemos, o Estado não possui pesquisas voltadas para contabilizar essas informações.

Ao buscarmos entender qual seria o cenário de empregabilidade de 2004, também nos deparamos com a incipiência dos dados relacionados, seja em sites como IBGE, seja em outros estudos com menos impacto, reiterando nosso questionamento: onde estavam as pessoas

¹⁰ Documentário pode ser assistido em <https://www.youtube.com/watch?v=8o-HdAfm0H0&t=664s>

LGBT+ naquele período? Ao que tudo indica, de fato, estavam brigando para serem vistas, pois no que se refere a ações governamentais, de forma objetiva, estas continuavam esquecidas.

Benevides e Nogueira (2021) empregam o termo 'compulsório' para destacar as condições enfrentadas por pessoas transexuais e travestis que recorrem à prostituição como sua principal fonte de renda, ainda no contexto do desemprego. Segundo levantamento das autoras, cerca de 90% das mulheres transexuais e travestis se encontram nesse meio, justificando o teor compulsório da inserção destas pessoas a essa prática laboral. Ao nos depararmos com esses números, nos deparamos com o sentimento de falha enquanto sociedade para com a proteção dessas pessoas que parecem estar fadadas a subempregos, violência e abandono.

Atentemos, através dessa narrativa, ao fator identitário que é gerado pelas relações de trabalho aqui entendidas como compulsórias. Por um lado, temos pessoas enxergadas enquanto objetos fetichizados e ligeiramente associados à violência, por outro, temos essas mesmas pessoas limitadas as ruas, ao abandono e a exclusão social. Nesse ensejo, não conseguimos falar de transexualidade sem, em algum momento, falar de prostituição, pois nossa história foi montada para que essas pessoas representassem predominantemente esse papel. Dessa forma, nós retiramos, sem anestésicos, a possibilidade de sonhar dessas pessoas, de se enxergar ascendendo socialmente, posto que a insistência no menosprezo destas, culminou no atraso ou desajuste em todas as políticas que se propunham ao acolhimento. A internalização desse não-lugar é apenas uma das diversas consequências do apedrejamento moderno que insistimos em movimentar, seja na retirada de direitos, seja no trocar de calçada, no sentimento de cautela, no distanciamento social. O Brasil não lacera somente o corpo físico, sua conduta mata sonhos, cientistas que não tiveram a oportunidade de estudar e artistas que não puderam ser assistidas.

A marginalização de corpos trans e travestis parece atender ao desejo social do controle, da opressão. O Brasil, classificado como um dos países mais inseguros para a população LGBT+ conforme os Dossiês do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+, endossa esse desprezo institucionalizado, pois, ao contrário do tratamento dado à grupos de interesse ao governo (a exemplo disso, os grupos da iniciativa privada), os devidos suportes necessários para sanar a exclusão da população trans, se encontram limitados desde o surgimento do PBSH. Corroborando com esta análise, Irineu e Oliveira (2020, p.45) trazem que

É possível apontar também, entretanto, que esses programas e ações possuem níveis distintos de compromisso com a ideia de proteção social a depender das vinculações partidárias e filiações a determinadas concepções de Estado. Ou seja, uma política governamental terá, na sua formulação, características aliadas ao projeto societário ao qual aquele governo se vincula.

Dessa forma, se evidencia a importância de escolhermos criticamente quem serão nossos representantes políticos, pois isso determina se continuaremos invisíveis ou se desfrutaremos de algum cuidado ao longo dos mandatos. Para Cantanhede (2023) não somente se faz necessário que nossos representantes políticos possuam o interesse na causa, assim como se faz indispensável que os próprios sujeitos LGBTQ+ se encontrem inseridos em espaços com voz ativa para a composição da hierarquia social. À título de conhecimento, naquele período, entre deputados estaduais e federais, contávamos apenas com 01 representante LGBTQ+ no Congresso. Maria Eulina Rabelo de Sousa Fernandes, como nosso prezado leitor já deve supor a existência de intempéries em sua trajetória, precisou passar por uma batalha judicial para assumir o cargo.

Beltrão e Souza (2009) analisam a partir do Direito os elementos preconceituosos que sutilmente compuseram as “provas” contra aquela que não poderia assumir o cargo por, possivelmente, manter o relacionamento com outra figura política. Note que, a inelegibilidade de cônjuges não foi o único item que embasou todo o rechaço à então deputada estadual do Pará, houve também o acentuado interesse em encaixá-las em uma lógica heteronormativa, fazendo os autores concluindo que de fato o julgamento ali foi também moral, ultrapassando assim o aspecto político.

Considerando que Eulina e sua possível companheira foram tratadas no masculino e receberem sugestões de que se encontravam em um relacionamento como homem e mulher, sendo esse último o modelo ideal trazido nas falas dos juristas, Beltrão e Souza (2009, p.93) nos dizem que

os operadores do Direito, diante da relação entre Eulina e Astrid, utilizam, para caracterizar as duas mulheres e as situações que as envolvem, termos e expressões reveladores de preconceitos, contribuindo para uma cultura jurídico-institucional que não privilegia a democracia e desrespeita direitos, como a igualdade, a dignidade, a não-discriminação.

O privilégio heterossexual pode ser observado, entre tantas situações cotidianas, na possibilidade de se assumir funções públicas e não passarem por toda a vigilância que pessoas LGBTQ+ habitualmente passam. A vigilância que, possivelmente gerou danos irreparáveis a figuras como Eulina, é a mesma que opera buscando inserir na binaridade, os corpos e quereres que destoam dela. A partir dessas realidades superpostas, podemos inferir que as sexualidades e os gêneros são marcadores que historicamente chegaram antes da competência, inteligência, assertividade e compromisso.

Outro eixo importante na assistência que fora fomentada naquele período se trata da saúde. Em outubro de 2004, foi publicada a portaria nº 2.227 que trata da criação de um comitê

cujo objetivo seria a formulação da política nacional de saúde da população LGBTQ+ e nela destacamos dois pontos: o primeiro quando o documento fomenta a sistematização de dados para a educação permanente dos agentes de saúde que estão na linha de frente do problema; o segundo ponto referente ao fato de que o próprio governo assume a ausência de estudos que contemplem as demandas da comunidade, reforçando o interesse na criação de setores que entreguem estes dados.

A portaria nº 2.227, de 14 de outubro de 2004 para tanto, se estrutura em 4 atribuições, são elas:

I - sistematizar proposta de política nacional da saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - GLTB, com vista a garantir a equidade na atenção à saúde também para esses segmentos sociais; II - promover a elaboração de propostas de atenção integral à saúde, de participação e de controle social voltadas para a população GLTB, de forma intersetorial e em consonância com o Plano Nacional de Saúde, para pactuação nos organismos intergestores do SUS; III - incorporar, nas elaborações da política de saúde, subsídios técnico-políticos provenientes do movimento social e do campo da pesquisa, visando ampliar o conhecimento sobre a situação da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais; e IV - participar de iniciativas intersetoriais relacionadas com a saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. (Brasil, 2004)

Nos chama atenção o fato de que os 4 pontos trazidos pela portaria se baseiam nas noções de integralidade e intersetorialidade, estas sendo o reconhecimento de que para a criação de políticas efetivas, deve-se concatenar dispositivos diversos, bem como ampliar os olhares ao que os cidadãos de fato estão vivenciando e sofrendo em todas as regiões do país, assim essa articulação responderia ao que estava sendo demandado. Na terceira atribuição é citado protagonismo dos movimentos sociais e da pesquisa para a elaboração, o que, embora ainda não demonstre uma visão verticalizada, já seria um avanço no objetivo de uma sociedade mais equânime.

Rocon *et al* (2020) sistematizam um outro ponto fundamental dentro das políticas de saúde LGBTQ+: a experiência em saúde de pessoas transsexuais e travestis. Os autores contextualizam que o incentivo à criação de metodologias de cuidado específicos à população trans, surge no ano de 2004, mas que, assim como diversas outras propostas, esta enfrentou sérias dificuldades em se concretizar de algum modo. Em 2008 surge o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) e mesmo sendo uma conquista significativa, ainda foi marcada pelo preconceito historicamente difundido à população atendida.

Segundo Rocon *et al* (2020) a própria estrutura do programa continha, de forma escancara, os vieses que determinariam que aquele processo não ocorreria de forma simples. Em primeiro lugar, a pessoa assistida teria que passar por um acompanhamento multidisciplinar

ao longo de 02 anos e teriam que se encaixar no quadro de conduta desviante inscrita na resolução nº 1.652/2002 do Conselho Federal de Medicina revogado no ano de 2010. Destacamos os termos “conduta desviante”, pois essa noção longe de representar a experiência real de sujeitos trans, nos conduz a questionar quem são os “fazedores” de ciência e se, seu arcabouço teórico não estaria então carregado de juízos de valor sobre o que de fato são pessoas trans e travestis.

Ao longo do contato com nosso objeto de pesquisa, as análises preliminares apontaram para profissionais da educação perdidos no tratamento da temática LGBTQ+. Analisando a sistematização de Rocon *et al* (2020) é possível que enxerguemos uma inabilidade também de profissionais da saúde no cuidado destes sujeitos. Nesse espaço de negociação, reiteramos que os corpos trans não podem ser entendidos como outra coisa que não um corpo trans, com todas as suas especificidades. A área da saúde, sobretudo na época de implantação do PBSH, ainda engatinhava no sentido de um acompanhamento integral dessa demanda.

Rocon *et al* (2020, p.06) extrai em sua categorização os relatos de pessoas trans e travestis que abandonaram ou se distanciaram de serviços de saúde em função da condução feita pelos profissionais, pois estas foram expostas a “situações de discriminação vivenciadas em locais onde elas deveriam ser amenizadas”. Diante dos dados trazidos pelos autores, o desrespeito ao nome social, situação de humilhação e exposição foram alguns dos relatos presentes nas narrativas das pessoas que foram de encontro a esse serviço em busca de cuidado e encontraram uma extensão da cultura de violação de direitos que mais uma vez as limitaram.

Observamos até aqui que o cenário de implantação do PBSH esteve longe de ser simples, seja pelo desconhecimento teórico relacionado à temática, seja pela distância física e afetiva que o setor público manteve, por anos, da população LGBTQ+ como um todo. Apreendemos que as disputas não foram apenas políticas, foram subjetivas e sobretudo, morais. O sucesso da aplicação das ações propostas no programa dependeu de uma mudança de postura de lideranças políticas que estiveram, durante toda a sua existência, enxergando esta minoria enquanto anormais, subversivos à lógica dos costumes não tão bons e uma família tradicional que não existe.

Nesse cenário apresentado, não podemos deixar de citar o que, mais adiante, viria a se tornar um dos principais algozes do PBSH e, conseqüentemente, do Escola sem Homofobia: as desinformações. Através do *Facebook*, uma das redes sociais mais populares no Brasil, que nasceu junto ao PBSH no governo Lula em 2004, verificamos que esses dois eventos desconectados vieram a se encontrar anos depois, quando esta rede social se torna uma das principais fontes de desinformações diante da candidatura de Bolsonaro em 2018, junto a

grupos de *Whatsapp* assim como páginas no *Instagram*. Diante do exposto, também destacamos a necessidade de regulação, aplicação de medidas de controle a esses dispositivos midiáticos que nem sempre possuem algoritmos compromissados com a verdade, mas sim com o engajamento. Assim, podemos evitar o surgimento de novos kits gays e que a escola deixe ser um espaço vigiado pelos olhares do conservadorismo e passe a ser aquilo que faz parte de seu escopo fundamental: ser um espaço de transformação interpessoal e social.

Mais adiante, se faz necessário compreendermos os ditos e não ditos relacionados ao PBSH, para apreendermos como que esse tema foi repercutido com ou sem a influência das desinformações, assim como saber como as polêmicas foram geridas. Faremos esse apanhado através da análise de produções científicas que buscaram, em algum nível, retomar ao programa. Com essa exposição, buscamos mapear como essas narrativas foram se dando e se modificando ao longo dos anos, assim como buscamos identificar quais frutos foram possíveis a partir do surgimento do Brasil Sem Homofobia.

3 NARRANDO OS FATOS: O QUE DIZ A LITERATURA

Neste capítulo, buscaremos apresentar um apanhado de narrativas relacionadas ao programa Brasil sem Homofobia através de produções técnico-científicas relacionadas. Com base no levantamento em duas plataformas, sendo elas a de periódicos da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), identificamos 27 produções, do ano de 2008 até 2023, que retomam a discussão do programa Brasil Sem Homofobia, em português e espanhol. Utilizamos os descritores “Brasil sem homofobia”, “sexualidade”, “educação” e “gênero” para nortear este levantamento. Especificamente 23 desses documentos são oriundos da CAPES e 4 da BVS. Inicialmente, na plataforma BVS, obtivemos um total de 5 produções. Entretanto, a quinta, intitulada 'Orientações sexuais e identidades de gênero sob a ótica do graduando de enfermagem' de Helena Maria Vianna Graça, não pôde ser localizada para download devido a problemas no site.

Com a ajuda de Bardin (1977), o primeiro momento no tratamento dos dados se deu de forma descritiva, onde todos os títulos foram devidamente organizados em uma planilha, categorizadas por ano, autores e temática. A partir dessa tabulação, já foi possível enxergar 3 repetições de artigos e 1 material cujo conteúdo não estava relacionado com a proposta, deixando o número final em 22 artigos, como pode ser observado no apêndice I a tabela 02.

No total, foram definidas 5 categorias para discussão subsequente: a) Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar; b) Percurso histórico e político do PBSH; c) Análise discursiva de estratégias políticas relacionadas ao PBSH; d) Inserção e avaliação de ações voltadas à população LGBTQ+ embasadas pelo PBSH; e) Pânico moral e a ideologia de gênero. Diante dos primeiros contatos a partir de uma leitura flutuante, foram emergindo os primeiros dados relevantes à proposta desta pesquisa.

Quanto ao aspecto quantitativo, as categorias A e B lideraram significativamente em volume de produção. Foram registradas 9 e 6 produções, respectivamente, sobre os discursos presentes no ambiente escolar e a exposição do contexto histórico e político que serviu de pano de fundo para toda a repercussão gerada pelo PBSH. Ainda sobre o aspecto qualitativo, tanto os trabalhos que se propunham a avaliar atividades inseridas em ambiente escolar, quanto os trabalhos que objetivam problematizar falas que repercutiram na mídia, se apresentaram de maneira bastante tímida com 3, 2 e 2 publicações, destacando assim uma emergência científica em descrever as ausências e despreparo dos profissionais, bem como sua formação deficitária e também demarcando uma limitada quantidade de ativações tematizadas com a questão LGBTQ+ aplicadas de fato no campo, resultando em poucas pesquisas exploratórias de campo.

3.1 ANÁLISE DISCURSIVA DE ENUNCIADOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Nesta seção, os trabalhos analisados se debruçam em narrativas que circulam dentro do ambiente escolar, sejam elas de estudantes, professores ou demais atores daquele circuito. No âmbito de implementação do PBSH, Silva (2017) nos apresenta uma escola denominada E-Jovem cuja estrutura fora pensada para o acolhimento de pessoas LGBTQ+ assim como quem estivesse envolvido na causa de algum modo. Essa escola, sendo a primeira nesse seguimento no Brasil funcionou entre os anos de 2010 e 2013, ofereceu aulas como de “Expressão Literária, Expressão Cênica, Espanhol, Sociologia da Homossexualidade, Dança e Expressão Artística, além de um curso para formação de drag queens” (Silva, 2017, p.1218).

Silva (2017) destaca que a escola acolhia pessoas entre 12 e 18 que possuísem interesse em desenvolver novas competências, assim como se as aproximar da Arte enquanto fonte de libertação. A escola, segundo o autor, era percebida pelos alunos como rota de fuga, onde fora possível estabelecer relações sociais, “dar pinta” sem medo e sobretudo encontrar sentido em atividades que socialmente são estigmatizadas. Goffman (1981) retoma a noção de estigma se referindo a eles enquanto preconceções que foram construídas socialmente e que servem para categorizar as pessoas.

Os comentários de Silva (2017) ecoam as ideias de Goffman, especialmente quando emergem relatos de pessoas obrigadas a reproduzir a tríade sexo-gênero-prática e que encontraram na E-jovem uma oportunidade de escapar dessa formulação rígida. Goffman (2017) nos provoca questionando o quanto estamos criando - o tempo todo - idealizações sobre como as pessoas deveriam funcionar, e essa provocação se tornou elemento norteador para procurarmos Deco Ribeiro¹¹, o diretor da Escola E-jovem naquela época. Fizemos esse contato com o objetivo de entender como foi o processo de implantação da escola e se outras ativações surgiram após sua implantação.

O antigo diretor nos informou que a escola causou polêmica¹², pois a sociedade civil na época entendia a proposta como uma escola de ensino médio somente para gays, quando na realidade qualquer pessoa com interesse poderia participar. Deco também nos informou que o projeto durou somente 3 anos e justificou que, após a finalização do primeiro edital do

¹¹ Foi solicitada autorização do mesmo para publicação das informações trazidas por ele e o mesmo não somente autorizou, como se mostrou implicado em trazer notícias que foram veiculadas na época e detalhes que não constavam no artigo de Silva (2017)

¹² A maneira como foi veiculada na mídia pode ser observada em:
<https://www.otempo.com.br/entretenimento/magazine/brasil-tera-primeira-escola-de-cultura-homossexual-1.255807>

ministério da cultura, vieram os primeiros indícios de golpe e outras transformações no cenário político brasileiro, fazendo com que a proposta morresse ali naquele momento. Questionado sobre o que veio após o fechamento do projeto, ele relata que sem recursos, os profissionais envolvidos procuraram outras ocupações e que fora finalizado ali aquele espaço.

Embora as atividades tenham sido encerradas, Deco nos diz em tom afetivo que a escola marcou muita gente, foi fonte de inspiração e, acrescentamos, de liberdade de expressão. As fanzines, que Silva (2017) explora enquanto recursos pedagógicos e de identidade, ainda estão guardadas pelo diretor. Nas revistas, Silva (2017, p.1225) demonstra que o teor psicoeducativo também era marcante, como pode ser observado abaixo em um dos relatos de alunos:

Existem héteros que não amam nem odeiam gays, porque ninguém nasce odiando as coisas. E existem os héteros que aprendem a ser homofóbicos, que a gente mostrou lá na página três. Um dos objetivos do ‘No Closet!’ é educar esses homofóbicos e tirar eles dessa situação, transformando eles em héteros neutros de novo ou em aliados (NILO).

É observado que as atividades ali desenvolvidas possuíam uma margem de impacto para além da escola em si, a transformação vislumbrada deveria alcançar espaços outros e pessoas distantes (intencionalmente ou não) da E-jovem. Deco, agora em 2024, relata mais tranquilidade por observar que a população LGBTQ+ não precisa mais se integrar a ONGs para conseguir vivenciar sua sexualidade e identidade, pois “já conseguimos ir em shows da Pabllo Vittar no Ibirapuera” segundo ele, cenário esse que foi construído sob muitas lutas e perdas para que fosse possível.

Assim, Silva (2017, p.1232) conclui que

A implementação dos programas de políticas públicas contra a homofobia vem atender dispositivo constitucional e garantia suprema dos direitos humanos, objetivando ações proativas dos organismos de segurança pública no combate aos crimes de intolerância, assim como promover no seio da sociedade a cultura da tolerância e respeito às diferenças.

Considerando a importância de se inserir a temática LGBTQ+ seja em espaços escolares seja nos demais setores da sociedade, Silva (2016) também publica mais dois trabalhos sobre o projeto: um relato de experiência nessa escola, que possivelmente embasou a escrita do artigo anteriormente explorado e um artigo com reflexões teóricas acerca da tentativa de implantação dessa dinâmica inovadora de ensino. Nessa primeira escrita, o autor revela que foi profundamente impactado por essa inserção, pois conseguia também escapar de seu círculo social carregado de concepções acerca de como deveria funcionar o ambiente escolar e os

atores e atrizes daquele espaço. Dessa forma, podemos observar parte desse atravessamento quando o autor diz que

Ao final de vários encontros (cinco que participei) senti um nó na garganta o perceber que muitos daqueles alunos, outrora tão expressivos, alegres e sentindo-se seres integrais e integrados, retornariam para suas casas onde teriam que se adequar a uma estrutura, seguir regras, obedecer a sexismos, viver um fragmento desagradável da vida e voltar para dentro dos armários, calados, para no próximo final de semana saírem do armário no “No Closet”. (Silva, 2016, p. 49).

Após enxergarmos a profunda interação do autor com o objeto de pesquisa, o mesmo, em companhia de outra pesquisadora, retoma referenciais teóricos para promover o embate acerca da tentativa de efetivação do projeto. Silva e Silva (2016) discutem que o desenvolvimento e consequente melhora na qualidade de vida de grupos minoritários, passam por uma questão educacional, mas também passam por uma questão econômica. Em um de seus *insights* o autor reflete sobre o quanto as relações de consumo estão imbricadas no processo de reclusão de pessoas LGBT+, isto é, se um grupo tecnicamente não se reproduz biologicamente, logo, diminui as possibilidades de atendimento às necessidades sociais de consumo.

Silva e Silva (2016) ao tratar da noção de liberdade, os autores fazem esse paralelo com o capital. Uma pessoa LGBT+ alocada em uma classe social mais abastada, consequentemente possui mais respeito e condições de sucesso probabilisticamente superiores. Aqui, cabe lembrarmos que essas minorias detentoras de maior respeitabilidade possuem cor, nível educacional e repertório cultural bastante claros. Assim, o processo de expansão de direitos de pessoas LGBT+ passa não somente pelo plano educativo ou mesmo por uma lógica homogênea, mas requer um olhar analítico e crítico às diversidades que estão longe de compor um grupo homo. As especificidades de cada população devem levar em consideração os aspectos econômicos, históricos, políticos e inclusive de estrutura física. É de bom tom a construção de espaços criativos como a E-jovem, no entanto, pela limitação de alcance dada pela ausência de recursos, quantos adolescentes deixaram de vivenciar essa experiência de cuidado e vivacidade?

Nessa mesma linha de inserção de pautas em currículos escolares, Santos e Maia (2016) apresentam uma amostra da tentativa de efetivação de uma lei municipal em Maringá, no Paraná. Na câmara legislativa da cidade, em 2010, surgiria um passo no sentido de conquista de direitos LGBT+ e, de forma indissociável, um assunto polêmico a ser tratado pelos legisladores ali presentes. Os autores destacam, em primeiro lugar, as ausências em diversidade que se evidenciou no que concerne à promotores dessas legislações, encontrando somente uma

mulher entre os anos de 2009 e 2012, deixando clara a prevalência superior de daqueles que são maioria nos três poderes: homens.

Segundo Santos e Maia (2016), foi notável que aquele espaço demonstrava aversão à inclusão de qualquer discussão, principalmente devido à rápida oposição que surgiu diante da possibilidade de introdução de pautas LGBTQ+ nas séries do ensino médio da cidade. Essa intervenção foi ainda mais embasada pelo enfraquecido PDSH. É necessário destacar que, embora frentes de oposição tenham se consolidado desde o surgimento do programa no Brasil, houve diversas tentativas de implementação, tanto de forma pontual, como no caso da escola E-jovem, quanto em nível municipal, como foi o caso em Maringá.

O diálogo na Casa Municipal, segundo Santos e Maia (2016), não durou muito. Embora o projeto tenha sido aprovado pela maioria dos legisladores ali presentes, rapidamente fora vetado pelo então prefeito Silvio Barros do Partido Progressista (PP) sob a justificativa de não haver necessidade de implantação da temática, em função delas já serem amplamente abordadas dentro de discussões sobre bullying e violência. O que pode ser destacado nessa atitude se trata da diluição de um problema tão amplo e rico, em pautas igualmente trabalhosas, deixando assim margem para um enfrentamento superficial da questão.

Santos e Maia (2016) apresentam na íntegra o discurso de veto do prefeito em seu texto, e nele consta o termo “*bis in idem*” que diz respeito à uma repetição em propostas já votadas e/ou em vigor, no entanto, de modo que os autores colocam como nada ingênuo na postura desse político, na cidade possuem apenas duas propostas que citam homofobia ou violência de gênero: uma delas não possui referência com a prática escolar e a segundo fora vetada totalmente períodos antes, portanto verificamos que o legislador encontrou uma brecha jurídica para dar consistência em seu veto.

Outro aspecto discutível das falas de Silvio Barros é a iminência da desresponsabilização do estado no tratamento das demandas LGBTQ+, comparecendo em seu discurso o papel da família enquanto educadora no enfrentamento do problema, embora seja necessário que saibamos que

O caráter dialógico da educação sexual deve ser fornecido por profissionais capacitados (a consulta às diversas religiões não é facultada como qualificação, pois o mérito moral das sexualidades plurais é altamente atacado dentro de dogmas ortodoxos ou neopentecostais), fazendo com que as inquietações individuais possam ser socializadas. (Santos; Maia, 2016, p.1287)

Nesse ínterim, considerando os constantes avanços nos estudos sobre os gêneros e as sexualidades, não somente devemos atentar para o papel do educador, mas para sua formação. Chimentão (2009) contribui com a discussão afirmando que a educação no Brasil,

eventualmente, ainda possui uma função reproducionista, colocando o aluno na função de receptor e o educador na função de emissor, sem espaço para conhecimentos e vivências outras.

Chimentão (2009) alerta para a necessidade de constante atualização desses profissionais, através dos recursos que o espaço-tempo proporcionam. Segundo a autora “todos, sem exceção, precisam reavaliar seus conceitos, suas crenças e sua prática (incluindo seus sucessos e fracassos) para irem em busca de renovação” (Chimentão, 2009, p.02). Dessa forma, ao retirarmos a função de educar de profissionais dotados que arcabouço teórico e técnico, corremos o risco de promover uma educação que serviria somente à perpetração de preconceitos, logo, o trato indevido de questões LGBTQ+. Lembramos aqui que somos um país extremamente perigoso para a diversidade e que o ambiente familiar está entre os principais espaços de violência para pessoas não cis-gêneronormativas.

Buscando aprofundar também no campo dos enunciados relacionados à população LGBTQ+, Rosa *et al* (2020) chega em 4 categorias como sendo as mais discutidas pelos profissionais em um seminário internacional denominado Fazendo Gênero. As categorias analíticas foram: opção sexual/orientação sexual, tolerância, homofobia e bullying. Estas situam algumas das principais demandas escolares trazidas pelos pesquisadores. Rosa *et al*. (2020) pontuam, em relação às terminologias opção e orientação sexual, a tensão que existem frente ao uso dos termos. As autoras chamam essa tensão de campo de disputa, onde alguns pesquisadores optam pela utilização da opção sexual pois ela oportunizaria a escolha, logo demarcaria a não rigidez das sexualidades. A fluidez dessa perspectiva, no entanto, pode conduzir a um perigoso campo de dúvidas que habitualmente é despejado sobre LGBTQ+. Em espaço de constate reafirmação, a dúvida representa possibilidade de invalidação.

Já em relação ao uso do enunciado orientação sexual, Rosa *et al*. (2020) o problematizam como um recurso que retira do sujeito a possibilidade de escolha, recaindo em uma compreensão essencialista da sexualidade. Observe que as duas formulações se apresentam parcialmente como antíteses, no entanto ambas as formulações ainda precisam de aprofundamento para que sejam utilizadas da maneira correta, sem servir para a perpetuação de mais discriminações (que já são muitas).

Mais adiante, as autoras problematizam o termo tolerância. Rosa *et al*. (2020) reflete acerca da relação de poder contida nos rumos da tolerância. A pessoa que tolera possui ali uma superioridade que é necessária à manutenção daquela relação, e o outro, a minoria, a ele compete o lugar de ser tolerado, já que seus desejos discrepam daquilo que é socialmente entendido como normal. Para as autoras, a utilização desse enunciado, observado nas

produções, tendem a uma idealização de harmonia entre as diferenças, no entanto, para a superação das violações de direitos, o movimento é mais complexo.

Essa trama discursiva também repercute no próximo enunciado: a homofobia. Rosa et al. (2020) encontrou a utilização desse termo de forma majoritária, em detrimento de outros mais completos, isto é, utilizado no lugar de termos que entendam que as demais orientações e identidades também são alvo das chamadas fobias. As autoras preferem a adoção do termo homossexismo que significa justamente a gama de preconceitos e estereótipos direcionados às minorias sexuais e de gênero, no entanto, é importante salientar que o uso deste termo novamente recai na exclusão de tudo o que não é homo, sendo assim passível de aprofundamento.

Por último, o *bullying* também surge como um campo de disputa nos trabalhos estudados. As autoras levantam uma questão sobre o uso generalizado do termo, rotulando como *bullying* comportamentos que se enquadram no espectro das LGBTfobias, ou até mesmo no que as autoras denominam de *bullying* homofóbico. Este movimento de encaixe, desencaixe, problematização e crítica são necessárias para o não apagamento das demandas LGBT+. Quanto mais se fala, mais espaços vão sendo alcançados nesse campo de embates.

Ainda acerca do *bullying* homofóbico, Cruz et al. (2021) situam acerca do papel da escola, seja na continuação de violações, seja na interdição e ressignificação dessas tensões relacionais. Os autores trazem o escolar como

el espacio en el que estas personas experimentan situaciones de violencia que afectan su salud emocional, su bienestar, su identidad, la forma en que se relacionan con el otro y cómo viven la experiencia escolar. (Cruz et al., 2021, p.02)

Não distante de outros espaços de socialização, o ambiente escolar passa por um campo formativo que pode ser determinante para a qualidade de vida de todos os estudantes e demais profissionais ali presentes. Cruz et al. (2021) problematizam tanto a prevalência e repercussões do *bullying* homofóbico, quanto aquilo que podemos chamar de plano de fundo para que estes eventos ocorram: o Plano Nacional de Educação (PNE) decorrente Lei Federal nº 13.005/2014.

Cruz et al. (2021) levantam que este documento, com sua função fulcral de ofertar diretrizes ao ensino no Brasil no período de 10 anos, não inclui claramente os termos gênero, orientação sexual e *bullying*, assinalando mais uma vez o distanciamento estatal de temáticas geradoras de sofrimento e adoecimento para tantos estudantes. Sendo esse documento o norte para as ações a serem desenvolvidas, fica facultado e até cansativa a inserção de discussões

extras na carga horária dos profissionais de educação que, sem recursos, precisam se organizar dentro da limitação imposta pelos fazedores dessas orientações.

Cruz *et al.* (2021, p. 08) não nos deixam esquecer que essas ausências são possivelmente resultantes de “la presión de grupos conservadores, dirigidos por políticos evangélicos en el Congreso Nacional”. Notadamente, até o presente ponto da discussão, novamente o lugar que a Igreja ocupa na determinação das ações de um país laico, é, no mínimo, curioso. Os autores, acerca dos que ditam regras no país, pontuam que

Estos sectores, en su mayoría de orientación religiosa fundamentalista, consideran que el género es un atributo biológico marcado por los genes y que tratarlo en los planes educativos significaría defender ideologías y/o adoctrina mientos en las escuelas e institutos brasileños. (Cruz *et al.*, 2021, p. 09)

Ressaltamos o aspecto biológico presentes nessas discussões sobre *bullying*, pois ele é, sobressaltada, uma das justificativas mais utilizadas na relação desigual de gênero e sexualidade que vivenciamos. Seja mulheres com seus corpos mais frágeis ou pessoas homossexuais que nasceram em corpos errados, estes são enunciados que costumeiramente se referem a uma concepção biológica rígida e que desconsideram toda a construção social imanente a essas formações.

Foi observado até aqui, tanto em Santos e Maia (2016) – na discussão sobre as legislações de Maringá – quanto em Cruz *et al.* (2021) a inclusão, exclusão, vetos e outras determinações, somente por eixos externos ao ambiente escolar. Os professores, diretores, coordenadores, faxineiros, pessoas responsáveis pela merenda, todos até agora não obtiveram seu lugar considerado no que se refere ao trato dessas questões que aparecem constantemente em seu *locus* de trabalho. As decisões são distantes, visivelmente desinteressadas com o real.

Cruz *et al.* (2021) problematiza que, além de propostas serem limitadas dentro de setores legislativas, possivelmente pela ausência de diversidade no grupo que determina, elas também normalmente não conseguem número de votos para prosseguir, escancarando a falta de comprometimento destes setores em viabilizar enredos em que os LGBT+ existam e existam com dignidade. Segundo a autora “através de las noticias y las informaciones de las redes Sociales que la degradación de la protección de los derechos humanos, incluidos los de la población LGBT+, se hace notoria” (Cruz *et al.*, 2021, p. 12). Assim, novamente é possível enxergar o quão frágil e incapacitado é o sistema que determina a efetivação de normativas voltados às minorias sociais. Reiteramos assim a importância de formação técnica para enfim obtermos representantes capazes e sensíveis no trato de nossas demandas.

Cruz *et al.* (2021) elenca que houve uma normalização de discursos LGBTfóbicos no país, relembrando alguns jargões emitidos nos últimos anos por políticos, a exemplo disso temos Damares Alves, à época Ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos com o “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”¹³. Dessa forma, os discursos emitidos por grandes representantes validam outros discursos que estavam sob o tapete da sala ou maquiados de um tom sutil. Jair Bolsonaro, enquanto representante máximo dos setores políticos no Brasil, entre os anos de 2018 e 2022, emitiu sem titubear, diversos comentários de cunho LGBTfóbico com a certeza da impunidade que o acompanha até a presente data da pesquisa.

Silva e Nicolino (2020) conseguem ilustrar a situação nas escolas geradas pelas constantes falhas e silenciamentos causados pelo Estado. Em um primeiro momento os autores fazem um relato autobiográfico da vivência das aulas de educação física sendo uma pessoa que não atende ao que foi anteriormente instituído enquanto norma: se homem, ágil, forte e interessado por futebol; se mulher, frágil, doce e interessadas por danças e esportes com menos contato físico. A escrevivência do autor, sendo homem gay e gordo, consegue abordar angústias e violências próprias de um cenário cujo interesse está longe de ser simplesmente melhorar condicionamentos físicos.

O relato autobiográfico contido no texto consegue explicar várias formas equivocadas de conduzir o ensino de crianças e adolescentes. Inicialmente a vestimenta para as aulas práticas de Educação Física já traduz o olhar generificado que essa instituição tem sobre os corpos. Silva e Nicolino (2020) relembra que partes da própria estrutura pedagógica estariam implicadas nessa diferenciação dos gêneros e no distanciamento deles, podendo ser possível observar desde os aquecimentos (mais leves para garotas e mais rígidos para os garotos) até a própria distribuição das tarefas a serem desenvolvidas.

Segundo o relato do autor “a escola me ensinava que para tornar-se sujeito é preciso se sujeitar a ser o que não se é como condição de existência na escola” (Silva; Nicolino, 2020, p.03). No texto, para além da exposição de estratégias de sobrevivência, os autores intercalam com os silêncios e opressões advindas dos profissionais ali presentes. Não somente quanto aos abusos sofridos pelo aluno durante e após as aulas, esse formato de *bullying* LGBTfóbico se mostrava também com a LGBTfobia que ecoava das vozes de gestores daquele espaço, sob a justificativa de não ajustamento do aluno ao que é “certo” para ele enquanto homem.

No que tange às justificativas, Silva e Nicolino (2020, p.06) relacionam tais práticas de assujeitamento enquanto necessidade socialmente de imprimir sobre os corpos de crianças as

¹³ Discurso pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>

chamadas “regras da vida normal”. A vida normal, aqui exposta, se refere predominantemente à uma normalidade binária, dual, onde a individualidade é tomada por um microssistema de padronização. Nesse contexto, as aulas de Educação Física naquela e em tantas outras escolas, acabam por repreender a corporeidade, estancar os sofrimentos com discursos biologizantes e, sobretudo, perpetrar práticas excludentes.

Repercutindo os discursos de inclusão excludente de instituições escolares, Palma (2014) buscou entender a questão da homomaternidade na sala de aula. Observe que não estamos mais tratando de séries/anos iniciais, mas que de modo indissociável os preconceitos comparecem em vivências ao longo do processo educativo. Ser mãe, ser mulher e ser lésbica significa, para a autora, ser alvo de estigmas que possuem sua gênese em centenas de anos atrás junto com o surgimento do patriarcalismo.

Para a autora

As famílias ainda são consideradas a partir do modelo da família nuclear burguesa e as demais configurações ainda taxadas de desestruturadas. E quando se trata de uma família de mulheres lésbicas, há a questão da orientação sexual juntamente com uma outra possibilidade de ser família. (Palma, 2014, p.18).

Assim, se evidencia que mesmo com idades diversas e pertencentes a classes sociais distintas, os preconceitos direcionados a mulheres e, sobretudo mulheres LGBTQ+, fazem parte de uma rede que dispositivos necessários à manutenção das relações de poder. Sendo inerente as instituições sociais, tais práticas discursivas são um marco de exclusão que acompanha a história de diversas mulheres em nosso país.

Por fim, Quartieiro e Nardi (2011) nos apresentam um terceiro olhar sobre as tramas LGBTQ+. Até este ponto, já conseguimos observar o tratamento dado por setores políticos, o enfrentamento dos alunos e a implementação de ações com essa temática, mas agora acompanharemos o último e não menos importante aspecto em todo esse embate: o olhar dos professores. O estudo dos pesquisadores foi realizado em duas escolas, uma estadual e uma municipal. Desde os primeiros contatos, em reuniões, salas de café e outros espaços de socialização dentro da instituição, os pesquisadores já começaram a perceber as diferenças e semelhanças entre os dois ambientes. Na escola estadual em questão, ocorreu um fenômeno peculiar, porém determinante para as posteriores tratativas relacionadas a gênero e sexualidade: uma das professoras se identificava como mulher trans.

Quartieiro e Nardi (2011) chamam atenção ao fato de que não foi exatamente a escola estar implementando um programa que objetiva melhorar a relação dos docentes com os assuntos LGBTQ+, ou seja, a escola tendo abertura a essa construção dialógica, que fomentou a

naturalização das diferenças ali presentes. A professora, compondo o corpo de autoridades daquele espaço, conseguia aproximar todos ali com as diversidades na prática, no dia a dia.

Para os autores

O fato de essa professora, que trabalhou na escola por anos e “nunca escondeu que era gay”, ter passado a se colocar como travesti trouxe o assunto à tona e a equipe pedagógica, juntamente com a direção e o SOE, têm optado por não deixar o tema acontecer apenas de maneira informal, mas abordá-lo de forma sistemática, em forma de conteúdo previsto nas matérias. (Quartieiro; Nardi, 2011, p.715)

Dentro desse contexto, é possível observar que as transformações se deram de modo forçado e necessário, retomando a importância de se ocupar espaços outros para uma modificação factível no imaginário popular, assim como na realidade vivida pelas pessoas trans. Quartieiro e Nardi (2011) revelam que a presença da professora possibilitou que os assuntos antes colocados em tom de *bullying* LGBTfóbico, agora obtivessem a seriedade que é necessária para sua condução, isto é, a presença e constância da profissional ajudou a desnaturalizar preconceitos e revelar que outros modos de existência são possíveis.

Outro ponto que requer destaque é o fato de que nesse ambiente escolar estudado, a presença de professores gays era algo recorrente, mas a conduta era sempre a de discrição, silêncio. Quartieiro e Nardi (2011, p.715) diz que “todos sabiam de casais dentro da escola e pessoas que tinham seus parceiros fora da escola, porém, nunca se falou abertamente sobre isso”, demonstrando que algumas legitimidades só foram possíveis quando a pauta LGBT+ saiu do armário. E foi justamente a postura de escancarar as portas do armário que fundamentou a desconstrução de imaginários LGBTfóbicos naquele espaço.

Nos discursos dos demais professores, Quartieiro e Nardi (2011) assinalam que a Secretaria de Educação daquela região não demonstrou interesse em fomentar uma formação voltada às diversidades sexuais e de gênero e mesmo assim, as professoras mantiveram a postura de retornar sempre que necessário à essa discussão, pois julgam o tema relevante. Outro dado importante é o tom médico dado as propostas de inserção de ativações relacionadas às diversidades, habitualmente levadas pelas instituições reguladoras de espaços escolares, que fora recebido com estranheza e incomodo pelas profissionais da escola. Ao incluir o tema dentro da questão da gravidez na adolescência corre-se o risco de não aprofundar de modo efetivo no cerne do problema.

Na escola municipal estudada, Quartieiro e Nardi (2011) nos informam que o cenário foi completamente diferente, com especificidades a serem elencadas. O primeiro aspecto analisado fora o distanciamento entre comunidade docente e restante da comunidade escolar, que comparece com o fato de que a única professora do corpo docente que obteve formação em

gênero e sexualidade fomentada pela Secretaria da Educação Municipal, possui a imagem de profissional apta a lidar com chamado “público diferenciado”.

A noção de diferente abordada no texto carrega em si o teor de anormalidade, oriunda de concepções médicas relacionadas aos corpos de pessoas LGBTQ+. Quartieiro e Nardi (2011) pontuam que de forma marcante naquele espaço há a ideia de um “outro” onde nele estão contidos os problemas a serem resolvidos, entendendo assim as pautas minoritárias como elemento componente de um mundo que não faz parte do mundo escolar. A noção de desvio, segundo os autores, também se apresenta instalada com sucesso em função do distanciamento econômico entre os profissionais e a comunidade em geral.

Quartieiro e Nardi (2011, p.718) problematizam que

A lógica eugênica/higienista está profundamente instalada e, nesse contexto, é o que vai reger as justificativas das necessidades de implantação de políticas públicas que se mantêm dentro de olhares marcados pela patologização da pobreza.

Os autores, dentro dessa característica do distanciamento, problematizam o olhar regulador normalizado naquele cenário. A falta de formação muitas vezes justifica uma postura omissa dos professores, tratando eventualmente o tema com superficialidade e desresponsabilização. Quartieiro e Nardi (2011, p.718) diz que nesse espaço, quanto às diversidades “faz-se o que se pode”, denotando ainda mais o teor conformista e meramente reproducionista comum em espaços escolares.

Nesse embalo, destacamos que as escolas públicas de modo geral, assim como demais serviços públicos no Brasil, apresentam indícios de precarização, elemento esse que corrobora a análise de Quartieiro e Nardi (2011) acerca das ausências de formações. No caso da escola estadual anteriormente citada, o que mobilizou de fato fora a presença de uma professora não-cis, o que, de uma forma ou de outra, indica a atuação afetiva da sociedade civil pela sociedade civil. Observe que a responsabilidade aqui foi parcialmente deslocada e o caminhar da leitura nos proporciona um sutil ar de cobrança que as escolas promovam tais ações, quando o gerenciamento desses temas deveria ser construído de modo dialógico entre secretarias e profissionais.

No mais, essa sessão de apresentação das narrativas possíveis a partir da criação do PBSH corroboram a afirmação de que nossas escolas não estão preparadas para o tato das diversidades e isso possui ramificações que vão desde as ausências estatais e, posteriormente, culminam em preconceitos incutidos no imaginário popular que atuam como entrave na condução de pautas minoritárias em instituições escolares.

3.2 NARRATIVAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS RELACIONADAS AO PBSH

Neste tópico abordaremos a historiográfica das inserções ou tentativas de inserções de políticas educacionais direcionadas à prevenção de vivências LGBTfóbicas em distintos espaços educacionais. Molina (2011) nos apresenta a perspectiva histórica das lutas LGBT+, evidenciando que embora existam, o movimento cultural, estatal e histórico tende ao silenciamento. A tradição ocidental judaico-cristã fomenta parcelas (robustas) dessa postura excludente adotada no Brasil, através do ensinamento de uma moralidade que mais corrobora com a intolerância do que com o amor que eles inserem como ponto central de sua fé.

Molina (2011) também explica o contexto de industrialização enquanto possibilidade de ascensão social para pessoas não-heterossexuais, pois ali começaram a normear, mesmo que tímida e grosseiramente, as pessoas “diferentes”, ou seja, que não atendiam ao padrão heteronormativo da época. Nessa análise, mesmo que para marcar com indicadores negativos, pessoas começaram a ser vistas, participando assim dos processos de desenvolvimento econômico em diversos países, inclusive no Brasil.

Segundo a autora, “se existe a necessidade de elaboração de estratégias e de articulações é porque existem opositores aos anseios desses atores à pugna desse movimento social” (Molina, 2011, p. 953). Dessa forma, na segunda metade do século XX, ocorrem transformações sociais que ajudam na construção das identidades sexuais que conhecemos atualmente. Os estudos feministas iniciados na época trouxeram cobranças governamentais sobre o tratamento das discussões de gênero, que anteriormente eram entendidas como temática da esfera privada, retirando do Estado o papel de cumprir o que ordena a Constituição laica e inclusiva datada em 1988.

Rossi e Bittencourt (2020) nesse sentido, buscam entender as contradições que possibilitaram a criação de projetos que abraçassem a causa LGBT+, tendo em mãos a desresponsabilização em massa por parte do Estado a partir da Reforma do Aparelho de Estado na década de 1990. Para as autoras, o fim do período ditatorial no país foi marcado por posturas mais dialógicas, pois nesse período o processo de redemocratização estava em curso, abrindo, assim, espaço para a diversidade começar a adentrar a agenda governamental. Para os autores

Na década de 1960, com a explosão dos movimentos sociais das minorias, étnicas/raciais e sexuais e com o fortalecimento dos estudos sobre gênero no mundo, o movimento Homossexual⁴ tornou-se objeto de estudos e análises no âmbito acadêmico, bem como passou a ter um maior protagonismo no cenário político. (Rossi; Bittencourt, 2020, p.112)

Mais adiante, o surgimento de associações, coletivos e demais grupos de ativismos, como a Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros (ABGLT), registram uma maior aproximação com setores políticos, ao passo que esta militância também contribuía na formulação de políticas de combate às discriminações. Rossi e Bittencourt (2020) comentam que, após os anos 1990, há um fenômeno chamado de “nova cultura cívica” em que o modelo neoliberal implantado para suprir as necessidades do Capital, potencializa a transferência de responsabilidades da máquina estatal para organizações do chamado terceiro setor, sendo elas as não-governamentais e as não-empresariais.

Segundo Rossi e Bittencourt (2020), a germinação de várias associações que lutam por direitos serviu aos interesses do Estado Mínimo que ali vigorada, já que sua responsabilidade jurídica as transformaram em verdadeiras ferramentas de promoção de embates teóricos e na execução de políticas de inclusão, firmando assim mais uma possível aproximação entre sociedade civil e setores políticos. É necessário pontuar o paradoxo aqui presente: por um lado o conhecimento de causa das militâncias fortalece e promove efetividade nas propostas, mas por outro lado até que ponto os incentivos do Estado não estão servindo apenas para que este se esquive na garantia de direitos?

Rossi e Bittencourt (2020) problematizam a operacionalização da execução e formulação de tais políticas de inclusão sob a lógica de que os trajetos escolhidos seriam cascadeados a uma relação de clientelismo por parte dos usuários contemplados, realocando a função inicial das organizações que seriam promover a constante reflexão acerca das batalhas que ainda não foram vencidas. Para os autores

o movimento LGBT possui também a postura de luta de classe. Ou seja, consideramos que, por mais que alguns militantes, ou líderes do movimento não tenham a perspectiva da luta de classe somada à luta dos direitos LGBTs, não podemos afirmar que esse movimento não cumpra com uma das suas funções que formar novas bases e conscientizar a os sujeitos LGBTs dos seus direitos fortalecendo o movimento de forma a cobrar mais e garantir mais formulação de políticas pró- LGBT. (Rossi; Bittencourt, 2020, p.118)

Nessa lógica, o Estado se encontra em uma dinâmica em que não formula, não se aproxima efetivamente dos atores e não apresenta capacitação técnica para a construção de políticas possíveis. Assim, o Estado caminhando a passos curtos e descentralizados, Rossi e Bittencourt (2020) destacam a fragilidade das conquistas, como o fato de somente em 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) criminalizar a homofobia e transfobia equiparando-as a crime de racismo.

Por outro lado, Cêa e Santos (2021) reposicionam a crítica à desresponsabilização do Estado, chamando atenção ao papel dos consensos da formação de tais políticas. Os envolvidos e receptores das ações não poderiam, através desses entendimentos, estarem distantes da tomada de decisão acerca de seu bem-estar social, podendo assim promover mais assertividade e acolhimento nas ações. Notemos que nessa crítica, o Estado ainda possui o papel de idealizador, mas contando com a colaboração de agentes que vivenciem a realidade a ser assistida.

Cêa e Santos (2021), introduzindo novas críticas neste trajeto de implantação, ilustram a efetivação do PBSH relacionando-o com o mito da caverna de Platão. As desinformações, elementos condicionantes na história do Programa, seriam as sombras vistas de dentro da caverna e materiais contidos no PBSH seriam como o conhecimento adquirido para além do isolamento e que seria capaz de libertar os demais acorrentados, trazendo-os à luz, logo, ao pensamento crítico. Nessa interpretação dos autores, evidencia-se a limitação que é proporcionada aos sujeitos que compreendem vertentes políticas de maneira dogmática.

Acerca das limitações geradas, os autores pontuam que

Quer seja com um termo pejorativo como “kit gay”, ou com mensagens falsas alertando sobre uma suposta mamadeira com bico em formato de pênis a ser oferecida a crianças nas escolas, a opinião pública vem recebendo conteúdo falso sobre temas sensíveis num volume assombroso. (Cêa; Santos, 2021, p.11)

Assim, os dilemas observados na construção do projeto vão desde sua arquitetura que não inclui, direta e de modo acertado, pautas de pessoas trans, até o desvelar de eleições presidenciais baseadas em desinformações criadas sob a égide de articulações entre bancadas conservadoras e religiosas, juntamente com grupos empresariais. Cêa e Santos (2021), por fim, pontuam que é possível se observar que tudo o que vá de encontro aos preceitos adotados por estes grupos supracitados, assim como tudo o que discrepe da binaridade e heteronormatividade que nos encaixota, é, deliberadamente, atacado, limitado, fantasiado e vetado.

Abrindo elucidações relativas aos direitos conquistados por e para as diversidades sexuais e de gênero, Gomes e Zenaide (2020) argumentam que nas últimas décadas foi percebido um avanço nas criações de estratégias educativas voltadas às diversidades. O Programa Nacional de Direitos Humanos em 2002 se trata de uma das principais materializações de inclusão das demandas LGBTQ+ no Brasil no que se refere às políticas públicas. Gomes e Zenaide (2020) narram que a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, denominada SECAD, no ano de 2004, também representa um marco simbólico na atenção e reconhecimento de direitos LGBTQ+. Com o pluralismo se presentificando em cenários anteriormente liderados apenas pela nata de homens brancos

engravatados, “pauta dos direitos humanos em seus aspectos interculturais adentrou a agenda pública educacional, a partir dos chamados novos movimentos sociais” (Gomes; Zenaide, 2020, p.99).

Antes do surgimento do PBSH, de forma internacionalm foram ocorrendo os tensionamentos necessários para que futuramente o programa pudesse ocorrer. Gomes e Zenaide (2020) nos lembram que a partir de 1997 foram inseridos, de forma transversal, as diversidades nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), isso após os Estados-Membros das Nações Unidas proporem diretrizes para redução de violências de gênero e relativas às sexualidades no ambiente escolar, assim, pode-se observar que as primeiras grandes ações, de nível nacional, foram originárias de iniciativas outras, predominantemente internacionais.

Embora esteja tratando de um número expressivo de instrumentos de proteção conforme listado pelos autores, estes retomam a conhecida dificuldade em aplicação das ações sugeridas, em função de preconceito de gênero, racial, sexual, geracional e de classe que transita no imaginário social e, por consequencia, nas relações de profissionais da Educação. Gomes e Zenaide (2020) corroboram trazendo que essa concretização de intervenções eficazes requerem um movimento maior e mais integrador de vários setores sociais, deixando escapar que a responsabilidade em proporcionar uma vida digna aos grupos diversos é toda a sociedade.

Em 1997, com o surgimento dos PCNs, foi instituído que adentrassem ao seu escopo os chamados temas transversais, sendo eles as questões de diversidade, no entanto o que se conseguiu fora a inclusão do assunto em outra problemática ainda mais emergentes na época: a gravidez na adolescência e a epidemia de HIV. Gomes e Zenaide (2020) destacam que a preocupação então não era a de permitir a experiencição de uma sexualidade e/ou identidade no ambito da normalidade, mas sim novamente a associação de classes minoritárias aos problemas de saúde pública que, à época, acometiam parte dos brasileiros e brasileiras.

Embora a articulação inevitável entre sexualidade e saúde tenha ocorrido no final dos anos 90 e início dos anos 2000, gerando, em certo ponto, a manutenção do olhar aversivo sobre os LGBT+ da época, é importante lembrar que foi justamente esse encontro de preocupações que possibilitou uma maior visibilidade para aquela minoria que estava predominantemente marginalizada e estigmatizada com a chamada "Peste Gay".

Gomes e Zenaide (2020) retornam ao PBSH rememorando que seu surgimento se deu através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que se vinculou ao MEC em 2004 para a criação de estratégias de enfrentamento às LGBTfobias e outras violências, nascendo assim o projeto Escola Sem Homofobia que viria a ser vetado pela presidenta Dilma Rousseff em 2011 sob pressão da bancada evangélica do Congresso Nacional.

Lembramos também que alguns anos depois do veto, veio a ocorrer o *impeachment* ou destituição da então presidenta, fazendo-nos crer que esse movimento de oposição a pautas minoritárias também poderiam estar relacionados a emergência de formação de alianças dentro do Congresso Nacional na iminência da tentativa de golpe.

Mais adiante, Ferreira *et al.* (2020) discutem que a noção de Orientação Sexual apresentada no PCN relaciona sua aparição com as referências de certo e errado presentes nos ambientes familiares, desvelando o “julgamento” e não acolhimento enquanto por parte desse núcleo. Os autores evidenciam que ainda o papel da escola enquanto moderado no trato das orientações sexuais, já que a presença dos alunos na escola de forma verdadeiramente inclusiva, juntamente com a comida que é ali ofertada, são os elementos nodais para o funcionamento da escola como é concebida nas legislaturas que a modelam.

Nesse apanhado de conjecturas, é retomado o PBSH em 2004 enquanto política pública que não fora legitimamente efetivada, e o que houveram após seu surgimento foram tentativas, lutas, vetos e retrocessos sobretudo no que se refere ao espaço escolar. Ferreira *et al.* (2020), se detendo no item sobre o Direito à Educação do documento, relembram que uma das funções de sua implantação está no controle dos índices de evasão da escola, ao passo que não são recentes os dados que afirmam a causalidade entre violências de gênero e sexuais com a descontinuidade no ensino como podem ser observados na dissertação de Casali (2020).

Dessa forma, se evidencia outros viéses presentes nesse campo de disputas, provenientes da íntima relação entre setores políticos e setores religiosos, como também o cumprimento de uma ordem de moralidade que não conversa com as pluralidades. Observamos até aqui que mesmo distantes no que tange sua função social, a tomada de decisão de representantes estatais sempre retomam ao mesmo lugar de antes: o lugar da moralidade, dos “bons costumes” que rotineiramente incluem o ferimento de direitos humanos básicos.

Muitas ações escritas nos Planos e no PBSH nunca foram executadas, desde o ensino básico até o ensino superior. Foram irrisórias as alterações em livros didáticos para os anos iniciais e nas graduações as discussões ocorrem com mais facilidade, embora seja notória a presença de resistências por parte da classe docente e também da discente. Nas Universidades, uma das mais significativas vitórias se trata do reconhecimento do nome social para travestis e transexuais, sendo essa uma conquista conseguida nos últimos 10 anos (Ferreira *et al.*, 2020).

3.3 Pânico moral e a ideologia de gênero

Viana e Vicente (2023) historicizam a questão de gênero através de uma leitura sociológica, antropológica e psicanalítica. Através da leitura da Antropologia, mulheres foram vítimas de um processo de coisificação, onde suas identidades foram sendo diluídas em obrigações domésticas, status social e até mesmo em moeda de troca. Os problemas de gênero, segundo os autores, estão entremeados no surgimento de muitas desigualdades sociais, visto que o sistema capitalista que nos orienta, precisa das definições de oprimido e opressor para se sustentar e encontra nas discrepâncias entre os gêneros um terreno fértil para sua perpetração.

Segundo os autores Viana e Vicente (2023, p.08) a “história nos mostra que a opressão contra as mulheres não é uma realidade circunscrita ao modo de produção capitalista”. Dessa forma, outros modos de organização social também foram capazes de produzir sentidos de opressão a grupos minoritários, entendendo que determinadas práticas como a vigilância sobre o prazer e sobre o corpo, não se inscrevem diretamente nas premissas capitalistas, destacando assim a rede de significações que são constituintes dos problemas de gênero em diversas gerações.

A noção de feminilidade trazida pelas concepções psicanalíticas desenvolvidas pelos autores também são compostas por artefatos socioculturais, sobretudo pelo aspecto linguístico em detrimento de uma feminilidade meramente anatômica. Viana e Vicente (2023, p.15) sugerem que na Psicanálise, embora em muitos momentos seja presente alguma ambiguidade, há uma diferenciação na rede hierárquica onde culturalmente homens possuem superioridade em relação às mulheres. A esse respeito os autores contribuem trazendo que

Essas concepções se assentam em uma diferença radical entre os direitos dos homens e os direitos das mulheres. Em que pese as diferenças conceituais e temporais incontestes entre a psicanálise de Freud/Lacan e a antropologia de Lévi-Strauss, podemos inferir que o sistema de sexo/gênero constituído historicamente ainda se apresenta de maneira clarividente nos dias atuais. O que ainda persiste é uma realidade de uma profunda opressão das mulheres em razão de seu gênero. A superação dessa realidade ainda se apresenta como um grande desafio da contemporaneidade. (Viana; Vicente, 2023, p.16)

A partir dessa exposição sobre a construção de uma lógica acerca dos gêneros, os autores introduzem um fato histórico relevante a esta análise: o surgimento do Escola sem Partido. Viana e Vicente (2023) alertam que houve um crescimento significativo em citações do termo “Ideologia de Gênero” a partir de 2011, enunciados esses oriundos de representantes políticos associados à chamada bancada evangélica do Congresso. A maior exploração da

alegoria Ideologia de Gênero entra enquanto principal fundamento ao Escola sem Partido, onde essa última seria um instrumental para o enfrentamento da presença de pautas relativas à gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Surgindo esse novo inimigo incutido no imaginário popular, através de uma das concretizações do PBSH, o então Escola sem Homofobia, Costa (2019) nos (re)apresenta o conceito de pânico moral. Para a autora, essa quebra de uma convencionalidade que gera uma reação desproporcional coletiva, afetou esse instrumento idealizado pelo PBSH a partir de 2010 quando então surge o epítome do Kit Gay. Tendo Jair Bolsonaro como um dos que encabeçaram a profusão do sentimento de pânico moral envolto do nomeado kit gay, o mesmo o caracteriza como um suposto incentivo à homossexualidade (chamada por ele de homossexualismo), afirmando que o material continha pornografia e seria usado para educar crianças em fase da terceira infância. À título de ilustração, na figura 01 abaixo podemos observar mais um dos meios criados pelo bolsonarismo para tentar desarticular a entrada das pautas LGBTQ+ em ambiente escolar através do Escola sem Homofobia:

Figura 1 - Desinformação sobre o Escola sem Homofobia



Fonte: <http://familiabolsonaro.blogspot.com/2011/05/bolsonaro-sofre-heterofobia-de-senadora.html>

Dessa forma, reiteramos que o objetivo dos materiais decorrentes do PBSH continham recursos pensados para auxiliar profissionais da educação no trato desses temas dentro da escola, sendo o seu uso colocado de forma facultativa, assim como seus conteúdos foram frutos de conhecimento científico, com discussões teóricas e dinâmicas que proporcionariam o debate sobre identidades sexuais e de gênero de forma crítica.

Costa (2019, p. 59) pontua que os impactos do pânico moral instalado afetaram inclusive setores que faziam oposição ao ideário conservador que criou o kit gay. O veto de Dilma Rousseff ao programa em 2011 certamente representa o maior resultado desse incômodo, fomentado em grande parte pela bancada evangélica. Além disso, até 2019, foram propostos 46 projetos de lei com o objetivo de restringir qualquer menção a gênero e sexualidade nos processos de aprendizagem dos alunos. Segundo o levantamento da Human Rights Watch (2022), uma associação de direitos humanos presente em diversas partes do mundo,

denunciando e investigando abusos, até 2022 já se somaram mais de 200 projetos de lei que visam limitar a atuação dos professores no tratamento das diversidades. As propostas podem ser observadas no anexo A.

A partir desses dados, é possível inferir que há um esforço significativo em tornar o ambiente escolar um espaço limitado, sem autonomia e funcionando a partir de uma narrativa heteronormativa. Para Costa (2019, p.63) o papel da escola é instigar o exercício da liberdade de expressão “de maneira a demonstrar as diferenças como naturais, como construções fluídas dos indivíduos, sem imposição de papéis e/ou condutas.”

César e Duarte (2017, p.145) colaboram com esta análise trazendo noções foucaultianas para descrever que esse pânico moral possui o objetivo de criar uma nova “governamentalidade dos corpos, sexualidades e desejos”. Esse campo de disputas, segundo as autoras, corroboram com o estabelecimento de novas verdades nas experiências subjetivas dos sujeitos, seja no aspecto cultural, sexual, político ou histórico. São essas verdades que ora autorizam ou não os sujeitos na vivência de sua sexualidade e, por consequência, na criação de enunciados como a Ideologia de Gênero.

Buscando uma genealogia dos fatos referentes ao pânico moral instaurado pelos setores conservadores do cenário político brasileiro, César e Duarte (2017) exprimem a reação de difamação e outras formas de violência as quais os movimentos sociais foram recebidos, ao passo que iam se estabelecendo em camadas políticas decisórias. Nesse ínterim, observamos que o rechaço às pautas foram se estabelecendo desde antes do Escola sem Homofobia em si, no ano de 2011, mas temos esse momento como marco zero, defendem os autores.

César e Duarte (2017) recorrem também ao fato de que estes pânicos morais se estabelecem com tamanha força, em certa medida, também pela fala de encadeamento nas propostas que defendem e o ensino voltado às diversidades nas escolas, visto que a bancada conservadora possui um discurso e interesses coesos, ao contrário dos grupos de esquerda, que possuem em sua substância toda uma variedade de concepções, análises e teorizações. Dessa forma, ocorre o que as autoras denominam de campo de guerra narrativa, onde as divergências acabam por atrasar o percurso de efetivação de políticas inclusivas. Por fim, as autoras chamam de necessidade urgente a superação dessa batalha discursiva no campo progressista, pois o enfraquecimento deliberado deste setor, de modo inversamente proporcional, fortalece os defensores de lógicas excludentes e LGBTfóbicas. A necessidade de transformação proporcionaria também uma recusa aos modos de governamentalidade dos corpos que os reprimam e promovam um assujeitamento dos mesmos, sem espaço para o novo, criativo e prazeroso.

3.4 Inserção e avaliação de ações em gêneros e sexualidades

Com somente 02 estudos nessa categoria, Borges e Meyer (2008) abrem esta seção tratando da análise de uma capacitação em Gênero e Sexualidade realizada por uma Organização Não-Governamental (ONG) em 2007 no Rio Grande do Sul. Buscando entender o que motivou e qual o impacto dessa formação para as professoras participantes, as autoras fazem um levantamento com o objetivo de compreender qual o perfil desses profissionais. Inicialmente já se evidenciou que, à medida em que as capacitações iam sendo ofertadas, a idade dos participantes ia diminuindo, fazendo as autoras inferirem que há um aspecto geracional determinando o interesse desses professores no que se refere a essas questões.

Mais à frente, as autoras percebem também que sua hipótese principal, de que as professoras teriam se deparado com embates relacionados à sexualidade em sala de aula e isso seria a motivação da procura ao curso, foi refutada ao perceberem que a maioria dos participantes na verdade já tinham um interesse no tema em função de uma militância anterior, dessa forma somente 03 das 20 professoras de fato se encaixaram no perfil da hipótese criada (Borges; Meyer, 2008).

Borges e Meyer (2008) surgem que o surgimento de desconfiças em relação à orientação sexual das participantes, seja em âmbito familiar ou laboral, proporciona um afastamento entre a escola e o problema central abordado pelo curso. As autoras sugerem que esse olhar é atravessado ainda pela lógica biologizante que pairava sobre pessoas LGBTQ+, sobretudo em relação ao discurso de que a construção dos gêneros e das sexualidades se dariam em formato de contágio, noção essa que está entremeadada em falas que pressupõe o ensino da temática enquanto fator determinante sobre as orientações sexuais e de gênero dos alunos. Por fim, as autoras destacam a assumida inabilidade das profissionais no trato de problemas decorrentes da LGTBfobia em suas salas de aula. Essa insegurança relatada pelas profissionais, cabe salientarmos, é também fruto do pânico moral instalado sobre tudo o que se refere a esta minoria que estudamos.

Em outro exemplo, Nardi e Quartieiro (2012) nos apresentam a formação “Educando para a Diversidade”, uma das primeiras aplicações práticas do PBSH, que foi ofertado para professoras e professores de variados anos, na cidade de Porto Alegre. Os primeiros desafios capturados pelos pesquisadores fora o fato de que a participação desses profissionais estava diretamente associada ao contexto escolar de onde estes eram oriundos, seja pelo fato de terem sido escolhidas para tal momento, ou mesmo por terem tido dificuldade em obter liderança em função da alta demanda de trabalho. Ademais, as parcerias que foram firmadas para a efetivação

da formação, parecem não ter proporcionado um ambiente facilitador para a execução do mesmo.

Nardi e Quartieiro (2012) observaram que inicialmente os profissionais apresentaram dificuldade na desconstrução de compreensões sobre as sexualidades que eram pré-concebidas como verdade absoluta, em função da naturalização de comportamentos cis-heteronormativos enquanto parâmetro. As possibilidades de transpor a redoma da diversidade, parecia fragilizar os sujeitos ao passo que se instaurava um movimento opositor àquilo que era essencial ou natural, e “ameaça também a lógica narcisista própria a esta captura identitária, na qual o eu é tido como todo-poderoso e capaz de se autodefinir” (Nardi e Quartieiro, 2012, p.70).

No que tange às motivações de procura, houve variação entre as falas trazidas que foram desde a vivência de embates no ambiente escolar, até a relação com colegas de trabalho travestis e até mesmo em função de seu *locus* de trabalho estar, geograficamente, inserido em zona de prostituição o que, inevitavelmente, respinga nas discussões escolares. Dentro das contradições relatadas decorrentes do ambiente escolar, Nardi e Quartieiro (2012) trazem que parte dos embates vivenciados sobre a população LGBT+, alimentam o desejo de manejar de forma adequada esses “problemas” a fim de se obter o padrão de normalidade desejado por parte expressiva dos presentes.

Um ponto bastante relevante na exposição de Nardi e Quartieiro (2012) sobre os atravessamentos outros da formação, se trata das dificuldades geradas por pessoas dos núcleos íntimos das participantes. Os autores nos mostram que a família, em diversos relatos, não ofertaram apoio à continuidade da formação, justamente sob narrativas LGBTfóbicas socialmente difundidas que constituem o medo de que a simples discussão seja capaz de alterar o curso das orientações sexuais das profissionais.

Outro aspecto complexo dos discursos, se trata de uma perspectiva individualizante das queixas relacionadas a sexualidade, especialmente por parte dos estudantes. Foi levantado que os relatos buscavam, em alguma medida, deslocar a responsabilidade da escola no tratamento dessas demandas e/ou centralizar a resolução desta no próprio jovem. Para as autoras

Fica evidente aqui a força do dispositivo da sexualidade na definição das práticas no campo da educação, pois produz como verdade a ilusão de que a sexualidade pertence ao âmbito do “privado” e a educação (neutra e, portanto, livre de marcas de gênero e da imposição da norma heterossexual) ao do “público”. Assim, as intervenções muitas vezes acabam sendo marcadas por uma personalização/ individualização dos problemas enfrentados na escola, ou seja, restringe-se ao problema do aluno ou da aluna tal. (Nardi; Quartieiro, 2012, p.74)

Dessa forma, observamos que as formações desses profissionais apresentaram déficits no que se refere ao enfrentamento da LGBTfobia, mas que felizmente há uma parcela preocupada em fazer a gestão de tais conflitos de maneira mais potencialmente inclusiva e cuidadosa, mesmo que esse percurso seja marcado por desafios práticos de desconstrução daquilo que estava tão bem implantado no imaginário social. Destacamos também a potência que são capacitações como essa, que impactam não somente a práxis pedagógica, mas nas subjetividades ali presentes.

3.5 LGBTfobia enquanto estratégia política

Nessa sessão discutiremos as estratégias políticas embebidas de relatos LGBTfóbicos que foram utilizadas como marcadores em campanhas políticas dos setores conservadores. Aqui, apresentaremos o potencial formador derivado da união entre grandes representantes políticos, meios de comunicação sem ou com pouca cobertura da lei e uma população que desconhece os direitos da pessoa LGBT+.

Oliveira Junior e Maio (2017) traçam o percurso do que eles chamam de “desagendamento” das políticas educacionais relacionadas às minorias sexuais. Segundo os autores, todas as articulações necessárias para a melhoria das condições de vida de pessoas fora da matriz cis e hetero, caminham de forma lenta e constantemente acompanhada de polêmicas. Assim os autores esmiuçam o quanto o PBSH e, mais adiante o Escola sem Homofobia em 2009, foram alvo de inúmeras retaliações sob a máxima de ferirem os chamados valores tradicionais.

Oliveira Junior e Maio (2017, p.142) se referem ao momento de veto do Escola sem Homofobia como uma demonstração de despreparo por parte da presidenta Dilma, o que reforça ainda mais os rompantes antidemocráticos já instalados naquela época. Para os autores, uma via possível nesse embate seria o de recorrer aos agentes promotores do projeto e reavaliar junto ao MEC as características e intencionalidades dele. Assim, em 2011 ou em 2018, conseguimos observar grandes figuras políticas do Brasil agindo de forma parcial e leviana no que se refere ao trato de demandas minoritárias.

Nesse ponto, podemos analisar que a pressão popular foi determinante para a manobra que ocorreu no ano em que surgia uma das maiores desinformações já veiculadas no Brasil. Os autores, tecendo a crítica acerca das repercussões sociais de uma decisão como a da presidenta, nos contam que

Se, naquele momento, algum/a educador/a consciente de seu papel social tivesse alguma dúvida, se deveria ou não abordar questões relativas à diversidade sexual e à prevenção das distintas formas de abjeção a que são submetidos/as alunos/as não heteronormatizados/as, passou a sentir-se desobrigado/a ao ouvir o discurso da Presidenta, (re)afirmando em rede nacional, que não é papel do Estado fazer propaganda de opções sexuais. (Oliveira Junior; Maio, 2017, p.144)

Leite (2019) concorda que esse “desagendamento” gerou o fortalecimento do conservadorismo no país, pois se articula sobre o pânico moral relacionado ao ensino de conteúdos sexuais às crianças e adolescentes. A autora nos lembra que Bolsonaro afirmou o quanto sua carreira de político fora alavancada a partir do surgimento do kit gay e nesse cenário de incertezas encontramos um campo propício para a instalação de uma narrativa que associa a esquerda à pedofilia, ensino dogmático de orientações sexuais e questões de gênero. Aliciando ou desvirtuando crianças, Leite (2019) nos conta também que a imagem negativa do Escola sem Homofobia foi renovada por Bolsonaro e rearranjada com novas falas LGBTfóbicas.

Segundo Leite (2019) a atmosfera de pânicos morais que geram os fenômenos até agora assistidos, desembocam naquilo que ela denomina de pânico sexual, isto é, o medo de se tratar qualquer assunto que seja relacionado à sexualidade. Para a autora, há mais questionamentos do que respostas dentro do dilema do ensino sobre sexualidades, a partir do ponto em que esse assunto é tratado como uma violação e não como um direito. No mais, acrescentamos que, além de um direito a ser exercido, as sexualidades estão presentes no ambiente escolar, quer ele reprima ou não e possivelmente nesse ponto encontramos recursos para justificar a inserção de pautas LGBT+ no ambiente escolar, posto que sua presença ocorre com ou sem o consentimento daqueles que vigiam o ensino no Brasil.

Lionço *et al* (2018) contribuindo com essa análise, reúne autores que publicaram materiais em defesa da chamada Ideologia de Gênero, os quais, sem surpresa, trazem afirmações pitorescas sobre uma prática que incentivaria o sexo em ambiente escolar, aborto, parafilias e similares. De forma repetitiva, todos os autores por ela trazidos (o que inclui a psicóloga Marisa Lobo) repercutem o lugar da família enquanto agente que deve usar de todos os recursos possíveis para barrar a entrada de quaisquer que sejam os conteúdos que citem gênero e/ou sexualidade em sala de aula.

Segundo Lionço *et al* (2018), é fundamental entendermos esse encadeamento de ideias que culminam em jargões como a Ideologia de Gênero, assim como há o alerta em não menosprezar os criadores ou reprodutores dessas retóricas, em função da visibilidade que muitos destes possuem, assim como pela facilidade de absorção dessas notícias, ao passo que são construídas numa estrutura que viabiliza o sentimento de injustiça, logo, convida os receptores para uma batalha contra as pautas minoritárias.

No mais, nessa sessão foi possível observar a utilização estratégica e orquestrada de retóricas como Kit Gay e Ideologia de Gênero para fins políticos. Evidenciando as afirmações questionáveis de agrupamentos políticos inteiros, podemos observar o quão frágil se encontra a democracia brasileira no que se refere à garantia de direitos. Sem uma constituição que nomeie, sem políticos com formação teórica e prática sobre esses temas aqui discutidos, de fato caminhamos a passos curtos em direção a um bem-estar comum.

4 ESCOLA ENQUANTO DE CONSTRUÇÃO DE SABERES

Geralmente, quando ainda estão cursando o ensino fundamental, por volta dos 13 ou 14 anos, as jovens travestis começam os processos de hormonização, depois vem a siliconização e o preconceito. A família, principalmente no Nordeste, não aceita e o garoto é expulso de casa. O único meio de vida é a prostituição. Costumo comparar a travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados está cercada pela violência. (Relato de Janaína, militante nos coletivos LGBTQ+ e advogada - retirado do programa Brasil sem Homofobia, 2004).

Historicamente a escola ocupou e ocupa lugares estratégicos na construção e manutenção de valores de determinados grupos. No que se refere ao PBSH, os espaços educacionais foram pensados enquanto um dos principais *locus* de execução das estratégias criadas, visando, em um sopro de resistência, usar da Educação para ressignificar a LGBTQfobia que corre no âmbito discursivo do povo brasileiro. O Escola sem Homofobia, decorrendo do PBSH, viria a se estruturar a partir dos princípios abaixo:

1. Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.
2. Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
3. Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
4. Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
5. Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
6. Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
7. Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB.
8. Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (Brasil, 2004, p.23)

Este Escola sem Homofobia, caso fosse incluído de fato em agendas governamentais, seria uma ferramenta estratégica no enfrentamento da LGBTQfobia estrutural que percorre os corredores escolares. O projeto apresenta como uma de suas principais justificativas de execução, as múltiplas formas de violência que acometem pessoas LGBTQ+ durante todo o percurso escolar. O projeto, eventualmente, traz nomes importantes, pessoas cuja trajetória de vida remontam a lutas e conquistas, proporcionando assim uma aproximação com o real, ou seja, com as Janaínas, conforme citada no início desta sessão.

Ao contextualizar essa escola que falamos, Bittar (2009) apresenta a História da Educação desde a antiguidade até os tempos presentes, retomando fatos históricos que nos

situam acerca dos entraves e vieses que foram necessários até se conceber conceitualmente e estruturalmente esse espaço como que temos hoje. A autora, assim, apresenta a inicial função separatista do ambiente escolar: formação cultural para a burguesia e ofício para as classes menos favorecidas. A esse respeito a autora esmiúça:

Dessa forma, educação não é o mesmo que escola. Esta última é uma invenção da humanidade no seu processo histórico para difundir o conhecimento de forma sistematizada. As primeiras notícias que temos sobre a escola nos mostram que só tinham direito a frequentá-la os filhos das classes sociais privilegiadas. Foi assim no Egito, cuja supremacia foi reconhecida pelos gregos, educadores dos romanos, e pelas posteriores manifestações cristãs. As duas culturas – greco-romana e cristã – incorporaram elementos do Oriente Próximo, reconhecendo nos egípcios a origem da cultura, da sabedoria, da instrução. (Bittar, 2009, p.16)

Observamos, a partir do que a autora explora, que desde os primórdios, o ambiente escolar não partia de uma configuração democrática, nos ensinando as razões pelas quais incluir o diferente nesse espaço significava, em algum ponto, ter que ultrapassar barreiras. Aquela escola, observamos, ainda comparece nas sutilezas das distinções e preconceitos que operam na escola do hoje. Note que o Escola sem Homofobia, ou melhor, o rechaço à proposta não passa somente pela existência de um preconceito geracional, mas também que existem estruturas, que mesmo em posição de omissão, compactuam com o esquecimento daqueles chamados de diferentes.

Nesse ínterim, não se pode deixar de abrir espaço ao lugar da igreja na idealização da escola. Bittar (2009) expõe que esse ambiente, antes sendo a instituição maior que detinha o poder de modular as práticas educativas, posteriormente fora perdendo força em função de reformas e crises ocorridas por conta dos avanços nos estudos pedagógicos e das metodologias ativas. Conforme destaca a autora, as primeiras iniciativas para a expansão da escola estiveram ligadas aos movimentos reformistas religiosos no século XVI na Europa, pois exigiram que meninos e meninas a frequentassem, forçando o estado a construir e manter escolas. Desse modo, os países que mais avançaram foram os que seguiram esse caminho, o qual, conforme vimos, era o caminho do futuro (Bittar, 2009).

De acordo com Bittar (2009), na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, emerge um período de declínio da lógica cristã sobre a educação. A autora aponta este período como responsável por alterações diretas na Educação, já que ali também estava ocorrendo uma revolução técnico-científica que fora capaz de engendrar um modelo de sociedade com propostas novas de ensino. Machado e Flores (2018) nos ajudam também a pensar esse cenário de revolução, em que surge a necessidade de massificação para produção, isto é, o ensino passa a possuir uma outra função social, a de figurar “ordem e progresso

econômico-industrial” (Machado; Flores, 2018, p.752). Segundo as autoras, tornava-se necessário viabilizar um novo plano de ação pedagógico que atendesse à demanda do momento que vinha se consagrando, já que a lógica clerical ainda mantinha seu espaço e força. Nessa disputa de forças de séculos atrás, observamos que elementos como um ensino voltado para a produção de mão-de-obra ainda se mantém firmemente em nossa lógica atual de ensino.

Acerca dessa antiga (e ao mesmo tempo atual) função da escola, problematizamos o sentido de disciplinarização presente naquele ambiente:

Vê-se bem, então, que a escola figura como uma instituição disciplinar, já que estruturada através de disciplinas (no sentido de corpos de conhecimento organizados), mas também, e substancialmente, porque todo processo de disciplinarização envolve tanto organizar e classificar saberes, quanto domesticar os corpos e as vontades. Logo, a disciplina não se restringe à submissão de conhecimentos, mas age também sobre os corpos, com vistas à produção de um sujeito sujeitado, resultado de uma produção discursiva; constituído como objeto de saber e de dominação. (Machado; Flores, 2018, p.754)

Dentro do escopo das propostas emergentes de ensino durante o nascimento da escola, a disciplinarização dos corpos surge como ferramenta que perdura e está engessada nos *modus operandi* de ensino. Foi necessário realizar uma revisão dessa estrutura, bem como uma atualização constante dela, para que essa massificação dos corpos, desejos e gestos fosse possível de serem regulados. Por meio dessa discussão, já conseguimos enxergar outros indícios do porquê a inserção de projetos como o Escola sem Homofobia geraria tantos embates, posto que sua proposição básica é promover cidadania, respeito e autonomia. Considerar que estruturas escolares tão bem desenhadas pudessem abrir portas para o diferente, para o colorido, para as Janaínas, seria como romper uma lógica seguida religiosamente desde o surgimento da escola. Observamos, com essa exposição, que aquela escola que objetivava formar “homens de bem” não está tão distante assim de nossa realidade.

Foucault (1987) encabeça uma questão chamada de docilidade dos corpos, elencando sua importância para um suposto bem-estar social. Corpos dóceis facilitam a conservação de um sistema de controle minucioso efetivado pelas instituições, sejam elas as mais diversas, como hospitais, igrejas, serviços militares e não distante, a escola. Esses espaços, apesar de ocuparem setores distintos das sociedades, apresentam, visceralmente, denominadores comuns de regulação e organização interna. A escola, lugar de características disciplinares bastante evidentes, traz de forma substancial medidas detalhadas para o controle. Foucault (1987) relata que essa microfísica do poder ocorre de forma sutil e é capaz de criar as amarras necessárias para a construção de sujeitos disciplinados. Nesse sentido a escola traz consigo medidas de controle, como em seus muros altos em prol de uma segurança, ou quem sabe sua lógica de

integralidade que engole o estudante e seu tempo por inteiro. Com isso, observamos que a subjetividade individual dá lugar a um coletivo tolhido dentro de uma padronização um tanto violenta.

A partir dessa noção de padronização, rememoramos não somente as ausências e rompimentos gerados pela suposição do ensino em gênero e sexualidade no ambiente escolar, mas também rememoramos um problema mais anterior: as práticas educativas em relação ao próprio corpo. A tão assustadora educação sexual, deturpada por vozes ultraconservadoras nos últimos anos, se efetiva e cobrada em nosso país, ofereceria suporte na diminuição de casos de abusos sexuais, psicológicos e físicos contra crianças e adolescentes, no entanto, o ensino pulverizado desses temas em disciplinas como biologia/ciências ou educação física, parecem não ferir a lógica da normalização depositada sobre o ensino das séries iniciais.

Foucault (1987), de modo atemporal, sugere que a invisibilidade de certos discursos ocorre de modo intencional, já que algumas pautas dariam suporte para a aparição de agrupamentos ou mesmo de ideias contrárias ao que é tido como verdade e saber. É necessário, portanto, que em uma sociedade disciplinar as divisões entre meninos e meninas sejam feitas, as separações por méritos aconteçam e, sobretudo, que essa individualidade seja vigiada para que não seja possível fugir das quatro linhas do jogo. Nesse sentido, apreendemos que o fazer crítico e acolhedor, premissa do PBSH, vai de encontro a isso que Foucault aponta como realidade de instituições, ao passo que o objetivo da escola não era acolher a diversidade, pelo contrário, o objetivo era de massificar a diversidade.

Por outro lado, com as ocupações de pessoas da população LGBT+ em diversos cargos e instituições, ressaltamos que essa lógica já vem sendo repensada, e corriqueiramente até ultrapassada, pouco a pouco. Seja com a inserção de mulheres cis e trans em quartéis, seja com os resíduos de discussões sobre minorias em escolas ou quem sabe com o surgimento de novas metodologias. O cenário vem, paulatinamente, se reconfigurando, tornando-se ao invés de espaços tão excludentes, lugares mais propícios para o desenvolvimento de subjetividades diversas. Assim, também recorremos ao benefício das legislações referentes às minorias sexuais e de gênero, posto que ao formalizar a importância e a vida dessas pessoas, protegendo-as com a lei, incitamos também uma responsabilidade social de variadas instâncias.

A partir da análise foucaultiana acerca da arte de enfileirar e hierarquizar sujeitos, compreendemos que não estamos lidando com uma crítica específica à configuração escolar brasileira, tampouco estamos tratando de práticas recentes. A escola, por si só, possui em sua História uma função social, isto é, o dever de formatar sujeitos para um devido fim, seja ele a adequação aos moldes da normalidade psicossocial ou de atendimento às demandas do capital.

De qualquer forma, lidamos então com a normativa que organiza as filas e esquece-se da individualidade, aspecto subjetivo esse que é inerente à engrenagem social.

Foucault (1987) problematiza também que o ambiente escolar apresenta uma caracterização bastante rígida, embora já possamos observar pequenas rupturas frente ao que era antes entendido como padrão, a exemplo disso temos as recentes discussões sobre banheiros inclusivos, retomada de temas como sexualidade e religiosidades para além da matriz ocidental-cristã e outros. A escola trazida pelo autor, possuindo em sua gênese um formato e objetivo pré-definidos, pode ainda se fazer presente nos currículos da atualidade, embora historicamente possamos identificar mudanças e adaptações voltadas a constituição da prática do ensino.¹⁴

Longe da criminalização das práticas vigentes, a presente reflexão se propõe retornar às camadas mais iniciais que gestaram o que hoje entendemos como escola e como a Revolução Industrial possui consequências reais até os dias de hoje. A organização de um espaço serial, como também foi pensado por Foucault (1987), relaciona-se mais diretamente ao surgimento das indústrias do que propriamente da escola. A indústria e suas esteiras necessitaram desse detalhamento de lugares, obrigações, méritos etc. e dessa forma o autor retoma uma categoria muito cara dentro da Psicologia e da Educação: a noção de autonomia.

Freire (1996) nos ajuda a pensar a complexidade desse termo dentro do ambiente que estamos analisando até aqui, trazendo essa noção como aspecto imprescindível no ensino-aprendizagem, considerando justamente a diversidade que faz parte do mundo do educando e deve ser respeitada, assim como também, fomentada. Segundo o autor, o professor que desrespeita a individualidade destes alunos, se furtando à estrita prática de depositar conhecimento sobre sujeitos em processo de aprendizagem, “transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência” (Freire, 1996, p.25).

Freire (1996) também denuncia ativamente que o educador que fomenta qualquer tipo de preconceito ou discriminação também está ferindo a ética da profissão, nos lembrando assim da realidade escolar de tantas pessoas LGBTQ+ que encontraram nessa figura do professor, mais um lembrete de que ali não era seu lugar. Sobral e Loguércio (2021) fundamentam essa afirmação ao apresentar os sentimentos de insegurança vivenciados por estes educandos e, embora os primeiros agressores sejam os próprios pares, conseguimos problematizar a parcela de culpa da escola quando se omite frente a essas violações, ou como Freire nos situou, quando os próprios professores se encontram transgredindo um fazer ético.

¹⁴ Para refletirmos sobre a pauta disciplinarização, recomendamos o documentário “Quando sinto que já sei” realizado pela Despertar Filmes em 2014 para análise da real possibilidade e efetividade de novas práticas educativas com a premissa de uma pedagogia da autonomia.

Até aqui, se faz necessário pensar o quanto os conteúdos e práticas pedagógicas ainda seguem o modelo onde são bastante delimitados os lugares de quem manda e quem obedece, distanciando-se de questões tão primordiais como a saúde mental e o bem-estar social, sobretudo a partir do prisma das diversidades sexuais e de gênero. Para tanto, há que se questionar: até que ponto uma escola pensada para atender à uma demanda social de produtividade e controle, se preocupa verdadeiramente com aspectos subjetivos de seus estudantes?

Matta *et al.* (2021) nos ajudam a entender melhor o espaço escola na formação subjetiva dos alunos e alunas, em especial, pessoas que estão fora da grade da heteronormatividade. As autoras nos lembram que esse espaço-escola se trata de um ambiente social onde nós passamos parte significativa de nossas vidas, aprendendo, desaprendendo, vivenciando e se encontrando com o diferente, portanto se trata de um espaço fundamental para a manutenção do bem-estar social. Nesse espaço, é onde temos os primeiros contatos com normas sociais, formação cidadã e direitos humanos, e, apesar dessas responsabilidades, a escola ainda é o lugar onde se verifica diversas demandas voltadas à vivência de violências decorrentes de *bullying*.

Especialmente dentro do espectro das diversidades sexuais e de gênero, segundo as autoras Matta *et al.* (2021), embora com avanços no campo de exposição midiática, políticas públicas e lutas coletivas, ainda são visíveis comportamentos LGBTfóbicos nas variadas hierarquias escolares, seja entre alunos e alunas através de comentários maldosos, piadas, agressões etc. como também entre a gestão com regras arbitrárias se tratando de pessoas fora do padrão heteronormativo, a exemplo disso temos as frequentes retaliações relacionadas à demonstrações de afeto entre pessoas homo e transexuais, regras essas não aplicáveis a casais heterossexuais.

Dentro dessa disposição de um conjunto de regras não visíveis a olho nu, é necessário retornarmos aos problemas de gênero para compreendermos seu potencial determinista em espaços educacionais. Nomear, conceituar e problematizar são práticas de extrema relevância no que se refere ao trato de conceitos tão complexos como gênero e sexualidade, mas visando proporcionar um entendimento macro desses conceitos enquanto fenômenos, é necessário também historiciza-los. Segundo Lerner (2019), conhecer a história de um fenômeno nos proporciona a possibilidade de enxergar outros lugares para a além daquilo que é vivenciado como verdade irrevogável e, em concordância com essa orientação, nos debruçaremos também nesse capítulo a apresentar um passeio histórico acerca desses pequenos grandes conceitos: gênero e sexualidade.

Lerner (2019) nos ajuda a situarmos os problemas envolvendo gênero desde o surgimento do patriarcado observado em diversos períodos históricos, como no Neolítico onde normalizou-se a troca de mulheres para fins de integração entre tribos distintas e para a manutenção da ideia de que “sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos” (p.351). Nessa relação está implícita a lógica econômica, onde mais filhos significaria um aumento no quantitativo de mão de obra para a agricultura assim como nas sociedades mesopotâmicas, onde mulheres eram vendidas e entendidas meramente como suporte financeiro às famílias mais pobres.

Em diversas sociedades e em períodos históricos distintos, o lugar que a mulher ocupou nos apresenta não somente o seu papel, mas traz à tona estruturas de poder rígidas que marcaram (e marcam) o que esse feminino representa. Lerner (2019) não define data e hora para o surgimento dessas opressões, mas delimita que o processo de surgimento do patriarcado precisou de mais de 2.500 anos de práticas violentas para se solidificar. Esse patriarcado aqui pode ser entendido como um

sistema de dominação dos homens sobre as mulheres que permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais. (Morgante; Nader, 2014, p. 03).

Esse entendimento de um patriarcado não limitado a uma dominação na esfera pessoal nos ajuda a pensar o lugar de poder ocupado por esses homens, onde consequentemente mulheres ocupariam um lugar de coisa ou objeto. A respeito da objetificação de mulheres, Lerner (2019, p.353) contribui trazendo que “o papel de gênero obverso do homem foi ser aquele que executava a troca ou que definia os termos das trocas” em que mulheres serviriam como moeda, reforçando ainda mais o lugar do homem enquanto aquele que dita a verdade e o que deve ser feito.

Mesmo sem um manual que orienta a configuração de uma sociedade patriarcal, Lerner (2019) traz que em distintas sociedades o controle sobre os corpos femininos variava apenas de face, podendo ser o pai, o Estado ou a cultura, mas que em todos os cenários era somente o lugar de submissão que sobrara às mulheres. Nos haréns orientais onde mulheres eram obrigadas à poligamia e a prisões sexuais, no desenvolvimento da Antiguidade clássica onde mulheres eram colocadas em desvantagem em relação aos homens e nos estados industriais onde vigorava a noção de propriedade exercido por um pai, estes, podemos inferir,

são formatos bastante lapidados da lógica patriarcal onde não havia um espaço outro de possibilidade de existência para o feminino.

Segundo Louro, Neckel e Goellner (2013) o surgimento dos estudos de gênero objetivaram compreender as atribuições sociais que são inscritas nos corpos para assim entendermos o que são os papéis de gênero e a razão de sua rígida estrutura. As autoras, a partir de diálogos e rupturas com as primeiras vertentes, trazem os estudos fundamentados em Michel Foucault e Jaques Derrida, para elaborar o que hoje chamamos de perspectivas pós-estruturalistas. Nessas abordagens abre-se espaço para construir uma correlação entre linguagem e a produção dos gêneros. Acerca desse pensamento as autoras contribuem:

As abordagens feministas pós-estruturalistas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal (apresentada como origem das diferenças entre homens e mulheres, ou como superfície sobre a qual a cultura opera para produzir desigualdades) para teorizá-lo como constructo sociocultural e linguístico, produto e efeito das relações de poder. (Louro; Neckel; Goellner, 2013, p.13).

As perspectivas pós-estruturalista, portanto, trazem quatro implicações da utilização dos estudos de gênero enquanto ferramenta teórica e política. A primeira delas nos convoca a refletir sobre a ideia de que a constituição do ser homem ou ser mulher não apresenta uma regularidade de percurso, podendo não haver linearidade, harmonia ou uma finalização completa. As autoras supracitadas colocam os corpos em movimento constante e recorrem também ao entendimento dos impactos da própria educação na constituição dessas identidades. A educação seria uma referência, onde nela está localizada em grande medida os entendimentos sobre os papéis sociais, necessitando assim uma problematização acerca do que é lido como verdade em espaços educacionais.

A segunda implicação trazida pelas autoras corresponde a ideia de que a vivência das feminidades e masculinidades são constantemente atravessadas pelo tempo, cultura e circunstâncias, de modo que essa constituição se dá de forma completamente singular. Louro, Neckel e Goellner (2013) reforçam que a identidade é produto das associações entre gênero e diversos outros marcadores, dentre eles a sexualidade, fazendo com que um mesmo grupo, em uma mesma sociedade e com aspectos muito similares, acabe vivenciando as masculinidades e feminilidades de formas distintas. Para as autoras é a cultura quem “constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos” (Louro; Neckel; Goellner, 2013, p.19).

Acerca da terceira implicação dos estudos de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista, está a polêmica proposta de se pensar para além de um conceito direcionado a mulheres, no orientando a olhar as relações de poder preexistentes entre homens e mulheres,

assim como tudo o que impacta no entendimento dos “sujeitos de gênero” (Louro; Neckel; Goellner, 2013, p.20). As autoras, em concordância com a pressupostos da presente pesquisa, nos trazem que para se pensar estratégias efetivas de modificação das relações de poder arroladas em nossa sociedade, é indispensável conhecer o problema fundamentalmente, compreender a construção de todos os atores, bem como dos processos educativos que contribuíram para a formação subjetiva das pessoas.

Por último, Louro, Neckel e Goellner (2013) colocam em xeque a proposição de que o corpo em si pode ser desconsiderado, quando, para uma análise mais concisa acontecer, se faz necessário não somente considerar esse corpo, como também o fato de que dele emana luzes que orientam o pensamento social. Nessa perspectiva, examina-se como o corpo biológico opera e determina as estruturas sociais, como por exemplo, através da contestação de que a mera existência de um útero seria capaz de produzir um instinto.

Os estudos de gênero não dizem somente do corpo biológico, eles dizem de tudo o que fora inserido arbitrariamente neste corpo, valendo o questionamento: o que seria possível para tantas pessoas sem a invenção do patriarcado? Quais lugares hoje dominados por figuras masculinas não teriam sido ocupados por mulheres? Quais grandes invenções e projetos revolucionários estariam em mãos femininas?

As essências dos corpos femininos foram continuamente atravessadas por violências fazendo com que estes se constituíssem sem possibilidade de desprendimento de tecnologias de controle. O corpo feminino é friamente controlado. Em todas essas implicações, se torna evidente a necessidade de repartimento da discussão, ao passo que simplificar ou trabalhar com asserções inflexíveis gera uma espécie de comodismo que não condiz com a premissa da curiosidade inerente ao desenvolvimento da ciência. Pensar para além do campo das teorizações que já foram feitas nos coloca em movimento, já que nesses espaços outros há que se considerar o real, o possível, há que se territorializar os procedimentos e redefinir os conceitos. A perspectiva pós-estruturalista vem justamente abrindo espaço para que essas novas reflexões apareçam e se mantenham sobre a constante provocação pela inovação no campo das ideias.

A sexualidade, por sua vez, não se trata de um conceito simplista. Foucault (1988) nos reposiciona a respeito da história da sexualidade, considerando esse conceito uma espécie de emparelhamento de diversos momentos históricos. Segundo o autor “o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também” (Foucault, 1988, p.09) considerando, aqui, o enlace de mecanismos de poder que estavam se configurando a partir do século XVII, com o surgimento de debates sobre a sexualidade. Antes

do entendimento conceitual sobre o que é a sexualidade enquanto linhas do desejo, é necessário um retorno à lógica da repressão que moldou, inclusive, esse desejo.

Foucault (1988) repercute o decreto imposto por um puritanismo moderno, onde a sexualidade era levada, inevitavelmente, ao silenciamento, à interdição e, por consequência, ao desaparecimento. Curiosamente, o exercício de uma sexualidade que fora elevada ao nível de pecado, ainda teria sua função social de controle ao passo que, “coincidentemente”, com o nascimento da lógica industrial, mais e mais mecanismos haveriam de se solidificar para possuir sua serventia naquele âmbito produtivo. Nesse aspecto, já conseguimos apreender que os olhares voltados às mãos dadas por casais LGBTQ+ na escola, são fruto de uma rede complexa de acontecimentos que vão desde uma opressão contra aquele que deveria estar servindo ao patriarcalismo, assim como uma violência contra sujeitos que não podem transgredir a organização social que deve funcionar de modo mecanizado.

Mesmo de forma tímida, a escola não deixa de ser um ambiente onde o reflexo da sociedade ainda é basilar. Matta *et al.* (2021) nos informam que ao longo das décadas os conceitos e preconceitos foram se afunilando e tomando novos formatos. Nesse caminho, o que antes era agressão física e exclusão social direta (efeito da explosão de casos de HIV/AIDS nos anos 1970 e 1980), hoje se encontra através da narrativa do “nada contra, mas” e de uma aceitação somente com o preenchimento do *check-list* da heterossexualidade. As autoras nos trazem, por fim, que a escola deve cuidadosamente investir em um novo tratamento desse fenômeno que se mostra cada vez mais forte e que gera repercussões psicossociais devastadoras, seja no quantitativo de adoecimentos psicológicos como pode ser observado nos dados de Gastaldi (2021), como também nos índices de evasão escolar trazidos por Moreira (2012). O PBSH e, mais adiante, o Escola sem Homofobia serviria, portanto, na promoção da ressignificação deste cenário de intensos conflitos, externos e internos.

Estabelecer essa pauta como prioridade é, para além de um fazer simplório, ou mesmo para atender às necessidades de ideologias X ou Y, uma ferramenta para manter os alunos e alunas nas escolas com o básico em compreensão e inclusão. Trabalhar de maneira contínua e sistemática nos ajudaria na construção de um ambiente psicologicamente seguro, criativo e autônomo. Freire (1996) pontua a relevância de se promover um fazer permeado pela curiosidade, assim como as vivências próprias de cada pequeno aluno que compõe o corpo discente e, ao olharmos para projetos como o Escola sem Homofobia, conseguimos visualizar o lugar de socialização que são pensados para estes cidadãos em formação.

Junqueira (2013) acerca do quanto o jogo da escola pode potencializar e perpetuar comportamentos LGBTQfóbicos nos diz que

Por meio da tradução da pedagogia do insulto em pedagogia do armário¹⁵, estudantes aprendem cedo a mover as alavancas do heterossexismo e da homofobia. Desde então, as operações da heterossexualização compulsória implicam processos classificatórios e hierarquizantes, nos quais sujeitos ainda muito jovens podem ser alvos de sentenças que agem como dispositivos de objetivação e desqualificação: “Você é gay!”. (Junqueira, 2013, p.486).

A partir da noção de pedagogia do armário, podemos retornar a um dos principais, se não o principal, objetivo do Escola sem Homofobia, que seria a formação de profissionais da educação frente aos problemas relacionados às minorias. Assim, questionamentos como “o que fazer? Como chamar aquele aluno? Quem devo chamar para resolver essa situação LGBTfóbica? Isso é LGBTfobia ou é brincadeira?” já não seriam vivenciados com distanciamento. Instrumentalizar profissionais da educação quanto ao trato das diversidades significa diretamente que mais alunos enxergarão em meio a violências, uma rede de apoio que pode significar, a longo prazo, a sua não evasão e seu não adoecimento psicológico. Em meio a tantos questionamentos, assim, traremos mais um: quantos suicídios poderíamos ter evitado se pessoas tivessem encontrado na escola o apoio necessário para a manutenção de seu bem-estar ao invés de encontrarem predominantemente *bullying* e omissões?

Considerando esse lugar restrito onde pessoas que destoam em algum aspecto na sequência ideal sexo-gênero-sexualidade, observamos que estas aprendem desde cedo que possivelmente estão escorregando para fora de um conceito de normalidade criado em cima da sequência anteriormente citada, portanto ocuparão constantemente o foco de violências em diversas camadas (Junqueira, 2013). Nesse sentido a escola e seu regime industrial de vigilância se ocuparão de “orientar para o seu bem”, “chamar os responsáveis”, “pedir que não faça nada em público” para um atendimento completo ao bem-estar do coletivo, bem como de quem violentou.

Rondini, Teixeira Filho e Toledo (2017), dialogando com essa ideia anteriormente citada, trazem o conceito de homofobia cordial onde a menor das possibilidades de se questionar sobre sexualidade resulta em ameaçar a normalidade que é imprimida socialmente sobre os corpos. Esse tipo de homofobia pode ser exemplificada através de discursos como “aceito, desde que não se comporte com trejeitos femininos” e similares, reformulando uma violência sobre os panos da aceitação. Nesse esquema de ameaça a sexualidade do outro, os autores contribuem trazendo que em nosso imaginário paira um medo de se questionar sobre os

¹⁵ Junqueira (2013) elabora a noção de Pedagogia do armário enquanto um aparato de práticas, normas e classificações baseadas na premissa de que a matriz da heterossexualidade é o artefato determinante na organização escolar. As atitudes, assim, são vigiadas naquele ambiente para que tudo o que destoe desta matriz, seja retido, limitado, chamado à diretoria.

desejos e os corpos, e que também se aproximar minimamente desse grupo, pode-se perder os incontáveis privilégios de estar fora dessa minoria.

Diante de tantos tremores que ocorrem em solo LGBT+, há quem encontre nessas fragilidades lacunas que servem para subverter e embaralhar proposições antes bem-postas. O PBSH e mais adiante, o Escola sem Homofobia foram taxados em vermelho sob a acusação de potencialmente vitimar crianças e adolescentes em práticas sexuais precoces, incestos e outras barbaridades. As desinformações encontraram, portanto, o encaixe necessário para se tornar uma arma utilizada por setores conservadores para o veto total de um projeto que cuidaria a curto, médio e longo prazo de pessoas cuja existência por tanto tempo esteve limitada a armários.

4.1 Escola enquanto palco de disputas políticas

Diante do que foi trazido até aqui, se torna necessário analisar a escola através de uma outra estrutura: pensá-la enquanto palco para a ocorrência de uma batalha narrativa onde supostamente devemos, enquanto sociedade civil, proteger crianças e adolescentes de uma ameaça fantasma chamada kit gay. Nesse subtópico, apresentaremos o percurso para o surgimento e instalação do pânico moral desencadeado a partir de um ideário que nos diz que o ambiente escolar se tornaria um espaço de violação da ingenuidade infantil, bem como o de ensino teórico e prático de atividades sexuais ou sexualizadas.

Antes mesmo do período de Cristo, temos Otaviano e Marco Antônio entrando em disputa na antiga Roma em 30 a.C, fazendo uso das tecnologias da época para divulgação de desinformações a fim de gerar constrangimento ao adversário. Como também, em algumas gerações posteriores, fora criada a Carta de Doação de Constantino no ano 337 que causou grandes impactos no Império Romano com uma falsa notícia de concessões à Igreja Católica. Por último, podemos citar o Plano Cohen no Brasil em 1937 como resposta à uma suposta invasão e sequestro de pessoas do alto escalão do Congresso Nacional onde, posteriormente, fora descoberto seu teor de pretexto para efetivação de um golpe.

Embora utilizar desinformações enquanto arma política não seja uma prática recente, apreendemos que esta foi recentemente utilizada, em sua potência máxima, para este fim com êxito. Para examinarmos este percurso em profundidade, esclarecemos que no plano de fundo do cenário de implementação do PBSH de 2004, assim como o Escola sem Homofobia em

2011, está um fenômeno social chamado de Pós-Verdade¹⁶. Guareschi, Amon e Guerra (2019) o conceitua como um momento histórico em que se verifica que notícias contendo apelos e crenças populares estão sendo apreendidas como formadores de opinião que determinam processos de subjetivação e socialização. Nesse sentido, é observável que a formação de opinião é repercutida pelo cenário tecnológico de forma que o modo como nos relacionamos e pensamos, em algum nível, reporta aos conteúdos que estão sendo difundidos nas redes.

Guareschi (2019) nos ajuda a construir uma compreensão de que apreço por inverdades é este que motiva tantos interesses. Nesse fenômeno, o autor aponta que diferente da era da Modernidade, onde a razão possuía um *locus* intocável, na pós-modernidade abre-se espaço para o individual, o autônomo, as paixões e as crenças. Nesse momento, o autor sugere que as crenças agora vêm ocupando um espaço maior e mais articulado com o avanço da comunicação; o que antes era sólido e determinante, hoje vem se tornando mais flexível e pessoal (Guareschi, 2019). No que se refere ao lado afetivo de iminência do kit gay, relembramos que a luta travada contra minorias sexuais e de gênero, continha um forte apelo ao sentimento de injustiça, onde cada cidadão era convidado a demonstrar seu apoio se unindo a essa voz que grita por proteção às crianças.

O tema da proteção infantil, relembramos, é um tanto polêmico ao contextualizarmos ao nível de Brasil. Segundo o último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (2024) a residência ainda representa o lugar mais inseguro quanto às violências sexuais, assim como os familiares são também os principais agressores de crianças e adolescentes. O que salta, diante do cenário real, nos diz que as desinformações proporcionaram um deslocamento quanto a vigilância das vítimas. Notamos que a maneira possível de popularizar o kit gay, fora subvertendo a lógica da proteção infantil, criando um monstro que é desconhecido e que não se parece com os pais e padrastos das vítimas.¹⁷

Guareschi (2019), endossando essa discussão, traz que a quantidade excessiva de informações transmitidas diariamente, envolvendo dos mais sutis aos mais grosseiros interesses da humanidade, nos retira algo inerente à tomada de consciência: o questionamento. Movimentada pelos excessos, o autor comenta que a pós-verdade ou aquilo que está para além

¹⁶ Guareschi, Amon e Guerra (2019) reforçam a categoria Pós-verdade chamando atenção ao fato dela ter se transformado em uma importante arma política, onde fatos comprovados agora podem ser maleáveis conforme dada necessidade. A conveniência ideológica, por sua vez, é capaz de determinar o sucesso ou não de conteúdos midiáticos, posto que uma das características fundamentais do fenômeno da pós-verdade está na possibilidade de promover agendas políticas, assim como na capacidade de enviesar os olhares da população.

¹⁷ Santos e Mesquita (2019) realizaram um levantamento traçando o perfil dos agressores sexuais demonstrando que pais e padrastos estão entre os principais criminosos, e, entre outros achados, verificaram que a história de vida dos violadores não difere tanto de cidadãos comuns, o que nos leva a necessidade de aprofundamento quanto aos aspectos psicológicos e sociais que são condicionantes à agressão sexual.

da verdade, retoma a reflexão acerca do que sobra para sermos quando se é mobilizado por tantas conexões. Nesse cenário de pós-verdades, surge um outro conceito produto dessa relação complexa entre comunicação e crenças: as desinformações. Guareschi (2019), de forma indireta, explora os lugares de onde podem surgir informações que eventualmente não possuem compromisso com uma verdade racional, trazendo que

Não há problema nenhum para as poderosas máquinas computacionais em recolher milhares, até milhões de dados sobre o comportamento de grupos e pessoas e extrair daí leis tendenciais, nunca absolutas ou totais, mas mais que suficientes para que se possa conhecer o que uma pessoa – um grupo – pensa, no que acredita, o de que gosta, o que prefere, quais os valores que aprecia ou defende, quais as motivações que o move. (Guareschi, 2019, p.181).

Considerando a linha de pensamento supracitada, as verdades vêm se constituindo de forma personalizada, impactando diretamente nas representações sociais que se formam em torno de objetos comuns, como o projeto Escola sem Homofobia, que de tantos ruídos relacionados aos seus objetivos, fora vetado e desenterrado posteriormente pela alcunha de kit gay. Observamos, então, que o espaço escolar não esteve imune, tampouco distante do recente bombardeio de desinformações, sendo posto em uma espécie de redoma onde populares eram convocados a vigia-lo estimulados pelo pânico moral, este, por sua vez, fomentado pela bancada evangélica que criou o assustador kit gay.

A partir das análises de Guareschi (2019) acerca da pós-verdade, começamos a compreender também como o *kit gay* encontrou os subsídios necessários para permear o imaginário popular, pois, não se tratou pura e simplesmente de uma notícia bem articulada que apelou para a proteção das crianças e das escolas, esta notícia também serviu de recurso para promover o debate sobre a importância de se trabalhar diversidades sexuais e de gênero naquele espaço e, como isso havia sido amarrado de uma maneira completamente diferente no Escola sem Homofobia. Reforçamos também que as desinformações não nasceram no cenário político de 2018, apenas se tornaram objeto de debate público e que existe um ponto que distingue as notícias falsas de décadas ou séculos atrás, com as de hoje: os meios de divulgação. O fenômeno da pós-verdade, podemos apreender, como efeito direto do avanço dos meios tecnológicos de difusão de informações. A popularização de aplicativos de mensagens, assim como o fácil acesso a redes sociais se transformaram em um campo de batalha para quem soube operá-los.

Conceitualmente falando, as notícias falsas compõem um espectro de significados e fundamentos, não sendo entendidas meramente como a ausência de verdade num dado discurso. Foster et al. (2021) apresentam o tópico da Desordem Informacional como eixo norteador dessas discussões e, contidas nela, temos as: a) *misinformation* se tratando da divulgação não

intencional de notícias, ou seja, por descuido ou desatenção um dado pode ser criado e divulgado; b) malinformation, ou seja, uma atitude de alteração da verdade no intuito de prejudicar ou atrapalhar uma pessoa ou instituição; c) desinformation ou desinformação seguindo a tradução direta. Essa categoria, ainda segundo Foster et al. (2021), é o tópico onde as populares *fake news* mais se aproximam conceitualmente, já que esta trata de notícias que são produzidas de modo intencional com o objetivo final de causar dano à pessoa ou instituição.

Castro *et al.* (2022) trazem as desinformações como uma nova prática de comunicação entre as pessoas, considerando a desordem comunicacional a qual estamos vivenciando enquanto sociedade. Os excessos são então marcados pela falta de crítica e racionalização, e, dessa forma os autores colocam a existência desse fenômeno enquanto consequência irremediável de uma sociedade que consome informações em alta velocidade e que naturalizou a não checagem desses produtos que podem conter, em sua essência, uma intencionalidade duvidosa ou mesmo maliciosa.

Castro *et al.* (2022) detalham que, a nível mundial, há consenso entre autores que é necessário o cuidado no enfrentamento das notícias falsas, já que hoje sua participação na comunicação política vem se cristalizando e as inconsistências teóricas e metodológicas presentes na discussão afastam dos órgãos de fiscalização uma tratativa adequada à situação-problema. Dessa forma, é conveniente pensar que não estamos tratando de um problema geograficamente localizado, mas sim de um fenômeno que circula a níveis pandêmicos.

No Brasil, as notícias que envolviam o ensino de crianças e adolescentes conseguiam estimular o sentimento de fúria em quem comprava, de modo acrítico, notícias como o kit gay que ocupou lugar de destaque entre as desinformações mais divulgadas em período eleitoral¹⁸. O Escola Sem Homofobia (Brasil, 2008), a quem foi imputado o título de *kit gay*, se trata de uma proposta de instrumento voltado à profissionais da educação no sentido de promover o combate à LGBTfobia na escola.

O documento, em um de seus principais recursos, apresenta que:

A proposta do *Caderno Escola sem Homofobia* é um convite a gestoras/es, professoras/es e demais profissionais da educação para um debate, oferecendo instrumentos pedagógicos para refletir, compreender, confrontar e abolir a homofobia no ambiente escolar. (Brasil, 2004, p.13).

Nesse caderno, com suporte de recursos audiovisuais, discussões teórico-conceituais e com linguagem acessível, elabora diversos tabus popularmente vividos em ambiente escolar.

¹⁸ A notícia pode ser acompanhada em <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>

Embora com necessidade de atualizações acerca de terminologias e estratégias, já que o documento é datado do início dos anos 2000, este foi gerado sob a necessidade social de encarar e escancarar as diversas violências contra a população LGBT+, a partir de uma postura resolutiva e reflexiva dentro do espaço de aprendizagem e com pessoas em fase de escolarização.

O *Escola sem Homofobia* (2008) apresenta inicialmente uma contextualização histórica acerca das desigualdades experienciadas entre homens e mulheres no país, com exposição de relatos cotidianos. O primeiro capítulo se preocupa em sensibilizar o leitor sobre o quão corriqueiras e naturalizadas são ocorrências de desigualdades. Mais adiante, o caderno apresenta a categoria Diversidade Sexual trazendo conceituações relevantes ao entendimento comum, como a sexualidade, a identidade de gênero, homofobia etc. No circuito da importância de enfrentamento dessa violência, os autores fecham o primeiro capítulo trazendo marcos e lutas da população.

Em um segundo capítulo, o material resgata o espaço da escola como promotora de cuidados, mas também de preconceitos. Nessa discussão, há diversos convites para rever práticas que, embora normalizadas nesse local, por muitas vezes são elas as responsáveis por promover desigualdades e consequentes adoecimentos. No terceiro e último capítulo, vemos orientações práticas acerca de projetos pedagógicos e demais metodologias para facilitar a inclusão desses temas de forma efetiva no ensino. O material, também chamado de kit anti-homofobia, conta com três produções audiovisuais¹⁹ (*Encontrando Bianca*, *Torpedo* e *Probabilidade*), seis boletins ou *Boleshs*, um cartaz e cartas de apresentação para os profissionais da educação.

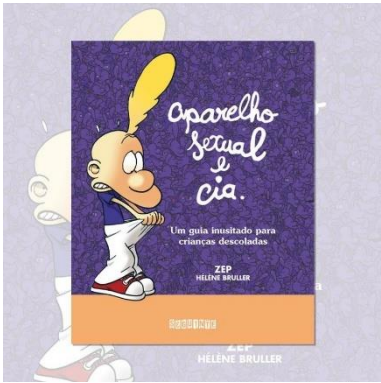
Indo de encontro à sua proposta inicial de letramento, o projeto então passa a ser enxergado jocosamente como kit que ensinaria crianças a serem homossexuais, assim como a prática de pedofilia e outras inconsistências. Esse recurso e toda sua proposta teórica e metodológica, a partir de 2011, é atacado pela retórica que promete lutar contra a implantação do *Escola sem Homofobia* por, supostamente, este atentar contra a moral e bons costumes da parte conservadora da população. Nos anos de 2017 e 2018, com o avanço da corrida para a presidência, Jair Messias Bolsonaro retoma a desinformação atrelada ao projeto e começa uma

¹⁹ No ano de 2014, Nilson Fernandes Dinis e Renata Silva Pamplona realizam um estudo visando promover uma reflexão crítica acerca do aprisionamento do corpo travesti dentro da produção audiovisual *Encontrando Bianca*, material componente do kit anti-homofobia. Longe de enfraquecer a luta, os autores se preocupam em esmiuçar uma produção que poderia ter sido utilizada para fazer a manutenção de um ideal voltado ao corpo e a postura feminina para as mulheres trans. O estudo pode ser encontrado em <https://www.scielo.br/j/pp/a/3fgHdwyztbT47rzqsgWPSPF/?lang=pt>

ampla divulgação de notícias falsas para assim atentar contra a oposição, que segundo o próprio, defenderia essa e outras formas de ensino sobre sexo e incremento de objetos sexuais no ensino infantil.

À título de registro, coletamos no site do jornal Estadão em matéria do dia 12 de setembro de 2022²⁰, jornal El País em texto do dia 04 de outubro de 2018²¹ e site do Projeto Comprova em checagem no dia 10 de setembro de 2018²² os principais conteúdos chamados de Kit Gay conforme podem ser observados na tabela I. Cabe reforçarmos o que Foster *et al.* (2022) trazem quando afirmam que normalmente essas desinformações são reforçadas através de um ou mais objetos, portanto as imagens são discursos sensacionalistas, uma pauta tabu, uma imagem chamativa e uma necessidade de ataque ao adversário.

Quadro 1 – Registros de informações e desinformações divulgadas

		
Livro com orientações sobre o aparelho sexual.	Mamadeira erótica como parte do kit que seria distribuído nas escolas conforme desinformação divulgada.	Imagem de relação sexual entre dois homens enquanto parte de uma cartilha também chamada de kit gay, embora a material completo nunca tenha sido divulgado.
Fonte: Estadão, 2022	Fonte: El País, 2018	Fonte: Projeto Comprova, 2018

Fonte: A autora (2024)

²⁰ Notícia pode ser encontrada em <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/kit-gay-bahia/>

²¹ Notícia pode ser encontrada em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/politica/1538583736_557680.html

²² Notícia pode ser encontrada em https://projetoconprova.com.br/post/re_2b5w8xyg4a4z/

Essa diversificação nos é relevante para informar que tais notícias carregadas de desinformações seguem sua inconsistência conceitual e apresentam inconsistência também no seu conteúdo final, portanto responder ao questionamento acerca do que seja o *kit gay* realmente não pode ser descrito de forma simplista. Com o rigor científico, é dever dos pesquisadores e pesquisadores, demarcarem os impactos que surgiram e ainda podem surgir decorrentes da propagação de desinformações. Enquanto área de pesquisa, destacamos que a Psicologia encontra subsídios para atuar no enfrentamento deste mal, posto que a maneira como nos relacionamos e apreendemos o mundo, é atravessada pela nossa relação com redes sociais. Se saudável ou não, é fundamental que haja a apropriação por parte da Psicologia quanto a esse nosso formato de comunicação, para que consigamos entender como e porquê internalizamos certos temas e, mais profundamente, o porquê internalizamos e somos impactados por desinformações extremamente apelativas sem uma postura analítica.

Cardoso e Silva (2022) nos ajudam a pensar o ponto da saúde mental em meio ao bombardeamento de informações, especialmente no período da pandemia, onde comprovadamente houve um aumento significativo da divulgação dessas notícias, já que as redes se mostraram um dos poucos canais possíveis de aproximação e aprendizagem em meio ao isolamento. Os autores nos convidam a refletir acerca do quanto essas notícias em formato malicioso geram uma ansiedade social tanto pela exaustiva quantidade de informações a serem acompanhadas, quanto pela fragilidade que se instaura em função das variadas “emergências” a serem conhecidas e controlas. A esse respeito, pontuam:

Essa comunicação imprecisa e divergente provavelmente provocou confusão na população. A ansiedade coletiva poderia ter sido minimizada por uma mensagem unificada que mostrasse a relevância da única ferramenta que temos, o distanciamento físico. (Cardoso; Silva, 2022, p.11)

A ausência de credibilidade dos meios comunicacionais em função de uma polarização política, especialmente nos últimos anos, gerou e gera efeitos em vários campos da subjetividade. Os autores levantaram que parte expressiva de um grupo atendido em plantão psicológico relata receios acerca dessa imprecisão nas informações e medos gerados por notícias falsas que vieram a público, como a possibilidade do COVID-19 se tratar de uma arma biológica ou mesmo os anseios acerca de um retorno à “normalidade”. Com efeito, segundo Cardoso e Silva (2022), reduções em adesão ao distanciamento social, questionamentos nunca vistos sobre a procedência de vacinas, ataques xenofóbicos entre outros, foram resultados diretos de uma exaustiva militância contra comprovadas recomendações de saúde feitas por

respeitadas instituições. O então presidente da república teve um papel fundamental na propagação e incentivo dessas práticas auto e inter destrutivas.

Considerando os danos trazidos, as notícias carregadas de desinformações marcam, sobremaneira, modos de existir e se relacionar. Assim como discursos sem embasamento teórico e metodológico fora capaz de promover um efeito estrondoso no autocuidado de diversas pessoas, inferimos que notícias falsas de cunho LGBTfóbico tenha papel fundamental no entendimento e na perpetuação de preconceitos, em especial no ambiente escolar. Portanto, as desinformações, antes de se tratarem de uma discussão conceitual, se tratam de um tema político. Para compreendermos o cerne daquilo que viria a se tornar o *kit gay* precisamos compreender qual foi o campo que tornou possível a germinação dessa desinformação. Por fim, buscamos mais adiante situar o leitor, de modo mais objetivo, sobre como PBSH se presentificou aqui, no Maranhão, para compreender se essas incongruências do âmbito federal, foram cascadeadas para o nosso território.

5 BRASIL SEM HOMOFOBIA: AFINAL, O PROGRAMA CHEGOU AO MARANHÃO?

Fizeram um abaixo-assinado para que eu não desse aulas de educação física para uma turma só porque eu sou uma mulher trans.

(Relato de uma professora trans do Instituto Federal do Maranhão)

Para responder ao questionamento que intitula este capítulo, apresentaremos uma fotografia do cenário de políticas públicas estaduais tendo como base documentos oficiais, levantamentos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Maranhão e Participação Popular (SEDIHPOP), entrevistas com representantes de grupos de militância e artigos publicados. Neste capítulo discutiremos também os desafios encontrados na implementação de políticas públicas relacionadas ao programa.

O Maranhão de ontem ainda é o mesmo de hoje no que se refere ao cenário político. Fazendo um recorte mais recente, em 2003, Zulene Muniz problematizava as contradições encontradas nos discursos de José Sarney e sua filha, Roseana, cujo jargões políticos referiam-se ao interesse em emplacar um sistema de novidades sucessivas, seja no âmbito econômico, seja no âmbito político partidário, após a retomada da democracia em 1985. O estado maranhense, mesmo sob a condução tida como inovadora da oligarquia Sarney, ainda manteve alguns dos piores indicadores sociais do Brasil, com seus 62% da população vivendo abaixo da linha da pobreza conforme aponta Muniz (2003). Trazendo para um cenário mais atual, segundo Instituto Jones dos Santos Neves (2022), estamos em 58,9% em índices de pobreza extrema, justificando parcialmente a afirmação de que não vivenciamos mudanças significativas relacionadas à manutenção da vida.

Assim como a miséria, o Conservadorismo ainda se perpetua na fotografia do que é o estado do Maranhão. Segundo Muniz (2003), direta ou indiretamente, a família Sarney esteve ligada à introdução de narrativas conservadoras na arquitetura de nossa política pela estreita relação do próprio José Sarney aos partidos que corroboraram com o golpe militar de 1964. Sarney, de dentro da Aliança Renovadora Nacional, a Arena, partido que ajudou a sustentar a ditadura militar por 21 anos, encabeça as primeiras disputas entre conservadorismo e ideias progressistas, que se firmaram quando o então ex-presidente começa a pleitear as candidaturas de políticos maranhenses aliados aos seus interesses de uma política desenvolvimentista e conservadora.

Embora o surgimento do Conservadorismo tenha suas raízes muito antes da ditadura, sendo provavelmente decorrente da colonização espanhola, como apresenta Duarte (2021), o Brasil e o Maranhão, especificamente, ainda se ocupam de pautas fundamentais no cristianismo com interesse em limitar o avanço de políticas relacionadas aos direitos reprodutivos, casamento homoafetivo e outros temas que vão de encontro à manutenção da folclórica família tradicional brasileira. Em entrevista com o coordenador da SEDIHPOP do Maranhão, foi situado por ele que o enfrentamento da LGBTfobia passa pela diligência de uma bancada conservadora da Assembleia Legislativa do Maranhão, constantemente liderada pela deputada estadual Mical Damasceno do Partido Social Democrático (PSD), cuja ações limitam ou a efetuação das leis ou os efeitos dela.

Foi citado pelo entrevistado uma das polêmicas mais recentes produzidas por Mical Damasceno, sendo dela a proposta do projeto de lei 404/2022 que revoga a lei nº 11.827/2022 que traz a obrigatoriedade à estabelecimentos comerciais a fixação de placas de advertência proibindo qualquer ato de discriminação sexual e por identidade de gênero. Segundo Mical, o informativo seria “desnecessário” conforme argumentação da mesma para justificar sua proposta.²³ Nessa batalha, o estabelecimento dos direitos de minorias vão sendo alvo de ataques LGBTfóbicos que foram institucionalizados, aceitos e condicionantes para a criação de direitos.

“Existem posicionamentos de governo que você vê quando ele é favorável ou não às pautas LGBT. (...) Imagina um governador vetar com relação a uma lei que foi votada com unanimidade por deputados estaduais”

Nesse relato acima, o entrevistado apresenta o desafio presente no jogo da tomada de decisão no campo legislativo. O governador, aliado à lei nº 11.827/2022, recentemente teve sua atuação permeada pelos interesses de uma gama de outros atores do legislativo maranhense, perdendo efetivamente o poder de determinação de propostas que vão de encontro ao que a maioria dos legisladores da Casa defendem. O paradoxo aqui, se dá, pois, ao atender a um interesse público, o governante pode, concomitantemente, gerar distanciamentos capazes de minar o processo de votação das demais políticas públicas que estão por vir em seu mandato. A falta de apoio à causa não é uma problemática específica do campo legislativo, segundo o entrevistado. O mesmo relata, de forma incisiva, seu descontentamento com a própria estruturação da militância LGBT+ no que concerne a busca de conquistas coletivas, pois, ao contrário de grupos conservadores que estão fortemente organizados, o movimento ainda não encontrou um denominador comum que una todos os fios soltos.

²³ Relato pode ser lido em <https://www.al.ma.leg.br/noticias/45882>

Embora o alinhamento de ideias seja necessário para o fortalecimento do coletivo, convém destacar que a população LGBT+, assim como outros coletivos em busca de direitos, possuem divergências próprias de qualquer agrupamento. Essa divergência é objeto de reflexão, pois ela nos distancia de uma premissa de igualdade social – que não temos - e nos aproxima da noção de equidade, pressuposto necessário para a compreensão das necessidades reais do movimento. Portanto, as considerações das particularidades de cada letra da sigla são cruciais para a proposição de ações equânimes, mesmo que esses embates nos levem ao lugar de desalinhamento em algum momento. Destacamos também que minorias sociais comumente são cobradas por uma excelência demasiada, onde não há espaço para erros, assim sendo esperado que propostas de leis, políticas de inclusão e qualquer debate público sejam alvos de olhares surpreendentemente críticos, enviesados, na expectativa de travar aquilo que não convém à expectativa normativa.

Apesar das circunstâncias desfavoráveis à criação, votação e manutenção de políticas de proteção para a população LGBT+, com o apoio da SEDIHPOP, conseguimos apresentar uma visão geral dos recursos disponíveis para esse fim hoje em dia. O primeiro e um dos mais representativos avanços foi a criação do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTI+ (2022). Este documento reúne dados coletados em todo o estado acerca de situações que atentem contra a dignidade de pessoas LGBT+, como indicadores de homicídios e todo o retrato da vivência destas violências, os espaços onde ocorrem, horários, lugares mais perigosos e o perfil destas vítimas. Cabe destacarmos aqui, que não diferente de outros observatórios no país, as vítimas possuem cor e a configuração das violências também, infelizmente, contam com predominância de crueldade. Esse problema expõe que estamos tratando de crimes carregados de ódio que nos fazem refletir, que, de repente, esses agressores também não são tão diferentes uns dos outros, havendo uma convergência no imaginário destes cidadãos acerca do tratamento a ser direcionado às pessoas não-cisheteronormativa.

O plano se dispõe ao planejamento de ações com os princípios da transversalidade e intersetorialidade, entendendo o papel do governo do estado, assim como a gestão municipal. A viabilização dessa rede de apoio à comunidade se daria de forma conjunta buscando acelerar o processo de diminuição dos índices de mortalidade, assim como as desigualdades que fazem parte da história de vida de tantas pessoas fora da caixinha cis-hetero. Assim, o plano assiste a população através de 7 eixos distintos, são eles: Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Estadual de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBTI+; Educação; Saúde; Trabalho e Renda; Cultura, Turismo, Esporte e Comunicação em Direitos Humanos; Segurança Pública, Sistema Penitenciário,

Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTI+; Igualdade Racial e Juventude.

Através dos eixos citados, busca-se assistir, de maneira integral, estes sujeitos que por tanto tempo estiveram apenas em esquinas, prisões e na rua. O plano conta também com o olhar da sociedade na criação de tais ações de inclusão e, quando nos referimos à sociedade, falamos de coletivos de militância, profissionais da educação, pesquisadoras e outros sujeitos que conhecem as demandas para além do campo teórico. Além desse plano, com o suporte da SEDIHPOP, tivemos acesso a materiais²⁴ que orientam de forma legislativa as práticas a nível estadual e municipal, o que nos ajudou a construir um levantamento das legislações existentes nestes segmentos até o ano de 2023, conforme pode ser observado abaixo:

Quadro 2 - Legislações Existentes até 2023

ANO	NOME	SEGMENTO
2004	Lei MA Nº 8.078 de 07 de janeiro de 2004	Estadual
2006	Resolução CEDDH Nº 036, de 24 de novembro de 2006	Estadual
2006	Lei nº 8.444, de 31 de julho de 2006	Estadual
2008	Resolução nº 03 de 17 de março de 2008 (altera resolução do CEDDH)	Estadual
2011	Lei MA nº 9.247, de 02 de agosto de 2011	Estadual
2011	Resolução nº 009 - DPGE, de 23 de março de 2011	Estadual
2011	Portaria nº43/2011, 24 de outubro de 2011	Estadual
2011	Decreto MA nº 27.595, de 03 de agosto de 2011	Estadual
2012	Portaria DGPC/MA nº 442, de 28 de novembro de 2012	Estadual
2013	Resolução nº 001 - DPGE, de 18 de janeiro de 2013	Estadual
2014	Portaria CEJAP Nº41 de 12 de maio de 2014	Estadual
2014	Portaria GAB/SEDIHC (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania) nº 79, de 14 de novembro de 2014	Estadual
2014	Portaria nº 233/14 – GABIN - Secretaria de Estado da Fazenda, 22 de agosto de 2014	Estadual

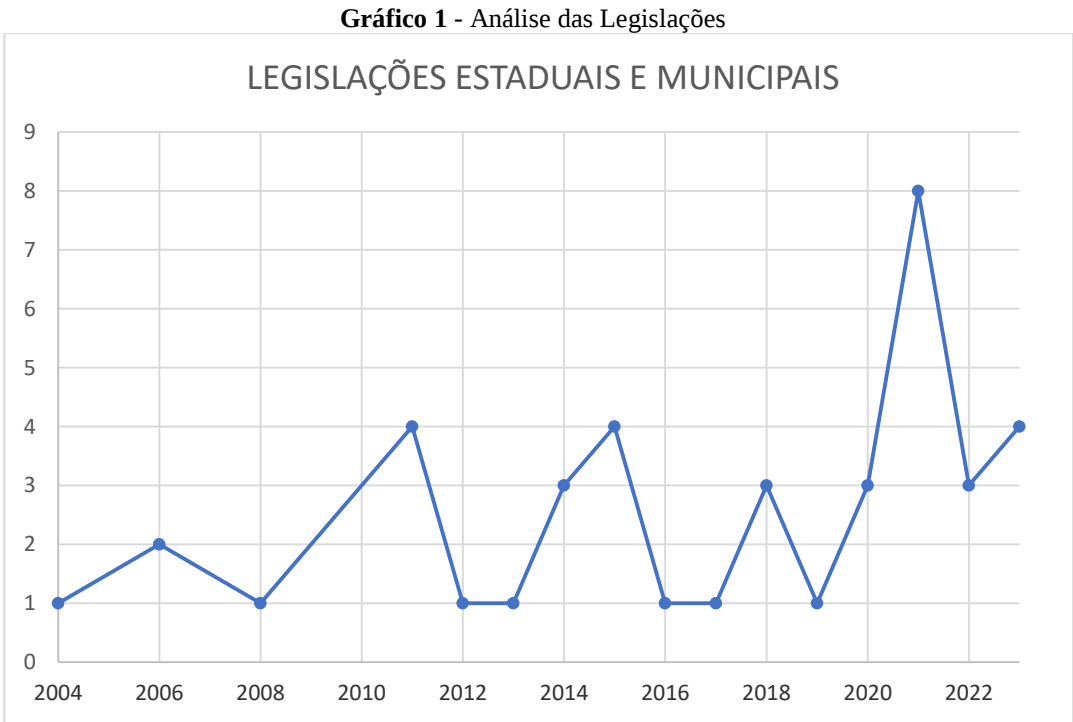
²⁴ Para a tabulação dos dados que subsidiaram esta análise, utilizamos de Silva et al. (2022) organizadores do Dossiê sobre Políticas Públicas nos Poderes Executivos estaduais, o site da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o Observatório de políticas públicas LGBTI+ do Maranhão e site de prefeituras municipais.

2015	Coordenação de Promoção de Direitos da População LGBT+. Decreto nº 30.660, de 06 de março de 2015	Estadual
2015	Lei Estadual Nº 10.333 (02/10/2015)	Estadual
2015	Universidade Federal do Maranhão – Resolução Nº 242-CONSUN (10/09/2015)	Federal
2015	Decreto nº 31.334, de 18 de novembro de 2015	Estadual
2016	Lei MA Nº 10.486 de 13 de julho de 2016	Estadual
2017	Ministério Público do Estado do Maranhão – Ato Regulamentar Nº 10/2017 (GPGJ)	Estadual
2018	Portaria conjunta SEDIHPOP/SEDUC nº 002, de 19 de abril de 2018	Estadual
2018	Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos – Portaria CPAD Nº 338 (19/04/2018)	Estadual
2018	Instrução Normativa SEJAP nº 05, de 19 de janeiro de 2018	Estadual
2019	Lei Ordinária Nº 11.021 (14/05/2019)	Estadual
2020	Portaria nº 669, de 01 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde (SES).	Estadual
2020	Ato MPMA nº 312020, de 02 de outubro de 2020	Estadual
2020	Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – Resolução GP 47/2020	Estadual
2021	Portaria GP/FUNAC Nº147/2021	Estadual
2021	Lei MA 11.521 de 10 de agosto de 2021	Estadual
2021	Lei Municipal nº 886 (Paço do Lumiar – 18/10/2021)	Municipal
2021	Portaria GAB/PGJ – 23652021 (05/04/2021)	Estadual
2021	Diário Oficial do Estado nº 084 (05/04/2021)	Estadual
2021	Portaria nº 147/2021 – GP/FUNAC (Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão), de 02 de março de 2021	Estadual
2021	Ato GPGJ nº 42021 (19/02/2021)	Estadual
2021	Emenda à Lei Orgânica de São Luís nº 002/2021	Municipal
2022	Lei Municipal nº 483 (Cururupu – 27/05/2022)	Municipal
2022	Decreto Municipal nº 3.712 (25/05/2022) - Paço do Lumiar	Municipal
2022	Decreto nº 37.697, de 06 de junho de 2022	Estadual
2023	Decreto Municipal de Tuntum nº 133, de 26 de junho de 2023	Municipal
2023	Portaria nº 536, de 22 de maio de 2023	Estadual
2023	Lei Municipal de São Luís nº 7.403, de 02 de maio de 2023	Municipal

2023	Instrução Normativa nº 98, de 28 de abril de 2023	Estadual
------	---	----------

Fonte: A autora (2024)

Retomando Bardin (1977) para uma análise das normativas acima citadas, observamos que do total de 41, a maior porcentagem delas está concentrada no ano de 2021 com 08 legislações como pode ser observado no gráfico abaixo. Essa presença significativa em relação aos anos anteriores e posteriores pode ser objeto de análise ao considerarmos o contexto sociopolítico que o país apresentava, logo, o estado do Maranhão.



Fonte: A autora (2024)

Das 41 normativas apresentadas, conseguimos categorizá-las em 06 grupos distintos: a) comitês e núcleos; b) formalização do uso do nome social; c) instituição de um dia em comemoração às lutas sobre questões de gênero ou sexualidade; d) orientações para notificações compulsórias em caso de violência; e) diretrizes para pessoas em privação de liberdade; e f) sanções a casos de LGBTfobia em espaços públicos. Observamos uma predominância de normativas que abordam a criação de núcleos e comitês, o que permite construir argumentos sólidos para a proteção desses sujeitos no futuro.

As demais categorias aparecem com algum equilíbrio em termos de quantidade, mas destacamos que possuímos no estado um total de 217 municípios e que, nem de longe, essas

normativas conseguem adentrar de fato todo o território, tendo em vista que muitos dos municípios do estado demandam condições de vida ainda mais básicas, como saúde, saneamento básico, água e alimentação. Observemos que muitas dessas legislações são de cidades mais populosas como São Luís, esclarecendo que a divisão é de 36 delas correspondentes à esfera estadual, 06 na esfera municipal e com predominância nas cidades da grande ilha e 01 que caracterizamos como federal pois trata do nome do uso social dentro da Universidade Federal do Maranhão. Esses números nos colocam diante do paradoxo de entendê-los enquanto mínimos, carentes de aplicação prática, mas também são iniciativas, conquistas que, mesmo não tão expressivas, já visibilizam a luta em algum nível.

Devemos contextualizar também que em 2021, o governo de Bolsonaro enfrentou pelo menos 10 crises políticas que afetaram sua imagem em todo o país. Desde uma campanha vacinal permeada de polêmicas até graves ataques a minorias sociais, o governo se posicionou de forma a dificultar o avanço das pautas minoritárias em espaços legislativos. Um exemplo disso foi a extinção do Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT). Diante desses fatos, podemos inferir que o Maranhão seguiu em uma direção oposta àquilo que era incentivado pelo governo federal, apesar de contar com uma bancada desfavorável à execução real de legislações relacionadas ao público minoritário.

Ressaltamos a noção de uma execução real, para relembrarmos o quanto a impunidade faz parte do processo de enfraquecimento destas legislações. Um país que não tolera a vida de pessoas LGBTQ+, não está em consonância com uma proposta de lei que comemora o dia de uma personalidade LGBTQ+ ou com a inserção de um conteúdo escolar que abranja as diversidades, de fato não está implicado em meios de melhorar condições de vida de pessoas LGBTQ+. Observemos, então, que embora tais legislações sejam frutos de lutas legítimas, enquanto a justiça que condena não formar uma frente rígida diante desses casos, continuaremos a conviver com bolsonaros e companhia, sentindo-se devidamente apoiados quantos aos seus interesses e julgamentos.

Quando um representante de um país com uma estatura continental, com mais de 200 milhões de cidadãos, chama de “completamente equivocada”²⁵ a criminalização de atos LGBTQófobos, estamos também possibilitando a vulgarização desta discussão, sendo possível analisar que um tema como a proteção jurídica contra crimes que geram prejuízos incalculáveis às minorias, pode ser problematizado, flexibilizado, quando, por exemplo, não se discute a

²⁵ Fala pode ser assistida em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml>

pertinência e tratamento especial dado as igrejas no Brasil. Seriam pessoas LGBTQ+ menos dignas de proteção social?

Nesse sentido o PBSH e o Escola sem Homofobia, se propuseram, a logo prazo, na desarticulação de percepções que marginalizam corpos e subjetividades, fragilizam as discussões e são geradoras de pessoas limitadas pela ignorância, como é possível observar na postura de frentes conservadoras no Brasil. Em 2021, a Secretaria de Educação do estado em parceria com o Conselho Estadual LGBTQ+, buscou efetivar o projeto Escola sem LGBTQfobia no Maranhão. Este projeto, com propostas parecidas com o Escola sem Homofobia de 2011, visa promover uma prática educativa inclusiva nas escolas públicas do estado. O material de apresentação do projeto, disponibilizado a nossa equipe pela SEDIHPOP, se interessa por

Implementar o programa Maranhão sem LGBTQfobia da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar maranhense. (Escola sem LGBTQfobia no Maranhão, 2021, p.07)

Ao observamos os objetivos do atual projeto, podemos inferir que é evidente uma mudança de rota sentido ao combate da LGBTQfobia. O que antes seria uma promoção de reflexão através de debates, teorizações e trocas predominantemente entre professores e alunos, mais recentemente viria a ocorrer de modo mais multidisciplinar, onde os protagonistas são toda a comunidade escolar, militantes da causa e ainda o apoio das tecnologias. Atentemos ao fato de que essa inclusão de mais agentes e tecnologias se deu em consonância aos modos atuais de se relacionar.

Constatamos que a construção do projeto mais recente, considerou deliberadamente o contexto social, tecnológico e político na construção de seus resultados esperados. Com os produtos em vídeo, livros e cartilhas, o projeto atenderia a demanda urgente de conhecimento crítico entorno das minorias; com a formação continuada dos profissionais, o projeto também atuaria na constante atualização destes profissionais quanto às teorias emergentes e, por fim, quando se propõe a construir uma biblioteca temática para futuras pesquisas, demonstra um compromisso com o agora, mas também com o que está por vir.

A partir do diálogo com figuras que contribuíram para a elaboração de um projeto como o Escola sem LGBTQfobia no Maranhão, assim como o contato com a leitura das produções apresentadas ao governo do estado, se evidencia uma reformulação bastante lúcida e concreta do projeto vislumbrando agora o interesse em acolher também no aspecto psicológico e criativo. Esta nova estruturação contempla os objetivos daquele que seria o produto ludovicense do

PBSH, mas assim como tantos sonhos LGBT+, este foi mais um que não encontrou meios para se concretizar.

Podemos citar também, entre sonhos não realizados, o Casarão da Diversidade, coordenado pelo Fórum de Entidades LGBTI+ do Estado do Maranhão e apresentado em 2021 na Câmara Municipal de São Luís. Este, por sua vez teria por objetivo ofertar serviços de cunho psicológico, jurídico e social inclusos num formato de casa de acolhimento. Nesse espaço, pessoas em situação de vulnerabilidade poderiam construir uma rede de apoio no combate à violência que as retiraram de seus lares, mas assim como o Escola sem LGBTfobia, este projeto se encontra engavetado.

Nogueira, Feitosa e Rolim Neto (2020) nos ajudam a explorar as disputas de força que potencialmente determinaram a falência de programas como o Escola sem LGBTfobia. Os autores afirmam que o Estado convivendo com sua LGBTfobia institucionalizada, pode se apresentar enquanto “mantenedor de uma ordem de descrédito às políticas igualitárias” (Nogueira; Feitosa; Rolim Neto, 2020, p.10). Dessa forma, compreendemos que as violências também geram grandes tragédias na via da omissão, da invisibilização da pauta em lugares onde estas deveriam gerar discussões, amarrações e validações.

Essa prática pode ser ilustrada através da fala de figuras como o coordenador da SEDIHPOP que, ao tratar dos desafios na elaboração de qualquer normativa que cite Gênero e Sexualidade, bate na tecla do engavetamento desses debates. Ouvimos também uma professora trans, segundo ela, detentora do triste título de primeira mulher trans professora de um Instituto Federal (IF) a nível estadual. A professora e o coordenador, profissionais em setores distintos inserido na luta por direitos LGBT+ batem em uma mesma tecla: o engavetamento. No IF, a educadora nos diz que aquilo que está no papel referente às minorias sexuais continuam nesse lugar, dificilmente saem e quando saem podem ser geradoras de situações como a do trecho que utilizamos logo no início deste capítulo.²⁶

Nogueira, Feitosa e Rolim Neto (2020) falam da Homofobia de Estado, esta como um recurso para o controle e manutenção dos inimigos do governo. Nessa exposição, os autores afirmam que o Estado precisa criar escalas de oprimidos e opressores para que, nesse meio, seus interesses sejam atendidos. Podemos entender como uma espécie de cortina de fumaça

²⁶ Para além de consolidar uma crítica a descontinuidade de eventos relacionados à raça, gênero e sexualidade, a professora sublinha a atmosfera da cidade que soma pouco mais de 50.000 mil habitantes. Nessa dinâmica vivencial e profissional, a professora observa inúmeras contradições referentes à relação que é estabelecida na cidade com minorias. Os incontáveis casos apresentados pelo G1 MARANHÃO e noticiários menores, das violências de gênero na região ilustram a falha da família tradicional buriticupuense. A travesti Sheila também se deparou com os costumes das pessoas supostamente de bem da região, quando foi assassinada brutalmente naquela região.

que, ao se esvaír, revelaria todo o cenário de violências, veladas ou não, proporcionada pelo governo. Esse tipo de violência pode nos ajudar a entender a prática do engavetamento citado por nossos entrevistados. De fato, não haveria necessidade de se debruçar para a efetivação de políticas públicas para uma população que precisa servir de adversário aos setores conservadores da sociedade.

O gay, assim como lésbicas, transexuais ou qualquer outra forma não heterossexual e cisgênero, volta ao papel caricato de semi-cidadão, sua presença justifica uma espécie de caridade por meio do poder público e não a promoção de igualdade de direitos, suas necessidades são vistas como já supridas ou menos importantes que outras demandas, como a econômica. (Nogueira; Feitosa; Rolim Neto, 2020, p.12)

Simões e Simões (2020), em consonância com os autores supracitados, destacam a relação controversa que as elites brasileiras possuem com pessoas que não se encontram dentro de seu cercado. As autoras nos ajudam a entender ilustrativamente a hierarquização imanente ao capital, quando se observa que pessoas de elite preferem a prática da caridade ao invés da justiça social. A crítica aqui se dá justamente quando grupos marginalizados são alvo de apoio meramente discursivo, mas no que se refere à propostas orçamentárias e posicionamentos mais firmes, nossos representantes parecem recuar. Cabe destacarmos aqui, mais uma vez, que esse recuo não ocorre somente em posicionamentos de pessoas abertamente contra a pauta, este, por sua vez, pode vir também daqueles sujeitos que se apresentaram enquanto apoiadores, vide a situação do veto em 2011.

A simbiose entre as elites brasileiras e determinados setores políticos é indiscutível, ao passo que a relação dialética que os mantém parecem alcançar objetivos muito similares: a opressão e proveito de grupos menos assistidos. Simões e Simões (2020) nos convocam também a refletir acerca do discurso meritocrático presente em atitudes e falas de pessoas de dentro desse clã, pois nele é encontrada uma justificativa aceitável para que se conviva quase respeitosamente com pessoas diversas. Aqui, observamos que há uma regra não-dita e não escrita em lugar nenhum, a respeito de como sujeitos LGBTQ+ devem se sobrepôr seja intelectualmente, sejam economicamente, aos demais, para que sua existência seja respeitada. Nós, LGBTQ+ oriundos da academia, constantemente somos alvos de comentários como “ela é lésbica, mas é uma ótima psicóloga”.

A conjunção coordenativa *mas* nos acompanha não somente no aspecto da socialização, ela também nos informa desde muito cedo que, eventualmente, podemos dar espaço para a vivência de nossas sexualidades e identidades, *mas* com o cuidado para não ultrapassar os limites do socialmente aceitável. Note que isso determina o olhar que temos em relação aos nossos corpos, falas e vestimentas, pois, você pode até ser gay, *mas* não pode dar tanta pinta.

Você pode até ser lésbica, *mas* deve ser feminina. Você pode até ser trans, mas deve fazer o possível e o impossível para passar despercebido, o mais próximo daquilo que está imposto enquanto normal.

Apesar de já estabelecido o elemento da exclusão que compõe o poder político e também está presente no imaginário popular, ainda assim estávamos acostumados ao compreender e lutar contra violências institucionais que ocorriam numa prática de omissão, no preterir dos assuntos, mas com Bolsonaro, tivemos que nos reeducar a ouvir violações de modo direto, claro, em rede nacional²⁷. Assim, na necessidade das elites de um coexistir com sub-humanos, encontramos a razão para que Escola sem LGBTfobia no Maranhão tenha ficado na gaveta, há anos, mesmo com a enxurrada de violências que ocorrem diariamente em ambientes escolares.

A pulverização das desinformações sobre os lares brasileiros, sobretudo em momentos de tensão social, se estabelece como a principal arma no fomento do pânico moral, isto é, na criação de mais distanciamento entre aqueles de dentro do padrão heteronormativo daqueles que destoam disso (Nogueira; Feitosa; Rolim Neto, 2020). O kit gay, aqui, não é apreendido somente como um discurso vazio com objetivo de diminuir a potência de um projeto anti-LGBTfobia, mas sim um recurso utilizado de forma estratégica na sistemática alocação de sujeitos às margens do cuidado político-social.

O fenômeno do kit gay representou também uma possibilidade de se dar voz a sujeitos cuja postura discriminatória circulava somente em núcleo familiar. O kit gay se tornou pré-adolescente junto aos avanços de tecnologia que aceleraram cada vez mais as rotinas de pessoas brasileiras e, assim essa fusão entre aquilo que há tempos estava guardado no imaginário popular junto a possibilidade de partilhar tais ideias sem análise crítica tanto do destinatário quanto do emissor, fez com que as desinformações se tornassem um lucrativo negócio para as grandes empresas de publicidade e redes sociais.

Ferreira e Matoso (2022, p.08) nos ajudam a pensar a facilidade de internalização de desinformações e como estas ocorrem através da teoria do Efeito Manada, isto é,

o comportamento de manada é a reação das pessoas frente à uma informação pronunciada por outrem ou por um grupo, que tenha maior capacidade de persuasão, o qual possui autoridade suficiente para inibir o senso crítico do destinatário da informação.

²⁷ Embora já tenha sido citado no capítulo 1, a desinformação que foi alavancada por Jair Bolsonaro em relação ao Escola sem Homofobia, destacamos, a título de registro, que esta desinformação foi lançada em rede nacional, em um dos jornais mais assistidos do país e em horário nobre. O que essa atitude nos diz, se não que o referido ex-presidente estivesse contando com a certeza da impunidade?

Dessa forma, retomemos ao relato da professora trazido na epígrafe deste capítulo. À título de contextualização, a professora que ministra aulas de educação física, amparada pela LDB, lei Nº 13.278, de 2 de maio de 2016, começou a ofertar aulas de dança para alunos. O rechaço foi tão expressivo e rápido, que dias após a primeira aula, a professora recebe a primeira advertência a respeito da não aceitação por parte dos pais da oferta daquela aula, cuja justificativa se dá na ausência de obrigatoriedade daquele conteúdo. Nesse cenário é possível inferir que a colaboradora do IF experienciou um dos produtos do Efeito Manada discutido por Ferreira e Matoso (2022), pois a imagem preconceituosa que se tem sobre profissionais LGBTQ+ foi suficientemente absoluta para que se criasse uma desinformação promissora a despeito do que diz a Lei de Diretrizes e Bases.

Ferreira e Matoso (2022) também tratam da importância de influências sociais na escolha de nossas verdades. Para os autores, grupos tendem a partilhar as mesmas percepções em função do receio de ridicularização individual frente a uma ideia que é aceita por todos. É visível que, no caso da desinformação relacionada à dança que foi criada para a atingir a professora, houve ali o aspecto afetivo-emocional envolvido na repercussão, baseado no sentimento comum de desprezo relacionado a pessoas trans e travestis. Assim, foram muitas vozes em forma de abaixo-assinado que criaram aquele ruído vivenciado, mas enfrentamento se deu de forma bastante individualizada, quando a voz desta profissional se fez mais alta, com todo o seu comprometimento com a Educação e empoderamento quanto aos seus direitos.

Assim como no Brasil, o Maranhão não se faz tão diferente no sentido da manifestação de desinformações relacionadas àquilo que a sociedade entende como elementos a serem combatidos. Ao buscarmos dados numéricos acerca da presença de desinformações no território maranhense nos deparamos com o curioso fato de que no ano de 2019, uma empresa responsável por pesquisas de opinião que fora criada para o suporte no entendimento de fenômenos sociais como o aqui estudado, foi vítima também de desinformações, ou seja, a própria empresa que gera dados sobre a opinião pública foi vítima daquilo que comumente está presente na narrativa de seus pesquisados, as desinformações.²⁸

Freitas, Bermúdez e Mércan-Hamann (2021), por sua vez, ilustram como a não-diversidade é vivenciada no contexto escolar. Para as autoras, se evidencia que a ausência de pautas LGBTQ+ na escola provocam o sentimento de culpa, solidão e vigilância constante. Destacamos esses três estados em função de estarem constantemente associados ao aparecimento de quadros ansiogênicos e depressivos. Assim, é possível lembrarmos do

²⁸ A nota trazida pela empresa pode ser lida em <https://ipo.inf.br/pesquisa-falsa-no-maranhao-utilizando-o-nome-do-ipo/>

aspecto psicológico imbricado na ausência de efetivação de políticas públicas como o Escola de LGBTfobia. Ao falarmos de adoecimento psicológico, ressaltamos, não tratamos somente de um ou outro nexos causal na ocorrência do mesmo, aqui, estamos tratando de uma rede de acontecimentos que é permeada por violações morais, educacionais e econômicas.

Freitas, Bermúdez e Mércan-Hamann (2021) nos ajudam a enxergar um pequeno recorte do impacto positivo que é gerado ao privilegiarmos discussões sobre diversidade nesse ambiente de socialização primária. De modo comum nos relatos coletados pelas autoras, evidenciamos o “ser visto”. Dando espaço para que alunos vivenciem a plenitude de sua existência, as autoras identificaram como um projeto, marcado por conter encontros limitados, foram serviços transformadores para um pequeno grupo de alunas que participaram da pesquisa. Se projetos pontuais foram capazes de resgatar a humanidade de pessoas, imaginemos a potência de programas como o Escola sem LGBTfobia no Maranhão.

O “ser visto” aqui destacado se relaciona com a noção de pertencimento, de consideração da existência do outro. A Psicologia enquanto ciência e profissão têm muito a somar com a efetivação de programas como este, ao passo que sua base tem a ver com enxergar esse outro em sua singularidade, seja em *setting* terapêutico, seja nas escolas, nas ruas e demais espaços. A Psicologia serve para nos ajudar a cultivar processos empáticos que culminam em uma socialização saudável, logo, mais proveitosa, criativa e formadora. Lembramos também que essa ciência, em meio a exposição de sua importância para a causa, nos proporciona enxergar os aspectos identitários e vivenciais que compõem a todos. Notamos até aqui que não somente no Maranhão, as práticas se voltam à garantia de direitos já usufruídos por outros cidadãos, nos colocando um passo atrás e nos lembrando que direitos existem, mas que ainda não nos pertencem.

Paulo Freire (1967, p.40) denunciava em seus escritos o desserviço de uma prática educativa que limita os estudantes, que desconsiderava a pluralidade que é inerente à condição humana. Segundo ele, há uma “pluralidade na própria singularidade” resgatando o entendimento de que, de repente, essa diversidade que tanto enfrentamos seja constituinte de nossa existência, portanto, convivemos com uma negação sutil de si mesmo. A heteronormatividade possui, destacamos, efeitos até mesmo em quem se encontra dentro da caixa que ela sustenta. Há o medo, a hiper-vigilância em não apresentar trejeitos popularmente associados a pessoas LGBTQ+ que compõe o imaginário de pessoas cis-hetero de carteirinha.

Freire (1967) diria que falta a liberdade, no sentido de faltar enquanto prática corriqueira, comum. Para o autor, a ausência desse espaço criativo, gesta sujeitos limitados, acomodados, portanto, com um tato para o diferente bastante incipiente, fraco. É curioso pensar

que Freire discutia sobre a noção de liberdade enquanto aspecto político da escola, algumas décadas atrás e hoje, ainda observamos a falta desse elemento. A ausência de discussões em Diversidade no ambiente escolar é, de alguma maneira, resquício de nossa educação limitante, reproducionista. Freire (1967, p.43) discute a noção de ajustamento dos sujeitos, o que, segundo ele provoca a necessidade de convivência “ao mandado de autoridades anônimas e adota um eu que não lhe pertence”. Esse movimento de autolimitação ocorre como efeito direto da prática educativa que cerceia e instaura regras acima da individualidade. O autor, mais adiante, relata que isso força os sujeitos à uma espécie de conformação à expectativa do outro, como nos inúmeros relatos trazidos até aqui, onde sujeitos LGBTQ+ trazem o escárnio ao próprio corpo e ao prazer em função de uma não aceitação que ocorre de modo desenfreado em sua convivência social.

Outro aspecto relevante que pode ser pensado a partir de Freire (1967) é a atuação dos educadores frente à diversidade. O pedagogo denuncia a postura de muitos profissionais desarticulados com as demandas sociais, o que para o autor, gera sua própria alienação, bem como, a longo prazo, corrobora com o que ele chama de alienação cultural. Retomando elementos do discurso da nossa professora do IF, o principal desafio na rotina de uma docente que almeja repensar, junto aos estudantes, o que é o corpo e o que são gêneros, se dá justamente numa postura individual de distanciamento. Não podemos negar os problemas estruturais que acompanham o ensino público no Brasil, como a sobrecarga de trabalho, baixa remuneração aos educadores etc., mas até aqui já conseguimos enxergar que a prática docente não é imparcial, aquém de preconceitos, podendo estes justificarem, mais uma vez, a esquivas à inserção da diversidade nas salas de aula.

O Escola sem LGBTQfobia, por sua vez, seria uma alternativa de introdução de educadoras ao tecido social e torná-los agentes de mudança. Freire (1967, p.46) não deixa de situar o problema que emerge quando educadores não dispõem do senso de coletivo, “como se pudesse ele operar isoladamente”. O projeto maranhense visa promover formação crítica também para esses profissionais, crítica e continuada. A reflexão deixada por Paulo Freire ao longo de suas obras, também, indiretamente, se presentificam no Escola sem LGBTQfobia, pois em toda a dialética ali contida, é visível a necessidade de criação, de construção subjetiva através da imaginação. O Escola sem Homofobia de 2011, vislumbrava uma prática que buscava autonomia. Os projetos de mesmo nome e mais recentes, também.

Em toda esta análise, reiteramos, que há potência envolvida na efetivação desta política educacional, pois é através da educação que se alcança transformações sociais reais, factíveis. Embora nunca tenha sido posto em execução, este e outros projetos que visam o resgate à

cidadania de pessoas LGBTQ+, deixam sementes, cuja germinação tem ocorrido de modo sutil e sempre em movimento. O Escola sem LGBTQfobia do Maranhão é a sistematização de uma luta, que embora parcialmente barrada pelos agentes de controle social, não significa que não gerou e gerará frutos.

6 IN(CONCLUSÕES)

Em Ensaio sobre a Cegueira (2008), José Saramago descreve algo que se assemelha ao fenômeno das desinformações presentes na contemporaneidade. O autor apresenta a narrativa acerca de uma cegueira que acometeu toda a cidade, menos uma pessoa. Essa pessoa, dotada de uma capacidade que foi tirada dos demais, foi responsável por manter a ordem do espaço onde todos ficaram reclusos na expectativa de conter o avanço daquele suposto surto.

Os efeitos da cegueira foram diversos, mas para nós, destacamos o lugar de limitação e reprodução de comportamentos de modo acrítico em que os cegos se encontraram. De forma análoga à condição de cegueira coletiva trazida por Saramago, estão milhares de pessoas que difundem desinformações sob a orientação de uma pessoa, uma única pessoa com o poder de salvar a cidade, ou melhor, o país. O programa Brasil sem Homofobia, mesmo desmobilizado, está longe de ser apenas um programa que objetivava fomentar ações estatais para o cuidado de pessoas LGBTQ+, este programa foi um artefato, um objeto de intensos embates políticos iniciados em 2004 e presentes hoje, em nossas casas, em nossos grupos de Whatsapp e em nossas reuniões de família. Decerto que ele não aparece de maneira técnica, mas sim como uma proposta para o governo invadir escolas, empresas e todo o resto obrigando pessoas “normais” a aceitarem pessoas “anormais”, isto é, LGBTQ+.

Chamamos atenção para alguns fatos que ocorreram durante o processo de escrita desta dissertação. Assim, destacamos situações, no mínimo, instigantes. A primeira se trata de um tempo excessivo de espera do comitê de Ética e Pesquisa, o que ocasionou a necessária mudança de trajeto da presente pesquisadora. Contatos via e-mail com possíveis pareceristas e responsáveis pela liberação da pesquisa ocorreram ao longo dos 01 ano e 2 meses de espera, no entanto, de forma injustificada, os retornos se deram após espaços de tempo gigantescos o que nos leva a questionar para além do óbvio, que é assinalado durante as justificativas de excesso de demanda dadas pelos setores de comunicação com o público.

O outro evento passível de análise que ocorrera durante a caminhada das investigações, se trata do fato de que fomos orientadas à verificar a possibilidade de realizar a pesquisa em uma escola militar localizada na ilha de São Luís, e para isso entramos em contato com as duas unidades escolares nessa configuração da região, e curiosamente, para além do excessivo tempo de resposta comparado ao tempo das demais escolas, tivemos uma carta com 02 linhas recusando a execução da pesquisa, sem justificativa aparente, na escola militar 01 e uma ligação rápida recusando a execução da pesquisa na escola militar 02.

Pensamos na importância de registrar os dados acima, considerando que nos anos anteriores onde o país fora governado por Jair Messias Bolsonaro, vivenciamos uma presença significativa de militares em cargos de importância da presidência, fato que não ocorrera desde o período da ditadura militar. Cargos como vice-presidente, o próprio presidente e lideranças de ministérios foram ocupadas por militares, demonstrando, indiretamente uma aliança maior que nos últimos anos.

Outro aspecto observado que gerou constantes sentimentos de angústia a presente pesquisadora, está no fato de que produções técnicas, vídeos e entrevistas relacionadas aos PBSH continham falas que se distanciavam temporalmente em anos dos dias de hoje, mas mesmo assim houve uma significativa permanência de termos cordialmente LGBTfóbicos, assim como outros que ocorriam de forma escancarada fazendo-nos confirmar que, no que se refere à educação para a diversidade, avançamos em passos bastante curtos. Tomando posse da Psicologia que nos convoca sempre a escutar aquilo que está nas entrelinhas, o imaginário popular a respeito de pessoas LGBT+ está mais próximo daquele de 20 anos atrás do que distante.

A escola, por sua vez, foi entendida como um lugar onde ocorrem complexas interações, seja dentro ou fora de seu perímetro. Com o êxito da utilização de desinformações enquanto recurso político, observamos que o espaço escolar sofreu e sofre de uma hipervigilância daqueles que se promovem em cima de uma narrativa de permanência da lógica conservadora e patriarcal. Por consequência, no âmbito da educação, temos uma prática que é amedrontada ou, quiçá, limitada por vozes que decorrentes de uma aparelhagem que conduz a ideia de moral e bons costumes. Não podemos deixar de citar também a expressiva inabilidade de profissionais da educação na condução de conflitos relacionados às diversidades sexuais e de gênero. Professoras e gestoras se encontram nesse sensível lugar de manejo, mediação, sem o aparato teórico necessário em função da falha do Brasil sem Homofobia, assim como de projetos vindouros deste.

O kit gay assim como outras desinformações relacionadas ao ambiente escolar, passam a ser entendidos aqui através da metáfora da ponta do *iceberg*, considerando que o cenário político e educacional no Brasil se mostrou deficitário no que se refere aos aspectos técnico-teóricos, fazendo-nos confirmar nossa hipótese de que o PBSH foi fragilizado em função de uma LGBTfobia que é institucionalizada. Este cenário, por sua vez, coloca as desinformações como um sério problema, mas visibiliza somente ele, quando, através da presente pesquisa, compreendemos que país não possuiu e ainda não possui os recursos devidos para a execução e sucesso de um programa como o Brasil sem Homofobia.

O Maranhão, por sua vez, nos proporcionou a identificação de um frutífero paradoxo. Embora conte com uma frente conservadora forte e bem estabelecida, o estado também possui um aparato legislativo que, mesmo timidamente, vem avançando ao longo dos anos e, pouco a pouco, vem tomando posse de cargos legislativos e similares. O estado ainda não é um ambiente seguro, assim como o Brasil, estamos distantes de alcançar esse sonho, mas também não é o estado onde as pautas estão completamente invisibilizadas. Destacamos a atuação pertinente e histórica de grupos de militância LGBT+ como a Organização dos Direitos e da Cidadania de Homossexuais – ODCH (São Luís); Grupo Gayvota (São Luís); Grupo Lésbico do Estado do Maranhão – Grupo LEMA (São Luís); Associação das Travestis e Transexuais do Maranhão – ATRAMA (São Luís); Associação de Gays, Lésbicas e Profissionais do Sexo – AGLEPS (Caxias); Grupo Flor de Bacaba (Bacabal); Associação Maranhense de Travestis e Transexuais – AMATRA (São Luís); Grupo Identidade (Bacabal); Grupo Solidariedade Lilás (São José de Ribamar), Grupo Thebas (Raposa) e Centro Drag (São Luís) conforme destaca o Observatório de Políticas Públicas do Maranhão. Assim como a atuação da SEDIHPOP no barulho que tem feito diante das opressões vivenciadas pela nossa população.

Buscamos, com essa pesquisa, expor os pontos fracos e fortes de políticas que foram criadas sob a luz do PBSH a fim de embasar futuras propostas que, para tanto, pudesse se debruçar na resolução dos principais entraves trazidos. Se lidamos com uma insegurança por parte dos pais, como iremos sanar esse vácuo? Se parcelas do setor político, antes mesmo de abrir os livros, já se apresentam com um olhar completamente enviesado, como os faremos abrir estes livros, cartilhas e outros materiais? Se nossos professores não se sentem aptos, como os faremos confortáveis na iminência de situação LGBTfóbicas? Devemos depender pura e simplesmente do desejo individual para uma mudança atitudinal e coletiva? Como vamos chegar primeiro?

Ressaltamos também, diante do exposto, que a presente pesquisa encontrou limitações passíveis de análise, como o fato de que as produções estaduais, quando comparadas com as de outros estados, se encontram limitadas a pequenos grupos que, com esforço significativo, se mantêm firmes na proposta de formalizar indicadores relacionados à minoria em questão. Outro ponto válido, são os entraves discursivos. Ao entrarmos em contato com as instituições escolares para o diálogo com profissionais ou tomar conhecimento de suas propostas ou falava-se muito sobre o tema ou falava-se de modo obsoleto, fazendo-nos adotar uma postura um tanto retraída no trato das questões. Observamos que os preconceitos criam uma barreira de desconforto que impede adultos de discutir abertamente sobre diversidades sexuais e de gênero.

Por fim, impulsionadas por esses e outros questionamentos, entendemos que o Brasil sem Homofobia, apesar de ter enfrentado repressão de frentes opositoras, desinformação e preconceito cultural, não deixou de existir; suas sementes estão por toda parte. Esperamos que esta pesquisa possa subsidiar futuras análises sobre as possibilidades e limitações possíveis na criação e execução de políticas públicas, que sirvam de base para discussões nos grupos e população LGBTQ+ e por fim, que seja uma publicação utilitária ao programa de Psicologia Social, especialmente na Linha História, Epistemologia e Fenômenos Psicossociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES E SILVA, M. A.; NICOLINO, A. Sobre lágrimas, corpos e silêncios pedagógicos: transitando entre educação física escolar, sexualidades e gênero. **Educación Física y Ciencia**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e147, 2020. DOI: 10.24215/23142561e147.
- ARENDT, H. A **Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AZEVEDO JR., Aryovaldo. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. **Revista Más Poder Local**, 2021, 44: 81-108.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977
- BANDEIRA, C. M; HUTZ, C. S. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 35-44, June 2012.
- BARBOSA, Zulene Muniz. As temporalidades da política no Maranhão. **Luías sociais**, Sao Paulo, v. 9/10, abr. 2003.
- BARCELOS TN, et al. Faerstein E. Análise de *fake news* veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2021;45:e65.
<https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>
- BELTRÃO, Jane Felipe; DE SOUZA, Estella Libardi. Caso Astrid/Eulina: entre a candidatura eleitoral e o julgamento moral, eleições no Pará, Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 2, p. 72-96, 2009.
- BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 136p.
- BITTAR, Marisa. **História da educação** : da antiguidade à época contemporânea / Marisa Bittar. -- São Carlos : EdUFSCar, 2009. 113 p. -- (Coleção UAB-UFSCar).
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N° 2.227/GM**, de 14 de outubro de 2004. Dispõe sobre a criação do Comitê Técnico para a formulação de proposta da política nacional de saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - GLTB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2004b. Seção II, p. 24.
- BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: SEDH, 2008.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Ministério da Saúde. Volume 54. N.º 8. 29 fev. 2024

BRASIL. **Caderno Escola sem Homofobia**. Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil**. Brasília, 2021.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E.. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 58, p. 59–76, jan. 2008.

CANTANHEDE, Jaksoel Aroucha. **A estruturação das políticas LGBTI+ no Maranhão**: as linhas, curvas e laços da engenharia política/ Jaksoel Aroucha Cantanhede. - 2023. 225 f.

CARDOSO AJC; SILVA GA. Medos, desejos e preocupações acerca da sindemia de Covid-19 e sofrimento psíquico: experiências extensionistas no sul da Bahia, Brasil. **Interface** (Botucatu). 2022; 26: e210675.

CASALI, J. P. “**A Escola Ignora Essas Questões**”: O Silêncio em Relação à Diversidade Sexual e as Discriminações Contra a População LGBT no Ambiente Escolar (Dissertação de Mestrado em Educação). Mato Grosso do Sul: UFMS, 2020.

CASTORINO, Pauler; XAVIER, Vanessa Regina Duarte. O caráter patológico na definição de homossexualidade em dicionários escolares. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. esp., p. 245-260, ago. 2021. DOI: 10.22168/2237-6321- 10esp2093.

CASTRO, R. et al. Comunicação política, fake news e redes sociais: uma revisão sistemática da literatura. **Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político**. (2022). 48-63.

CEA, Georgia Sobreira dos Santos; SANTOS, Rodrigo Severiano dos. Fundamentos e condicionantes da polêmica em torno do Kit de Combate à Homofobia: das sombras da caverna à luta por hegemonia. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba , v. 15, e79983, 2021 .

CÉSAR, M. R. DE A.; DUARTE, A. DE M.. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, n. 66, p. 141–155, out. 2017.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. O Significado da formação continuada docente. In: **CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**, 4, Londrina. Anais. Londrina: UEL, 2009.

CONSELHO Federal de Medicina. Resolução n. 1.955. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf

COSTA, R. R. Pânico Moral e a Abordagem de Gênero nas Escolas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 53–66, 2019.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **APRENDER - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação Vitória da Conquista** Ano II n. 2 p. 105-114 2004.

- CRUZ, E. et al. Bullying homofóbico y vulnerabilidad de estudiantes LGBT+ en escuelas brasileñas: un ensayo crítico. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 1, p. 3-25, 2021
- DA ROSA, M. V.; OSÓRIO, A. C. do N.; PRADO FILHO, K.; PASSAMANI, G. R. Fazendo gênero, fazendo enunciados: discursos sobre a homofobia na escola. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 455–467, 2020. DOI: 10.9771/peri.v1i12.29148.
- DOSSIÊ sobre Políticas Públicas nos Poderes Executivos estaduais/ Pesquisa do Projeto Atenas - Estratégias e ações em advocacy para cidadania LGBTI+ nos Poderes Executivos/ Cláudio Nascimento Silva e Rogerio Barros Sganzerla; organizador – Rio de Janeiro: Aliança Nacional LGBTI+ & Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, 2022.
- DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil** / Tatiana Maria Silva Galvão Dourado. - 2020.
- DUARTE, Jéssica Silva. **O avanço do conservadorismo no Brasil e nos Estados Unidos no século XXI**. 2021. 205 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.
- FERREIRA, Ewerton da Silva. et al. Políticas públicas e a democratização do acesso e permanência de alunos/as LGBTTIQ+. **RELACult**, [s.l], v.06, ed. 74 Especial, p. 1-16, mar. 2020.
- FERREIRA, RJS. **NAS TRAMAS DE ITAMATATIUA**: representações sociais, práticas de saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa. Tese defendida em 22 de março de 2013 no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Rio de janeiro- UERJ.
- FERREIRA, MC.; MATOSO, MC. Fake news e seu comportamento: a influência social na aceitabilidade de conteúdos falsos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , [S. l.] , v. 5, pág. e55311528132, 2022.
- FORSTER, R.; MONTEIRO DE CARVALHO, R.; FILGUEIRAS, A.; AVILA, E. **Fake News: What Is It, How Is It Made and Why It Works?**. SciELO Preprints, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1988
- FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.
- FREIRE, Paulo. (1967). **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148p.

FREITAS, S.; BERMÚDEZ, X. P. D.; MÉRCHAN-HAMANN, E.. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. e190351, 2021.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; MOTT, Luiz; OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; AYRES, Carla Simara Luciana da Silva; SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; SILVA, Kayque Virgens Cordeiro da. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia; – 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. 79 p.

GESSER, M. et al. **Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade**. Psicol. Esc. Educ. , Maringá, v. 16, n. 2, pág. 229-236, dezembro de 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GPTW, Great Place to Work. Quem trabalha nas Melhores GPTW Brasil 2022. Disponível em <https://gptw.com.br/conteudo/#downloads>. Acesso em 23 set. 2023.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Psicologia, comunicação e pós-verdade** / Pedrinho Arcides Guareschi, Denise Amon e André Guerra (Organizadores) – Florianópolis: ABRAPSO, 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. Site principal. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2022/05/12/i-became-scared-was-their-goal/efforts-ban-gender-and-sexuality-education-brazil>. Acesso em: 05 jan. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (ISJN). Pobreza e miséria nos estados brasileiros 2022. Vitória: ISJN, 2022.

IRINEU, B. A.; OLIVEIRA, B. A. UM BALANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL E NA ARGENTINA (2004-2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 40–55, 2020. DOI: 10.21527/2317-5389.2020.16.40-55.

JODELET, Denise. (Org). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

JUNQUEIRA, R. D. (2013). **Pedagogia do armário** - A normatividade em ação. Retratos Da Escola, 7(13), 481–498. <https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.320>.

KOTLINSKI, Kelly; CEZÁRIO, Joelma Cezário; NAVARRO, Melissa. **Legislação e jurisprudência LGBTTT**: lésbicas – gays – bissexuais – travestis – transexuais – transgêneros. Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Vênus. Brasília: LetrasLivres, 2007.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens / Gerda Lerner; tradução Luiza Sella. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M.. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016. 142p.

LIONCO, Tatiana et al. **Ideologia de gênero**: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018.

LOURO, GL; NECKEL, JF; GOELLNER, SV. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. 191 p.

MACHADO, R. B.; FLORES, C. R.. Diga Logo Qual é o Seu Nome e Sua Ocupação! A Disciplina Do Corpo. **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, v. 32, n. 61, p. 749–763, ago. 2018.

MARCON, A. N; PRUDÊNCIO, L. E. V; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicol. esc. educ** ; 20(2): 291-302, mai.-ago. 2016.

MATTA, Thenessi Freitas et al. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil / **Cad. Saúde Pública** (Online) ; 37(11): e00330820, 2021.

MOLINA, Luana. Pagano Peres. **A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual**. Londrina: Antíteses, v. 4, p. 949-962, 2011.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS**, 16., 2014, Rio de Janeiro. Anais Anpuh-Rio, 2014. p. 1-10.

MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL: DOSSIÊ 2021 / ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E.. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 11, p. 59–87, ago. 2012.

NOGUEIRA, Samuel Átila Rodrigues; FEITOSA, Pedro Walisson Gomes; ROLIM NETO, Modesto Leite. **Saúde da população LGBTQ+** [recurso eletrônico] : iniquidades em saúde pública / Organizadores Pedro Walisson Gomes Feitosa, Modesto Leite Rolim Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. Boletim nº 001/2021. **Boletim da violência letal da população LGBTI+ no Maranhão em 2020**. São Luís: Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2021

OLIVEIRA, D C. Representações sociais e saúde pública: a subjetividade como partícipe do cotidiano em saúde. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, p. 47-65, 2000. Edição Especial Temática.

OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. **"Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais"**: o discurso inaugural no

"desagendamento" do kit gay do MEC. e-Curriculum, São Paulo , v. 15, n. 1, p. 125-152, Mar. 2017 .

PALMA, Yáskara Arrial. **Gênero, família e escola** : a homomaternidade na sala de aula. 2014. 25 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEREIRA, Felipe José de Xavier. **Welcome to the Internet: O 4chan como um modelo dos processos mentais no fluxo da tecnocultura**. 2013. Disponível em: https://abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_8_Imaginario_Tecnologico_e_Subjetividades/25988arq06390097603.pdf. Acesso em 03 set. 2023.

PINHEIRO, S. N. S. Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) , Campinas, v. 8, n. 2, pág. 199-206, dezembro de 2004.

PIRES VIANA, C.; BATISTA VICENTE, K. OS DEBATES A PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE E AS PAUTAS NEOCONSERVADORAS PÓS 2011 NO BRASIL. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023044, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2315.

REICHERT, C. B.; WAGNER, A. **Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais**. Psico. 2008. 38 (3). Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

ROCHA, K. B; SARRIERA, J. C. Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), Campinas , v. 10, n. 2, p. 187-196, Dec. 2006.

ROMANCINI, Richard. Do "kit gay" ao "monitor da doutrinação": a reação conservadora no Brasil. **Revista Contracampo**, v. ago./no 2018, n. 2, p. 87-108

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA, F. S.; TOLEDO, L. G.. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio1. **Psicologia USP**, v. 28, n. 1, p. 57–71, jan. 2017.

ROSSI, A. J.; JAQUELINE MARCELA VILLAFUERTE BITTENCOURT. A RELAÇÃO DO MOVIMENTOLGBT COM O ESTADO: APONTAMENTOS ACERCA DAS CONTRADIÇÕES QUE POSSIBILITARAM A CRIAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COMBATE A HOMOFOBIA. **Teoria e Prática da Educação**, v. 23, n. 1, p. 110-126, 11 ago. 2020.

SANTOS, Alaniane Souza Freire; MESQUISTA, Ana Catarina Correia (2019). O Perfil do Agressor Sexual Infantil: Uma Revisão Bibliográfica. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n.3, p. 85-100.

SANTOS, Franciele Monique Scopetc dos.; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Diásporas e aproximações entre educação sexual nas séries iniciais e enfrentamento ao preconceito: discussões sobre a lei municipal “escola sem homofobia” de Maringá. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara/SP, v. 11, n. 3, p.1281-1293, 2016.

SARAIVA, Luiza J. C.; FARIA, Joana Frantz. **A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil** Universidade Estácio S.A Polo Pelotas, RS.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. SÃO PAULO: Companhia das Letras, 2008

SAUD, L. F; TONELOTTO, J. M. F. Comportamento social na escola: diferenças entre gêneros e séries. **Psicol. esc. educ.**, Campinas , v. 9, n. 1, p. 47-57, jun. 2005.

STEIN BACKES, D. .; SILVEIRA COLOMÉ, J. .; HERDMANN ERDMANN, R. .; LERCH LUNARDI, V. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438–442, 2011.

SILVA, R. A. Sufocamento dentro de um armário, pressão longe do mesmo: relato de experiência em uma escola LGBTTT. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2016. DOI: 10.9771/cgd.v2i2.20507.

SILVA, R. A. Ensino, tecnologia e preconceito: diário de campo em uma escola destinada ao público LGBTTT no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp.2, p. 1217–1233, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.esp.2.10291.

SILVA, R. A. da; SILVA, M. da. Incluir excluindo ou excluir incluindo: escola destinada ao público gay e o processo (tentativa) de inclusão social. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 26–43, 2016. DOI: 10.26568/2359-2087.2016.1599.

SIMÕES, Kátia; SIMÕES, Paula. A elite brasileira e a naturalização da desigualdade social FRANÇA, Vera et al. (org.). **Diário da Quarentena: a pandemia de COVID-19 como acontecimento**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. 492 p.

SOBRAL, Priscylla Helena Alencar Falcao; LOGUÉRCIO, Rochele Quadros. Lgbtfobia, evasão no ensino e implicações com a educação em ciências.. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências...** Campina Grande: Realize Editora, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS

PLATAFORMA	TÍTULO	AUTORAS/ES	ANO	CATEGORIA
BVS	“Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso	Tatiana Lionço; Ana Clara de Oliveira Alves; Felipe Mattiello; Amanda Machado Freire;	2018	Análise de estratégias políticas
BVS	A Diversidade Sexual na Escola: Produção de Subjetividade e Políticas Públicas	Eliana Teresinha Quartiero; Henrique Caetano Nardi	2011	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar
BVS	“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade	Vanessa Leite	2019	Análise de estratégias políticas
CAPES	Ensino, tecnologia e preconceito: diário de campo em uma escola destinada ao público lgbtt no brasil	Renan Antônio Silva	2017	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar
CAPES	Diásporas e aproximações entre educação sexual nas séries iniciais e enfrentamento ao preconceito: discussões sobre a lei municipal “escola sem homofobia” de Maringá	Franciele Monique Scopetc dos Santos; Ana Cláudia Bortolozzi Maia.	2016	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar

CAPES	A educação continua no “armário”: reflexões sobre a inclusão da diversidade sexual nas políticas educacionais	José Cleudo Gomes; Maria de Nazaré Tavares Zenaide	2020	Percurso histórico e político
CAPES	Os debates a propósito da educação sobre gênero e sexualidade e as pautas neoconservadoras pós 2011 no Brasil	Cláudio Pires Viana; Keides Batista Vicente.	2023	Pânico moral e a ideologia de gênero
CAPES	Sufocamento dentro de um armário, pressão longe do mesmo: relato de experiência em uma escola LGBTTT	Renan Antônio Silva	2016	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar
CAPES	“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC	Isaias Batista de Oliveira Júnior; Eliane Rose Maio	2017	Análise de estratégias políticas
CAPES	Pânico Moral e a Abordagem de Gênero nas Escolas	Regina Rodrigues Costa	2019	Pânico moral e a ideologia de gênero

CAPES	Fazendo gênero, fazendo enunciados: discursos sobre a homofobia na escola	Marcelo Victor da Rosa; Antônio Carlos do Nascimento Osório; Kleber Prado Filho; Guilherme Rodrigues Passamani.	2019	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar
CAPES	A relação do movimento LGBT com o estado: apontamentos acerca das contradições que possibilitaram a criação e a implementação da política de combate a homofobia	Alexandre José Rossi; Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt	2020	Percurso histórico e político
CAPES	Fundamentos e condicionantes da polêmica em torno do Kit de Combate à Homofobia: das sombras da caverna à luta por hegemonia	Georgia Sobreira dos Santos Cêa; Rodrigo Severiano dos Santos.	2021	Percurso histórico e político
CAPES	Gênero, família e escola: a homomaternidade na sala de aula	Yáskara Arrial Palma	2014	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar
CAPES	Bullying homofóbico y vulnerabilidad de estudiantes LGBT+ en escuelas brasileñas: un ensayo crítico	Emerson Vicente da Cruz; Henrique Caetano Nardi; Elka Lima Hostensky; Lucas Rech da Silva; Esteve Espelt.	2021	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar

CAPES	Incluir excluindo ou excluir incluindo: escola destinada ao público gay e o processo (tentativa) de inclusão social	Renan Antônio da Silva; Marilda Silva.	2016	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar
CAPES	A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual	Luana Pagano Peres Molina	2011	Percurso histórico e político
CAPES	Políticas Públicas e a democratização do acesso e permanência de alunos/as LGBTTIQ+	Ewerton da Silva Ferreira; Marilice Cortes; Ronaldo Bernardino Colvero; Jaqueline Carvalho Quadrado.	2020	Percurso histórico e político
CAPES	Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia	Zulmira Newlands Borges; Dagmar Estermann Meyer.	2008	Inserção e avaliação de ação voltada à comunidade LGBT+
CAPES	Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios	Maria Rita de Assis César; André de Macedo Duarte	2017	Pânico moral e a ideologia de gênero
CAPES	Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar	Eliana Teresinha Quartiero; Henrique Caetano Nardi	2012	Inserção e avaliação de ação voltada à comunidade LGBT+
CAPES	Sobre lágrimas, corpos e silêncios pedagógicos: transitando entre educação física escolar, sexualidades e gênero	Marco Aurélio Alves e Silva; Aline Nicolino	2020	Análise discursiva de enunciados no ambiente escolar

Fonte: A autora (2023)

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SIMPLIFICADO UTILIZADO PARA ORIENTAR
ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES**

1. Você conhece o programa Brasil Sem Homofobia?
2. Houve tentativas de implantação de ações relacionadas ao Brasil sem Homofobia no Maranhão?
3. Quais os desafios relacionados à políticas públicas para a população LGBT+?
4. Já ouviu falar na desinformação Kit Gay?

ANEXOS

ANEXO A - RELATÓRIO “FIQUEI COM MEDO, ESSE ERA O OBJETIVO DELES”

Estado	Município	Nº/Ano	Objetivo da lei
Ceará	Juazeiro do Norte	4853/2018	Proíbe o ensino da “ideologia de gênero”
Ceará	Caucaia	3376/2021	Proíbe “questões relacionadas à sexualidade” e “ideologia de gênero”
Espírito Santo	Guarapari	4227/2018	Proíbe informações sobre orientação sexual, “ideologia de gênero” e doutrinação
Espírito Santo	Cachoeiro de Itapemirim	7136/2015	Proíbe a doutrinação ideológica
Espírito Santo	Marechal Floriano	1962/2018	Proíbe a doutrinação e o “dogmatismo” em relação ao gênero
Mato Grosso	Água Boa	1421/2018	Proíbe doutrinação e informação em conflito com as convicções morais dos pais
Mato Grosso	Sinop	3046/2022	Proíbe a “ideologia de gênero” e informações relacionadas à orientação sexual e aos direitos sexuais e reprodutivos
Paraíba	Campina Grande	6950/2018	Proíbe a “ideologia de gênero”
Paraíba	Patos	4939/2018	Proíbe informações sobre “igualdade de gênero (ideologia)” e orientação sexual
Paraíba	Sousa	2734/2017	Proíbe a “ideologia de gênero”, “orientar a sexualidade dos estudantes”
Paraná	Arapongas	4609/2017	Proíbe a “doutrinação” e informações que entrem em conflito com as convicções morais dos pais
Paraná	Arapongas	4622/2017	Proíbe informações sobre “ideologia de gênero e igualdade”
Pernambucano	Araripina	2884/2017	Proíbe a “ideologia de gênero”
Pernambucano	Garanhuns	4432/2017	Proíbe “teoria de gênero, questões de gênero, identidade de gênero ou ideologia de gênero”
Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	4576/2016	Proíbe informações sobre diversidade sexual
Rio Grande do Norte	Apodi	1254/2018	Proíbe a “ideologia de gênero”
Rio Grande do Norte	Pau dos Ferros	1612/2017	Proíbe a “ideologia de gênero”, “orientar a sexualidade dos estudantes”

Santa Catarina	Criciúma	7159/2017	Proíbe a doutrinação e o “dogmatismo” em relação ao gênero
São Paulo	Pedreira	3670/2017	Proíbe informações sobre orientação sexual e “ideologia de gênero”
São Paulo	Várzea Paulista	2336/2017	Proíbe informações sobre orientação sexual e “ideologia de gênero”

Fonte: Relatório “Fiquei com medo, esse era o objetivo deles” Esforços para Proibir a Educação de Gênero e Sexualidade no Brasil da Human Rights Watch (2022)